



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 137

IV Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 11 de Maio de 2012

Presidente: *Deputado Francisco Coelho (substituído na Mesa pelo Deputado Costa Pereira no decorrer da sessão)*

Secretários: *Deputados José Ávila e Mark Marques (substituídos na Mesa, no decorrer da sessão, pelos Deputados Rogério Veiros e António Pedro Costa, respetivamente)*

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 12 minutos.

SUMÁRIO

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se diretamente para a Agenda da Reunião, tendo-se iniciado a mesma com a apresentação e discussão de dois projetos de resolução.

- Projeto de Resolução n.º 28/2012 – “recomenda que o Governo da República cumpra integralmente as suas responsabilidades legais no

âmbito do serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores", apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

- Projeto de Resolução n.º 30/2012 “acompanhamento do serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para tal usaram da palavra para apresentar os diplomas os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Clélio Meneses (*PSD*), respetivamente, tendo posteriormente usado da palavra no debate os Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS/PP*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

No seguimento de uma das intervenções do Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*), usou da palavra para um protesto o Sr. Deputado Clélio Meneses (*PSD*), tendo usado da palavra para contra protestar o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Aquando da votação, ambos os diplomas foram aprovados por maioria.

Usaram da palavra para declarações de voto os Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Duarte Freitas (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*) e Aníbal Pires (*PCP*).

No seguimento da declaração de voto do Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*), pediu a palavra para um protesto o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), tendo respetivamente usado da palavra para contra protestar o Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*).

Seguiu-se o **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/2012 “altera o regime jurídico das farmácias de oficina na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentada a justificação da urgência pela Sra. Deputada Catarina Furtado, seguiu-se a votação que registou a aprovação por maioria.

O debate do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/2012 “altera o regime jurídico das farmácias de oficina na Região Autónoma dos Açores”** iniciou-se com a apresentação do diploma pela Sra. Deputada Catarina Furtado,

tendo usado da palavra para participar no debate os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS/PP*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*) e Catarina Furtado (*PS*).

De seguida foi aprovado por unanimidade o **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 29/2012 “resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que dê orientações à SATA Internacional para abolir, imediatamente, a cobrança da taxa YQ nas ligações aéreas entre os Açores, o Continente e a Madeira e que no âmbito da revisão das obrigações de serviço público proponha a proibição da cobrança desta taxa nas tarifas de residente e estudante”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

A apresentação da urgência coube ao Sr. Deputado Artur Lima.

O **Projeto de Resolução n.º 29/2012 “resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que dê orientações à SATA Internacional para abolir, imediatamente, a cobrança da taxa YQ nas ligações aéreas entre os Açores, o Continente e a Madeira e que no âmbito da revisão das obrigações de serviço público proponha a proibição da cobrança desta taxa nas tarifas de residente e estudante”** foi apresentado pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*), tendo participado no debate os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*), Jorge Macedo (*PSD*), Francisco César (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Ainda sobre este diploma, proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS/PP*), Francisco César (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Jorge Macedo (*PSD*).

Seguiu-se a votação e aprovação por unanimidade da **Autorização para prestação de depoimento, na qualidade de testemunha, da Deputada**

Benilde Maria Soares Cordeiro Oliveira, no âmbito do processo disciplinar IRE/01.01/2012.

Por fim, foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de maio de 2012.**

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 28 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos iniciar a nossa reunião plenária de sexta-feira.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Eram 10 horas e 12 minutos.

Vamos começar, naturalmente, com a chamada.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Alberto Valadão **Vaz**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Hernâni Hélio **Jorge**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**
Joe Valadão **Rego**
José Gabriel **Eduardo**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José de Sousa **Rego**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Paula Cristina Dias **Bettencourt**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Pedro Rebelo **Costa**
António Lima Cardoso **Ventura**
Cláudio Borges **Almeida**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Francisco da Silva **Álvares**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José **Francisco** Salvador **Fernandes**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Mark Silveira **Marques**

Paulo Jorge Silva **Ribeiro**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular (*CDS/PP*)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Bloco de Esquerda (*BE*)

José Manuel Veiga Ribeiro **Cascalho**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (*PCP-PEV*)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (*PPM*)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados/as, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com o debate conjunto na generalidade dos dois projetos de resolução sobre a RTP, o serviço de rádio e televisão públicas.

Eu lembrava os tempos.

Os proponentes, portanto, o PSD e o PPM, bem como o PS e o Governo terão 25 minutos para o debate conjunto; o CDS/PP, 18 minutos; o BE, 16 minutos; e o PCP, 15 minutos.

Vamos começar, naturalmente, com a apresentação do projeto de resolução do PPM. Para tal, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM decidiu apresentar um projeto de resolução sobre a questão da defesa do serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores, porque voltaram as notícias e a informação absolutamente fidedigna que indica e que confirma que, no final deste mês, início do próximo, estará de regresso a janela ou, se quiserem, utilizando a nova terminologia, a concentração de programação própria no horário reduzido entre o final da tarde e a noite. E, por isso, isto significa que este Parlamento, na defesa do serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores e na defesa da autonomia dos Açores, deve fazer algo antes que se concretize esta intenção por parte de quem está a gerir a RTP-Açores e por parte de quem, há muito tempo, deu esta ordem, que é o Ministro Miguel Relvas.

Eu considero que neste momento, meus senhores, a apresentação desta questão é uma questão de frontalidade do ponto de vista político e de defesa dos interesses dos Açores. Não é uma posição fácil, porque significa enfrentar interesses instalados, gente que acabou de chegar, gente que tem responsabilidades na gestão da RTP-Açores neste momento e que está disponível a pactuar com as ordens do Sr. Ministro Miguel Relvas.

Não é fácil e não vou ter o futuro com obstáculos afastados em relação àquela que vai ser a minha ação política. Estou absolutamente convencido disso, mas o meu percurso político é sempre de frontalidade e de coragem para enfrentar os problemas. E, por isso, eu não tenho medo de levantar as questões, e no momento certo, que é antes delas serem aplicadas, dizendo o seguinte: o ataque à RTP-Açores é um ataque à autonomia dos Açores, porque a RTP-Açores é um instrumento fundamental para a afirmação da identidade do povo açoriano, para mantermos aqueles que são os nossos signos de identidade, para promover a cultura e a identidade próprias dos Açores. É um instrumento absolutamente fundamental. Todas as regiões autónomas da Europa possuem um canal de

televisão. E isto é uma demonstração de que é um veículo fundamental, mas mais fundamental é aqui na nossa região, uma região dispersa, que tem uma unidade política recente e em que é fundamental manter a ligação, fazer um esforço, até para quem fala em região económica, de coesão do mercado interno. E eu não percebo como é que se pode manter o mercado interno, como é que se pode ter coesão social, coesão económica sem o audiovisual, sem a questão fundamental de termos aqui um mecanismo que é um mecanismo de unidade para umas ilhas que têm uma dispersão territorial muitíssimo grande, para umas ilhas onde as acessibilidades são muito caras e em que é necessário que todos se conheçam e que exista, de facto, uma ligação entre os diversos fluxos de informação e que as pessoas se conheçam e que tenham aqui, em relação a estas matérias, pontos de unidade que são fundamentais. E a RTP-Açores, nesta matéria, tem uma importância histórica fundamental.

Há quem diga que a missão histórica da RTP-Açores terminou. O que eu vos posso referenciar é que a missão histórica da RTP-Açores só terminará quando terminar a autonomia. São duas questões intrinsecamente ligadas, são duas questões em que não é possível existir destriça, porque estas questões da autonomia e da RTP, enquanto veículo da afirmação da autonomia, são duas questões fundamentais. E nós não podemos pactuar, porque quem nos diz isso o que é que nos oferece em troca quando diz que a RTP-Açores não é necessária? O que nos oferece em troca é um serviço público em que a presença dos Açores é residual. Digam-me: que notícias é que nós temos, que informação é que nós temos sobre a dinâmica social dos Açores nos canais nacionais? Digam-me! Zero! É muito mais referenciado um concelho como a Amadora ou Sintra. Esses aparecem na televisão até dia sim, dia não. Os Açores, só quando temos uma catástrofe. De resto, a dinâmica social e a cobertura daquela que é a vivência dos Açores e daquela que é a nossa vida coletiva, digam-me que notícias é que nós temos, que informação é veiculada? Zero! E, depois, digam-me também que outro órgão de comunicação social de cobertura regional existe nesta região para, realmente, dar resposta a uma realidade que é a realidade coletiva? E não existe nenhum outro órgão de comunicação social.

Portanto, aqui o que existe é o objetivo de atacar a autonomia dos Açores. Há muito boa gente em Lisboa que, neste momento, quer aproveitar a crise económica para colocar e rever o processo autonómico.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas quem é essa gente?

O Orador: O Governo da República, o Sr. Ministro Miguel Relvas.

E, portanto, há muito boa gente que considera que, nas autonomias, foi longe demais e que é importante começar a rever este processo e começar a implementar um novo processo de centralização, que as autonomias estão a mais e que é importante começar. E começa-se por um ponto absolutamente estratégico, que é a RTP-Açores.

Esta é a questão de fundo e é nesta questão que o Parlamento dos Açores deve manter a defesa intransigente da RTP-Açores, enquanto instrumento fundamental da autonomia dos Açores.

E digo-vos, para terminar esta primeira intervenção, que programas absolutamente fundamentais em termos de serviço público, em termos de identidade coletiva, em termos de ligação entre todas as ilhas e todas as populações insulares dos Açores, programas como o *Bom dia, Açores*, são programas que vão desaparecer em poucos dias. Um programa como o *Jornal da Tarde*, essa informação que era uma informação fundamental, vamos ter uma informação concentrada, como se a notícia e a vivência social das populações pudessem ter uma existência concentrada. Vamos ter a destruição daquele que é o capital de um canal que tem autonomia e um canal que, neste momento, tem uma identidade.

Podia ser melhor? Pois, podia, mas não teve, ao longo destes últimos tempos, um financiamento adequado. E eu não embarco na parte daqueles que utilizam a crítica fácil e que descredibilizam os profissionais que têm vindo a desempenhar as tarefas o melhor que podem, com um financiamento que nunca foi o financiamento adequado para desenvolver um projeto de televisão com a realidade geográfica que nós temos.

Para desenvolver este projeto de televisão era necessário que tivessem sido dados mecanismos de financiamento adequados, e nunca lhes deram estes

mecanismos. O que é fundamental é que aquilo que nós temos, os conteúdos que estamos a produzir, e que estamos a produzir de uma forma integral ao longo de todo o dia, e que acontece é que, neste momento, há um ataque e uma destruição desse capital. E, portanto, o que nós vamos ter daqui a poucos dias já não é um canal de televisão, é uma pequena janela, é a destruição de um instrumento fundamental da autonomia.

Estou convencido que as restantes forças políticas representadas neste Parlamento...

Nós temos o dever de defender intransigentemente a manutenção da RTP-Açores como um canal e não uma janela, e não um instrumento diminuído e “guetizado”.

Portanto, esta é a questão fundamental e estou absolutamente convencido que uma decisão do Parlamento dos Açores nesse sentido tem força, porque tem a força da justiça e tem a força da defesa daquele que é o desenho do Estado no âmbito da Constituição e do Estatuto Político-Administrativo.

Esta é que é a defesa legal do Estado, e o Estado é assim, tem regiões autónomas, tem de ter meios de comunicação social que correspondam a essa realidade, a essa identidade social e a essa identidade regional, e atacar este instrumento é atacar a autonomia, mas mais do que isso é atacar a legalidade, é atacar o desenho do Estado português, é atacar a Constituição de Portugal.

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado Clélio Meneses para apresentar o projeto de resolução do PSD.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, o serviço público de rádio e televisão tem sido um dos assuntos mais discutidos, mais debatidos dos últimos anos da vida parlamentar desta região. Se há matéria que em termos estritos tem sido motivo da intervenção parlamentar, tem sido a do serviço público de rádio e televisão.

Têm sido muitos os debates, têm sido muitas as audições e têm sido várias as resoluções aprovadas por esta Assembleia nos últimos anos.

A que é que se deve tão intensa atividade parlamentar sobre um assunto em concreto? Desde logo pela importância reconhecida do serviço público de rádio e televisão, a importância que todos veem na existência de um serviço público de rádio e televisão nos Açores.

Em segundo lugar, pelas enormes dificuldades que o serviço público de rádio e televisão tem tido nos Açores ao longo dos últimos anos.

E em terceiro lugar, pelas ameaças que sucessivamente este serviço foi tendo relativamente à sua existência. Ora surgiam notícias de que a RTP-Açores ia passar a ser emitida por Lisboa, ora surgiam notícias de que a RTP-Açores ia ser uma mera janela de um canal nacional, ora surgiam notícias, como agora, de que o canal regional ia ver a sua emissão reduzida no tempo.

No fundo, a importância do serviço público tinha como contraponto negativo as dificuldades, os enormes problemas e as ameaças que foram sendo feitas ao serviço. Isto é, no fundo, a evidência do fim deste modelo, um modelo que se revelou, e tem revelado, incapaz de satisfazer os objetivos para que foi criado.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ao longo de todo este tempo, a intervenção parlamentar, se há coisa que demonstra relativamente ao serviço público de rádio e televisão é que, de facto, este modelo está esgotado e não é capaz de servir as ilhas, de divulgar a realidade da região, de unir as 9 ilhas umas com as outras e também de levar a realidade da região lá fora, como ainda agora foi dito, com eficácia e qualidade.

O que é que, de facto, demonstra esta realidade, que as coisas como têm estado estão mal? O serviço público de rádio e televisão, nos últimos anos, como tem estado, está mal. É isto que demonstram os sucessivos debates, as audições. Ao longo de todo este tempo, ninguém estava contente. Os trabalhadores não estavam contentes, os dirigentes não estavam contentes e os açorianos não se reviam, não se têm revisto de uma forma integral e convicta neste serviço público de rádio e televisão.

Os problemas, de facto, são muitos, são imensos, conforme foram aqui referidos, são problemas financeiros, que estão bem evidenciados, são problemas de autonomia. Todos se recordam da clássica história do prego, em

que o Diretor do Centro Regional dos Açores disse, neste Parlamento, em sede de comissão, que até para comprar um prego tem de pedir autorização a Lisboa.

Deputado João Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Obviamente que isto é um símbolo de que as coisas não estão bem. Questões de instalações, há quantos anos...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Os senhores tenham calma!

Ouçam, ouçam e peço que ouçam mesmo, para depois não fazerem aquilo que é o vosso hábito comum, que é deturpar aquilo que é dito. Ouçam aquilo que estou a dizer.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Estamos a ouvir atentamente!

O Orador: Espero bem que sim!

Problemas de financiamento, aos quais me referia, problemas da autonomia, problemas de instalações. Todos nós discordamos (ou, pelo menos, aqueles que não têm memória curta) ...

Quantas vezes a questão das instalações da Horta, a questão das instalações de Angra do Heroísmo foram debatidas? Há anos que isso vem a ser debatido como um grande problema que não foi resolvido.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Agora vai ficar tudo resolvido!

O Orador: Problemas relativos aos equipamentos. Há quantos anos nós ouvimos que os equipamentos estão mal, que estão obsoletos, equipamentos que não resolvem? Há quantos anos ouvimos isso?

Os velhos problemas laborais. Questões laborais de trabalhadores que não estão integrados na respetiva categoria profissional, isto é, enormes problemas relativamente às relações laborais dos trabalhadores da RTP-Açores.

Problemas relativamente ao projeto. Quantas vezes discutimos que falta projeto, e não há projeto, e não se assume um projeto, e não há um em que os açorianos

se identifiquem? Isto evidenciado pelos próprios funcionários do serviço público de rádio e televisão. A fraca ou nula visibilidade...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O que é que isso tem a ver com o seu projeto?

O Orador: ... dos Açores a nível nacional, conforme foi agora aqui referido. É que essa questão dos Açores não aparecerem lá fora não é de agora, tem sido ao longo dos anos. Isto é, também esta missão do serviço público de rádio e televisão ser um meio de nos levar lá fora, também esta não tem sido cumprida. Evidenciei aqui um conjunto de matérias que demonstram que o atual modelo não serviu e não cumpriu em termos financeiros, em termos da autonomia, em termos de instalações, em termos de equipamentos, em termos laborais, em termos de projeto, em termos da visibilidade dos Açores lá fora.

Isto tudo revela que este modelo não tem servido. Tudo isto, felizmente, tem sido atenuado pelo enorme profissionalismo e capacidade dos seus trabalhadores e colaboradores.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O seu projeto de resolução o que é que tem a ver com isso?

O Orador: Na realidade, são os trabalhadores e os colaboradores do serviço público de rádio e televisão nos Açores que, de uma forma abnegada e dedicada, têm sustentado todas estas enormes dificuldades e, por isso, aqui deixamos uma palavra de sincero respeito...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Abnegada?

O Orador: ... sobre esta atividade dos trabalhadores e colaboradores do serviço público de rádio e televisão.

Todas estas fragilidades que evidenciei de uma forma clara serviram e têm servido para aguçar apetites centralistas. E isto tem sido revelado ao longo do tempo e ainda agora se revela que, por este serviço ser assim tão frágil e com tantas dificuldades, quem está em Lisboa...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Oh senhor, é por causa da vontade política de quem está em Lisboa, e com os seus amigos de cá!

O Orador: ... aproveita isso para demonstrar o seu centralismo. Ainda agora isto aconteceu. E também para alguns apetites políticos de controlo e de domínio da fragilidade do serviço público de rádio e televisão nos Açores.

A este nível gostaria de dar uma nota especial sobre um aspeto, que tem a ver com a forma desregulada como a região tem financiado o serviço público de rádio e televisão; a forma desregulada e incerta como a região tem participado financeiramente a este nível.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E depois não querem que lhes chamem coniventes!

O Orador: Umhas vezes a região dá 100 mil euros, outras vezes volta a dar 100 mil euros, outras vezes a região dá 88 mil euros, outras vezes a região dá 400 mil euros. Isto é, esta forma desregulada e incerta como a região participa financeiramente no serviço público de rádio e televisão, conforme os humores, conforma as vontades. Neste tempo que tem passado, nos últimos anos, a região, de facto,...

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Conforme o orçamento que aqui é aprovado!

O Orador: ... na verdade, na realidade, financiou o serviço público de rádio e televisão.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não financiou nada!

O Orador: A região, de facto e na verdade, financiou o serviço público de rádio e televisão, mas a olho, conforme as circunstâncias,...

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Não financiou nada!

O Orador: ... sem regras e sem previsibilidade. Obviamente que de acordo com o orçamento aprovado nesta Casa, mas sem uma definição clara do que é que cabe à região pagar e do que é...

Deputado Francisco César (*PS*): Sem regras, mas de acordo com o orçamento!

O Orador: Sim, mas o orçamento não define qual é a regra.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor é que não percebeu!

O Orador: Eu vou explicar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não tem regra, mas está no orçamento!

Deputado Francisco César (PS): Então explique, Sr. Deputado, para ver se percebemos!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Explique!

O Orador: Sei bem que o problema não é da sua capacidade de perceber ou não, sei bem que tem mais a ver com a sua vontade de perceber ou não, mas eu vou explicar.

Deputado António Marinho (PSD): Mas ele não percebe de qualquer maneira.

O Orador: A região participou financeiramente no serviço público de rádio e televisão, mas uma vez dá 100 mil euros, no outro ano volta a dar 100 mil euros, mas no outro ano já dá 88 mil euros, mas no ano seguinte dá 400 mil euros. Isto é, nem a região sabe, em regra e com previsibilidade, qual é a parte que cabe à região,...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não cabe nenhuma! Esse é que é o erro do PSD!

O Orador: ... nem a rádio e televisão dos Açores sabe com o que pode contar. A rádio e televisão dos Açores não sabe com o que pode contar de facto. Isto é, o Estado paga, como deve pagar,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): A região sabe qual é a sua responsabilidade: é zero!

O Orador: ... a região também paga, mas apenas Lisboa manda. É este o grande problema do atual modelo, o Estado paga, a região também paga, mas apenas Lisboa manda. E isto não pode mais continuar.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Lisboa que, por vezes, infelizmente, e muitas vezes, fica longe demais, sem conhecimento da nossa realidade, sem perceção e sensibilidade do que são 9 ilhas, Lisboa não tem essa sensibilidade e perceção do que são 9 ilhas e, pior do que isso, Lisboa não tem a sensibilidade e a perceção para perceber o que é viver em 9 ilhas. E isto só com uma autonomização efetiva do serviço público de rádio e televisão se pode alcançar. Tudo isto cria, de facto, ainda mais dificuldades a todo este processo.

Por todas estas razões, esta Assembleia foi-se pronunciando, por várias vezes, através de projetos de resolução que, em regra, foram aprovados de forma consensual. Felizmente que foi assim. Felizmente que esta Assembleia tem tido uma postura de consenso relativamente a um conjunto de matérias que visam, no fundo, valorizar e dignificar o serviço público de rádio e televisão nos Açores num conjunto de matérias. Desde logo, esta Assembleia já se pronunciou por diversas ocasiões relativamente à importância do Estado garantir o financiamento do serviço público de rádio e televisão. Isto é um património desta Assembleia. Esta Assembleia já se pronunciou no sentido de haver mais autonomia no serviço público de rádio e televisão, para que ele seja um serviço digno, qualificado e capaz, que, de facto, sirva os açorianos. Esta Assembleia também já rejeitou de forma expressa o fim do serviço público de rádio e televisão nos Açores, ora através da emissão por Lisboa, ora através das janelas, ora através da redução de emissão. Este é um acervo, é um património desta Assembleia, que não pode ser posto em causa em momento algum, independentemente das cores que estejam na República e na Região. Isto não é uma questão de cores,...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: ... é uma questão de princípios e de convicções, é, sobretudo, uma questão de um ideário que deve ser assumido em defesa dos interesses da região.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso tudo, dizia eu, esta região já se pronunciou. Isto já está assumido e claro. É essencial que não se deem voltas e se baralhe e dizer que agora é que é. Não é agora que é, tem sido, felizmente, a posição desta Assembleia contra qualquer medida que ponha em causa o serviço público de rádio e televisão. E o PSD assume isto, uma forma intransigente e clara para que não reste a mais pequena dúvida.

Por tudo isto, somos todos contra o fim do serviço público de rádio e televisão. Já o dissemos, já o provámos, como acabei de referir. Por tudo isto, por toda esta convicção, esta Assembleia resolveu, por proposta do CDS/PP,

encomendar um estudo circunstanciado, definindo um conceito de serviço público de audiovisual, otimizado às circunstâncias geográficas, culturais, sociais e políticas da Região Autónoma dos Açores, a um grupo de trabalho constituído por quatro especialistas com reconhecidas competências na área da comunicação social.

Li o teor desta resolução, isto é, com base naquele contexto que acabei de referir relativamente ao atual e recente estado do serviço público de rádio e televisão dos Açores, esta Assembleia, por proposta do CDS/PP, aprovou um estudo, uma reflexão, no fundo aprovou que fosse avaliada a redefinição e a reavaliação do serviço público de rádio e televisão, e muito bem. Por isso teve a aprovação desta Casa, em termos também eles consensuais.

Parece-me que este foi um passo importante para se definir, isto é, quase como que “alto e para o baile”. As coisas estão mal, vamos pensar, refletir e definir um novo modelo, em vez de continuarmos nesta cegueira partidária, da partidarite, de bater lá porque a cor não é nossa, ou de bater cá porque a cor não é nossa.

Deputados João Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é este o caminho da política deste tempo. O caminho da política deste tempo é o caminho da partilha responsabilizante...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Não me diga! Até parece!

O Orador: ... das competências de cada um, em que cada um defina, de facto, qual é o seu papel.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: E o papel de todos, indistintamente, deve ser o papel de contribuirmos para o futuro, para o sucesso e para a construção de uma realidade que sirva melhor os açorianos.

O PSD, da sua parte, já apresentou há mais de 1 ano a sua perspetiva deste modelo, a sua orientação sobre aquilo que é a realidade que determina o serviço público de rádio e televisão nos Açores.

O PSD tem sido claro sobre esta matéria. É o seu modelo de base para o futuro da RTP-Açores. Mas entendemos que neste momento e neste debate é preciso,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Qual é o modelo?

O Orador: ... sobretudo, também percebermos que estamos a 4, 5 meses das eleições. É preciso percebermos que, de facto,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Ainda não disse uma conversa sobre o projeto de resolução!

O Orador: ... estamos a pouco tempo de eleições e que o novo Governo dos Açores, seja ele qual for, terá uma palavra essencial na definição deste futuro relativamente ao serviço público de rádio e televisão.

Por outro lado, o próprio grupo de trabalho que acabei de identificar ainda não apresentou as suas conclusões e parece-nos prematuro tomar qualquer posição de fundo sem que antes apresente as suas conclusões.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Entretanto, foram nomeados os novos responsáveis do Centro Regional dos Açores da RTP-Açores. É este o quadro existente, passado mais longínquo, passado mais recente e a atualidade. Entendemos que as posições de base estão tomadas, não há qualquer dúvida. De base está identificada a importância do financiamento do Estado; de base está assumido e aprovado por esta Assembleia que deve haver mais autonomia do serviço público de rádio e televisão; de base está afirmado, assumido e aprovado por esta Assembleia que somos contra o fim, a redução, a limitação, o condicionamento do serviço público de rádio e televisão, conforme tem sido recentemente identificado.

Por isso, essencial não é repetir aquilo que está dito, não é fugir daquilo que é a realidade de hoje e do futuro. Essencial não é voltarmos a dizer aquilo que já dissemos, essencial é, sim, preparar o futuro e fazer com que o serviço público de rádio e televisão nos Açores faça mesmo sentido. Isto é, criar condições para que, de facto, o serviço público sirva para aquilo que deve servir, porque o serviço público de rádio e televisão não existe porque sim, tem que existir por alguma razão em concreto, por fundamentos, pela forma como chega às 9 ilhas,

como leva as ilhas umas às outras, como traz o mundo às ilhas e também como leva as ilhas ao mundo.

Este é o papel essencial do serviço público,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Devem arranjar outra pessoa para dizer isso.

O Orador: ... que deve ser assumido de forma frontal. Por isso, da parte da PSD entendemos que, neste momento, é essencial aguardarmos o resultado do grupo de trabalho que está criado por esta Assembleia, de forma consensual, é essencial ouvirmos os novos dirigentes do serviço público de rádio e televisão de forma a que saibamos o que é que pretendem fazer neste tempo, porque é também património desta Assembleia ouvir por várias ocasiões o Diretor.

Muitas vezes sabemos que as coisas não correram como entendíamos adequado. O património também é este, infelizmente, mas mais razão existe, na nossa perspetiva, ouvirmos agora, num momento tão delicado para o serviço público de rádio e televisão, quem tem a responsabilidade de dirigir o Centro Regional dos Açores para percebermos o que é que pretendem fazer. Porque agir apenas com base em notícias é importante, é uma realidade e devemos-lo fazer (também já fizemos), mas antes de avançar neste sentido, entendemos que é essencial aguardar pelo resultado do grupo de trabalho e também ouvir de imediato os atuais dirigentes do Centro Regional dos Açores.

No fundo, e concluindo, Sr. Presidente, fazer com que o serviço público de rádio e televisão sirva mesmo os Açores e não que o serviço público de rádio e televisão seja instrumentalizado, seja um instrumento de luta política. O serviço público de rádio e televisão é muito mais importante do que isso, e o PSD rejeita qualquer postura de alguém se agarrar ao serviço público de rádio e televisão para fazer campanha partidária. Não é esse o nosso pressuposto de intervenção em nenhuma matéria e nesta em particular. O serviço público de rádio e televisão não pode ser instrumento de ataques políticos, o serviço público de rádio e televisão deve ser o objeto da nossa preocupação política no sentido de encontrar soluções adequadas para que ele, de facto, tenha a eficácia que todos entendemos que é necessária para que, de uma forma (e aqui é que

nos parece que está a essência de tudo isto), ao contrário daqueles que, da tal forma “partidariazinha”, e da mesquinhez, e do desviar as coisas da sua essência, dizem, “Ah! Agora querem é acabar! Agora a solução é acabar!”. A solução não é acabar, a solução não é continuar como tem estado, a solução é preparar um novo serviço público de rádio e televisão que, de forma renovada, revigorada, convicta, sirva efetivamente os açorianos. Esta é que é a chave. A chave não é continuar como está, a chave não é acabar, a chave, essa, sim, é preparar e construir um serviço público de rádio e televisão que sirva efetivamente os açorianos, que sirva aquilo que são os propósitos e pressupostos da existência da rádio e televisão nos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): E pago por quem?

O Orador: É esta a posição do PSD e é para isto que o PSD está preparado.

Deputado José San-Bento (PS): É uma meia posição, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições. Aliás, já tenho várias, e continuarão abertas.

Dou a palavra, por ordem cronológica de inscrição, ao Sr. Deputado Hernani Jorge.

Tem a palavra.

(*) Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a debater em simultâneo duas iniciativas que, pese embora tenham objetos distintos, manifestam a mesma preocupação política, ou seja, a preocupação acerca do serviço público de rádio e televisão nas regiões autónomas, mais precisamente a questão da RTP nos Açores.

Todos nós temos perfeita noção disso (até porque temos acompanhado, como já foi aqui referido, de uma forma particular, e como resulta das nossas obrigações legais e estatutárias, o serviço público de rádio e televisão na região, dizia eu), temos consciência de que, desde que este Governo da República tomou posse,

tem havido um claro e manifesto ataque àquilo que são os vários serviços públicos e as diversas funções do Estado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Se somarmos a esta opção ideológica de ataque aos serviços públicos e às funções do Estado uma visão centralista que alguns membros do Governo claramente evidenciam, bem como a fraca cultura política de alguns desses membros onde, claramente, se destaca o Ministro Miguel Relvas, temos aquilo que o grupo de trabalho do Professor João Duque acabou decretando para os Açores, ou seja, o fim histórico da função da RTP-Açores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Qual fim histórico?!

O Orador: Hoje vivemos um momento crítico relativamente ao serviço público de rádio e televisão nos Açores e nas regiões autónomas, um momento crítico e altamente preocupante. E, neste contexto, permitam-me que cite o Sr. Ministro Miguel Relvas numa audição que esta Assembleia, através da Comissão de Assuntos Parlamentares, teve oportunidade de realizar com ele. Diz o Sr. Ministro Miguel Relvas “quem paga manda!”. E a isto acrescento: quem tem obrigação de pagar – e é o Estado –, não quer pagar; não quer pagar o serviço público de rádio e televisão no país e, por maioria de razão, não quer pagar o serviço público de rádio e televisão nas regiões autónomas. Não quer pagar, mas continua a querer mandar.

Deputada Benilde Oliveira (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Não quer pagar e, aliás, usa a RTP como “bode expiatório”. Só por curiosidade, convém referir que há menos de um mês o Ministro Miguel Relvas e o Primeiro-Ministro Passos Coelho diziam que a derrapagem das contas públicas e da defesa do Estado era resultado das transferências para a RTP. Ainda ontem ou anteontem, o Presidente do Conselho de Administração da RTP veio desmentir o Primeiro-Ministro e o Ministro da tutela,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Socialista! Socialista!

O Orador: ... dizendo que a RTP terá um prejuízo, pela primeira vez, este ano e depois de, nos últimos anos, ter apresentado resultados positivos superiores a

10 milhões de euros, que resultam da diminuição normal, natural e espetável na atual circunstância económico-financeira do país, das receitas publicitárias e da redução das transferências do Estado. Ou seja, a despesa do Estado aumenta por causa da RTP e a RTP volta aos prejuízos porque o Estado não transfere para a RTP. Entendam-se, Sr. Presidente do Conselho de Administração e Sr. Ministro Miguel Relvas,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Organizem-se!

O Orador: ... porque nós, manifestamente, não percebemos.

E se a RTP-Açores e o serviço público de rádio e televisão nos Açores atravessaram e atravessam momentos difíceis nos últimos anos, com constrangimentos e algum estrangulamento de natureza financeira quando a RTP apresentava resultados positivos, como será este ano e no futuro, com a RTP a apresentar, como já é assumido no orçamento de 2012, só apresentado agora, a meio do ano? Irá voltar aos prejuízos, irá voltar ao vermelho. Será manifestamente muito pior. Não temos dúvida nenhuma, infelizmente, quanto a isto.

Quem paga manda, não quer pagar, mas quer continuar a mandar, e a mandar mal, mesmo naquilo que não lhe compete. E aquilo que não lhe compete é imiscuir-se na autonomia editorial do serviço público de rádio e de televisão, impondo soluções erradas,...

Deputada Zuraida Soares (BE) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ... impondo soluções desadequadas, como seja a redução da emissão a uma janela vespertina. E, neste momento, já não são só mais notícias, parece-nos que já não são só mais notícias e que em poucas semanas talvez tenhamos, infelizmente, tristes notícias transformadas em piores realidades.

Este é o momento que nós atravessamos.

Deputada Catarina Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: E convém referir o seguinte.

O anterior diretor resistiu e afirmou a posição dos Açores e da autonomia da RTP-Açores; resistiu até quando Lisboa impôs isso à Madeira e os Açores continuaram a afirmar a sua autonomia.

A atual direção, composta por dois diretores, terá de fazer o mesmo, terá de resistir, terá de insistir e persistir em chamar Lisboa à razão. E chamar Lisboa à razão é chamar a administração da RTP, o Governo e o Ministro Miguel Relvas a esta razão. Fazê-los compreender a realidade dos Açores, as necessidades e importância que o serviço público representa para a Região Autónoma dos Açores. Chamá-los à razão até que eles percebem e mudem a sua posição ou, então, até que a República perceba o que este Governo está a fazer e mude definitivamente de Governo.

Da nossa parte,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Grande comício!

Deputado João Costa (PSD): Temos de esperar mais 3 anos para resolver isso!

O Orador: ... continuaremos a luta na primeira linha da batalha pela defesa do serviço público de rádio e televisão nos Açores, um serviço público garantido e financiado pelo Estado. Repito, garantido e financiado pelo Estado.

A solução não é reduzir a RTP-Açores a uma janela vespertina. A solução é aquela que temos vindo a insistir e a afirmar, nos últimos anos. É resolver o problema das instalações e é resolver o problema dos equipamentos.

A RTP-Açores tem uma solução multipolar, que se o problema das instalações e dos equipamentos estivesse resolvido nos diversos polos da RTP-Açores, hoje talvez pudéssemos encarar o que o anterior diretor defendia, uma abordagem distinta com redução de custos daquilo que é a emissão da RTP-Açores, abrangendo mais do que essa janela vespertina.

Mas as instalações e os equipamentos andaram devagar, muito devagar, nos últimos anos. Mas hoje pararam. Hoje ninguém fala em instalações, hoje ninguém fala em reequipamento da RTP-Açores. Hoje fala-se em reduzir, em cortar, em despedir e, quem sabe, até em fechar. E é contra isso que nós temos que nos bater.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Oh! O Cavaleiro do Apocalipse!

O Orador: Por tudo isto é que dizemos e afirmamos, convictamente, que votaremos favoravelmente os dois projetos de resolução agora em discussão, por razões, por abordagens distintas.

Deputado João Costa (PSD): Que diferença!

O Orador: O PPM traz-nos um projeto que visa afirmar e reafirmar aquelas que são as obrigações institucionais da República no quadro do serviço público de rádio e televisão;...

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: ... afirmar que assume as suas obrigações no atual quadro legal. E nunca é de mais esta Assembleia fazê-lo e sublinhá-lo.

O PSD propõe-nos que façamos aquilo que, aliás, resulta da lei e do estatuto como obrigação e que esta Assembleia tem feito e tem cumprido nos últimos anos, que é a audição da direção da RTP-Açores e também, embora não resultando da lei, mas já fizemos em outras ocasiões, a audição dos trabalhadores daquela casa.

Neste momento que, como já disse, é de extrema importância e que assume manifesta preocupação, não nos podemos deixar de focar naquilo que é o essencial. E os dois projetos de resolução acabam por se complementar, porque o mais importante neste momento é, precisamente, aquilo que o PPM aqui nos traz: é exigir do Estado o cumprimento e a assunção das suas obrigações legais, constitucionais e estatutárias, e discutir o modelo, querer por em causa o modelo. É diferente de repensar ou pensar o serviço público de rádio e televisão nos Açores. E discutir o modelo, querer discutir o modelo neste momento é fazer um favor ao Ministro Miguel Relvas, é abrir uma caixa de pandora que pode levar o Governo da República a intensificar e a apressar aquilo que, desde há muito, se perspetiva para o serviço público de rádio e televisão nos Açores, que é o seu fim.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Costa (PSD): Então aprovaram uma comissão que não serve para nada?!

Deputado Duarte Freitas (PSD): A Deputada Isabel Rodrigues é que devia falar! Ela é que está no grupo de trabalho!

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Estou no grupo de trabalho pela Assembleia, Sr. Deputado!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente,...

Presidente: Srs. Deputados...

Sr. Secretário Regional da Presidência, faça favor.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Não é, com certeza, por se tratar de um dos assuntos mais debatidos desta legislatura aqui, nesta Casa,...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados, vamos continuar.

Sr. Secretário Regional, faça favor.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dizia eu que não é, com certeza, por se tratar de um dos assuntos mais debatidos nesta legislatura aqui, nesta Assembleia, que este debate terá menor pertinência ou menor importância. Aliás, e infelizmente, de cada vez que se debate o serviço público de rádio e televisão nos Açores nesta Assembleia, o assunto tem mais pertinência, mais importância, mais urgência, porque as circunstâncias e os condicionalismos são, infelizmente, cada vez mais gravosos para os Açores.

Lamentavelmente, a RTP-Açores transformou-se, já era um caso de preocupação, mas veio a transformar-se num caso exemplar de uma certa estratégia, de um certo preconceito, de uma certa posição ideológica, todos eles

assentes nos mesmos princípios, que são, tendencialmente, de centralismo e de liberalismo desenfreados. O que se pretende, teimosamente, infundadamente, é levar, tornar a RTP-Açores na primeira de outras ações, parece-nos a nós, de forma relativamente concertada, como é o caso da Universidade dos Açores, o caso da gestão dos aeroportos na região, das passagens aéreas e obrigações de serviço público, tendo todas elas na sua base o mesmo raciocínio e esse raciocínio é a situação financeira do país que não permite que o Governo da República respeite a Constituição, a situação financeira do país, não permite que o Governo da República respeite a lei, não permite que, no caso concreto, se respeite o contrato de concessão e, por isso, o Governo da República sente-se desobrigado de cumprir o que está na Constituição, o que está na lei e o que é o seu dever. Em substituição, resolve inventar um outro serviço público de rádio e televisão para a Região Autónoma dos Açores, e para a Madeira, e para o país também (é bom dizê-lo).

A Constituição diz que se deve garantir, é obrigação da República garantir o pagamento integral de um serviço público de rádio e televisão de qualidade nos Açores, a lei a isso obriga, o contrato de concessão é claro nas obrigações da empresa concessionária, mas tudo isso fica em suspenso porque o país vive uma situação financeira difícil.

Tem sido esta a lógica de atuação deste Governo da República, do PSD, do CDS/PP e do Ministro Miguel Relvas. Essa responsabilidade não pode ser esquecida, deve ser salientada. O que se diz é que, de uma forma resumida, diria eu (esta é a triste história recente da RTP-Açores, algumas vozes, sempre as mesmas vozes na região - aliás, já tivemos a oportunidade de ouvi-las há pouco aqui, neste Plenário), o problema não é de agora, o problema era dos tempos do Eng.º Sócrates,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Estava bom na altura? É preciso ter lata!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não estava bom, mas está pior!

O Orador: ... o problema era dos Governos da República anteriores. Agora é só mais um problema. Isto já vinha de trás e é tudo mais ou menos a mesma coisa.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É preciso ter lata! É preciso ter lata!

O Orador: O serviço público de rádio e televisão na região vivia dificuldades, sempre viveu dificuldades, e, portanto, agora, isto é só mais um episódio.

Não é só mais um episódio. Os factos são indesmentíveis e têm a força que têm. Desta vez é a sério, Sr. Deputado Clélio Meneses, desta vez não é só mais um episódio. Aliás, aquilo que eram rumores, que vêm sendo boatos, e alguns com maior desenvolvimento na imprensa, outros com menor, nunca passaram disso. E, de facto, isto é que é preciso ter em atenção. Rumores nunca passaram de rumores, nenhum dos governos anteriores da República avançou com qualquer medida concreta que limitasse a emissão da RTP-Açores.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

O Orador: O único que o fez foi este Governo da República,...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Exatamente!

O Orador: ... que é do PSD e do CDS/PP e que tem a tutela da comunicação social na mão do Sr. Ministro Miguel Relvas. Esses é que são os factos...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... e o senhor pode vir com todo o discurso que quiser que, contra isso, não pode arguir nada. E o facto é que é agora, nesta altura, nesta fase, que a RTP-Açores vive este problema, com gravidade e com consequências que se estimam difíceis de evitar.

E, depois, tudo isso tem uma lógica também de organização do serviço público. O plano do Sr. Ministro Miguel Relvas é privatizar parte do serviço público, reduzir, cortar, diminuir. É assim no país e é assim nas regiões autónomas, com a particularidade de ele ter feito questão de começar pelo serviço público das regiões autónomas. Fê-lo na Madeira e já conseguiu implementar o que pretendia. Não conseguiu nos Açores, em virtude de alguma resistência concertada, até se pode dizer, dos poderes públicos regionais e dos responsáveis da administração da RTP, e agora tem condições, provavelmente, para o conseguir, finalmente. E, portanto, isso leva a que qualquer posição que se venha a tomar seja, nesta altura, muito mais premente, muito mais urgente.

Eu gostava também de aproveitar esta ocasião para dizer que nesta transformação da RTP-Açores numa espécie de janela entreaberta da autonomia, o Governo dos Açores tem tido sempre, tem-se pautado, tem pautado a sua atuação por uma posição coerente, conhecida, pública e divulgada em todas as circunstâncias. Não houve nenhum tipo de variação.

Deputado João Costa (PSD): Varia é um pouco nos valores!

O Orador: Do nosso lado a posição é clara. Com a atual moldura constitucional, com a atual moldura legislativa, com o figurino que existe, o serviço público de rádio e televisão nos Açores é uma competência exclusiva e tem de ser inteiramente financiado pela República. Sobre isso não há dúvida nenhuma. Foi sempre isso que dissemos desde agosto, quando o Sr. Ministro Miguel Relvas anunciou, pela primeira vez, que pretendia reduzir a emissão da RTP-Açores. Foi sempre isso que dissemos nos contactos que mantivemos com a administração da RTP, com a tutela da RTP, por várias vezes ao longo do tempo que decorreu. É isso que mantemos nesta altura e é contra isso, contra as intenções de não respeitar as obrigações constitucionais e legais que nos bateremos sempre. Foi isso que dissemos e é isso que vamos fazer. E, portanto, em consonância...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É pena não terem feito no passado! Foi pena não terem descoberto isso!

O Orador: ... com esse posicionamento claro, iremos atuar, daqui também para o futuro, em virtude daquelas que vierem a ser as consequências concretas que se venham a notar no serviço público de rádio e televisão na região.

Deputado João Costa (PSD): É muita resignação!

O Orador: O que o Sr. Deputado Clélio Meneses veio aqui dizer, e o PSD Açores tem sido pródigo nesse tipo de posicionamento, foi o seguinte: a RTP-Açores tinha uma unha encravada, era um doente com uma unha encrava. E nós, por várias vezes, dissemos nesta Casa que a RTP-Açores era um doente com uma unha encravada, que era preciso olhar para o problema e era preciso arranjar uma solução para desencravar a unha. Chegou o Ministro Miguel

Relvas e disse assim: “Eu, médico especialista em unhas encravadas, tenho a solução. A solução é a seguinte:...

Deputado João Costa (PSD): É muita resignação!

O Orador: ... corta-se o braço e fica-se à espera que o braço volte a crescer”.

Nós não acreditamos nesse tipo de solução,...

Deputado Rui Ramos (PSD): É muita resignação! Qual é a vossa solução?

O Orador: ... Srs. Deputados, nós não pactuamos com esse tipo de solução, nós não vamos cortar braço nenhum para resolver um problema de uma unha encravada. Nós temos que atuar é sobre a unha encravada. Essa é que é a solução,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Qual é a solução?

O Orador: ... e a solução é aquela que nós sempre nos batemos por garantir, que é o cumprimento das obrigações do Estado. Estamos disponíveis, como sempre estivemos, para, concertadamente, de uma forma responsável, procurar perceber alternativas de funcionamento futuro. Estamos disponíveis. Eu já disse isso à administração da RTP, já disse à tutela política. Estamos sempre disponíveis. Neste processo todo, e até agora, tivemos zero propostas concretas da parte da República, zero propostas concretas da parte da tutela da RTP. Nunca nos foi proposta nenhuma solução de futuro, nunca nos foi explicada nenhuma solução futura, aliás, nem estas medidas que se pretendem implementar nos foram explicadas alguma vez. Nem aos açorianos. Os açorianos, ninguém sabe nos Açores quanto é que se poupará...

Deputado Clélio Meneses (PSD): É muita resignação! Por isso é que se fez a proposta que se fez!

O Orador: ... com a redução e a concentração da emissão da RTP-Açores. Ninguém sabe nos Açores quais são as consequências em termos de recursos humanos, de meios humanos na RTP, de uma medida desta natureza. Ninguém sabe qual é o aumento de qualidade que isto proporcionará ao serviço público que é prestado na região. E essas obrigações são de quem quer tomar a decisão. Quem tem essa decisão para tomar, quem diz que isto é que a melhor solução tem que nos explicar, tem que nos provar, tem que nos demonstrar que essa é,

de facto, a solução que melhor se coaduna com o serviço público na região. Essa é a obrigação.

Nós não acreditamos naqueles que, como os senhores do PSD, dizem que...

Deputado Rui Ramos (PSD): Já está!

O Orador: ... é fazer melhor com menos. Faça-se melhor com menos. Vai ter menor financiamento, mas vai ser melhor. Vai-se ter a emissão concentrada em poucas horas, mas vai ser melhor. Vai ter menos funcionários, mas vai ser melhor. Não vai ser melhor. Para ser melhor tem de ter os meios necessários.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quem é que disse isso? Quem é que disse isso? Ninguém disse isso!

Deputado Berto Messias (PS): O que é isso? Que registo é esse?

O Orador: Para ser melhor tem de ser melhor com os meios que forem necessários para assegurar o serviço.

E, depois, e terminando, Sr. Presidente, esta primeira intervenção...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Deturpa as palavras dos outros com um sentido contrário! Isso é inadmissível!

O Orador: Sr. Presidente, não é fácil conseguir...

Presidente: Vamos continuar, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Secretário Regional, faça favor de continuar.

O Orador: O Sr. Deputado Clélio Meneses está um bocadinho enervado.

Presidente: Faça favor de continuar.

(Apartes inaudíveis do Deputado Clélio Meneses)

O Orador: Está um bocadinho enervado, o Sr. Deputado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos manter a serenidade.

Faça favor de continuar, Sr. Secretário.

O Orador: Em relação à acusação que foi feita ao Governo Regional e à região de que não sabia, de que não tinha uma orientação clara para o apoio que prestava à RTP-Açores e que um ano era uma coisa, outro ano era outra, que não sabia, que não tinha uma lógica de apoio, de coerência, eu gostava de dizer

ao Sr. Deputado e ao PSD que a região apoia a RTP-Açores conforme as necessidades da RTP-Açores e conforme as disponibilidades orçamentais da região. Esse apoio é por nós considerado um apoio complementar...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Há ou não há?

O Orador: ... à garantia e à obrigação da prestação de serviço público, que não é da responsabilidade da região.

Perguntava o PSD qual é a responsabilidade da região. Em termos legais e constitucionais, no financiamento da RTP, é zero, Srs. Deputados, zero. Nós prestamos um apoio complementar, de acordo com as necessidades que a RTP-Açores nos traz e de acordo...

Deputado Luís Garcia (PSD): De acordo com o vosso humor!

O Orador: ... com a disponibilidade orçamental que, a cada momento, vamos tendo, apostando, nesta fase, de forma particularmente mais intensa, porque as dificuldades...

Deputado Rui Ramos (PSD): Não vale a pena dividir!

O Orador: ... da RTP-Açores são maiores e existiu a capacidade de fazer esse aumento do apoio normalmente prestado. Foi isso que fizemos. Não tem aqui nada de extraordinário.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E para terminar mesmo, gostava de, nesta primeira intervenção, clarificar aqui um aspeto que nos foi trazido também pela bancada parlamentar do PSD. Dizia o Sr. Deputado Clélio Meneses que o património desta Assembleia nesta matéria era claro e devia orgulhar-nos e marcava uma posição muito clara. Pois, isso é verdade, em relação ao património desta Assembleia nesta matéria. Mas o património desta Assembleia nesta matéria não é coincidente com o património do PSD-Açores nesta matéria, porque o PSD-Açores não teve uma posição sobre esta matéria, teve várias posições.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não teve? Isto é inadmissível!

O Orador: Eu vou-lhe demonstrar.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isto é uma vergonha! Quantos projetos o PSD apresentou? A mentira indigna-me!

Deputado Francisco César (PS): A mim também!

O Orador: Em janeiro de 2009,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): É mentira!

O Orador: Mas ouça lá, ainda nem fundamentei o que disse! Como é que o senhor já pode dizer que é uma mentira?

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Secretário.

O Orador: Tenha calma! Ouça!

Em janeiro de 2009, a Lusa dizia,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Oh! Outra fonte independente!!

O Orador: ... a Agência Lusa, tutelada pelo Sr. Ministro Miguel Relvas, dizia que: “A líder do PSD-Açores defendeu, esta tarde, que o financiamento das obrigações decorrentes do serviço público de rádio e televisão nas ilhas deve ser integrado na Lei de Finanças Regionais”.

Em janeiro de 2009, o PSD-Açores dizia que a televisão nos Açores devia ser financiada pela Lei de Finanças Regionais.

Deputado Rui Ramos (PSD): Não foi bem isso. O senhor está a destorcer.

Orador: Portanto, o dinheiro e as verbas que eram dos Açores, era Lisboa que dizia onde nós as aplicaríamos...

Deputado Rui Ramos (PSD): Não foi bem isso! O senhor está a deturpar!

O Orador: ... e parte delas eram para a televisão, para o serviço público de rádio e televisão.

Em fevereiro de 2011,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não é verdade! Não foi nesses termos! Está descontextualizado!

Deputado Pedro Gomes (PSD): É muita resignação! Deve referir, o Sr. Secretário, que são projetos de interesse comum!

O Orador: Não é verdade? Então está aqui num *tape* da Lusa! É mentira da Lusa?!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Está a descontextualizar!

O Orador: Agora estou a descontextualizar! Há bocadinho era mentira, agora estou a descontextualizar.

Em fevereiro de 2011, os senhores diziam, num projeto de resolução que aqui apresentaram, que a responsabilidade de financiamento era integralmente do Estado. Já não era pela Lei de Finanças Regionais, era “o Estado que pague!”. Dois anos depois, era “o Estado que pague”.

Em agosto de 2011, a Sra. Presidente do PSD-Açores e o Sr. Deputado líder da bancada parlamentar do PSD...

Deputado Rui Ramos (PSD): A gente já sabia que o senhor ia falar!

O Orador: ... defendiam a criação de uma sociedade anónima regional para gerir a RTP-Açores. Quer dizer, num espaço de dois anos,...

Deputado Francisco César (PS): Também é verdade!

O Orador: ... já vamos em três soluções diferentes, e vem o Sr. Deputado Clélio Meneses aqui dizer, “Nós só temos uma posição!

Deputado Clélio Meneses (PSD): E é verdade!

O Orador: O nosso património é conhecido!”.

Têm três, Sr. Deputado, pelo menos três. E, depois, a cereja em cima do bolo são as declarações recentes da Sra. Presidente do PSD-Açores, Dra. Berta Cabral, ao telejornal da RTP, a 26 de abril, porque o Sr. Ministro Miguel Relvas tinha ido a uma audição na Assembleia da República e tinha sido inquirido por um Deputado do PS-Madeira sobre o serviço público de radio e televisão nas ilhas, nas regiões autónomas, que diz assim: “Vamos aguardar e ver o que é que se vai passar, porque eu também às vezes não sei bem. Fala-se de muita coisa e eu não sei bem o que é que já está determinado”. Quer dizer, depois de três posições diferentes, chegaram à final e a final é, “Eu não sei bem, não faço ideia, vamos aguardar. Não sabemos bem o que é que está a acontecer e, portanto, vamos aguardar”.

Deputado António Ventura (PSD): Qual era o contexto disso? Citam erradamente!

O Orador: É isto que me preocupa muito. É isto que preocupa muito os açorianos, porque no recente Congresso do PSD,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): É o chamado discurso betoneira! Misturam tudo e depois deitam cá para fora!

O Orador: ... a Dra. Berta Cabral virou-se para o seu companheiro Passos Coelho, Primeiro-Ministro de Portugal, e disse: “Sr. Primeiro-Ministro, sempre que houver um problema que afete os Açores, eu vou falar consigo olhos nos olhos”. E, afinal, falou baixinho e com os olhos no chão.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Berto Messias (PS): O problema é que nada disto é descontextualizado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É o chamado discurso betoneira! Misturam verdades com mentiras e depois deitam cá para fora!

Presidente: Vamos continuar o debate.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Apartes inaudíveis das bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não entrem em diálogo, por favor.

Vamos continuar o debate.

Sra. Deputada Zuraida.

A Oradora: Por uma economia de tempo, eu vou coibir-me de, mais uma vez, aqui fazer a prova da necessidade e do direito e da justa reivindicação dum serviço público de rádio e televisão, nesta região, com a mesma qualidade e com a mesma dignidade de qualquer outra parte do nosso território nacional. Já o fiz aqui, várias vezes, já o fizemos todos e todas aqui, várias vezes, não vale a pena repetir.

Queira ou não queira o Sr. Ministro Miguel Relvas, os Açores têm uma história. Têm passado, têm presente e têm futuro. E o serviço público de rádio e

televisão é, simultaneamente, ator deste passado, deste presente e deste futuro como seu difusor. E a história dos Açores não acaba porque o Sr. Ministro Miguel Relvas considera que o serviço público de rádio e televisão cumpriu a sua missão histórica e não tem mais nada para fazer.

Infelizmente, o Sr. Ministro Miguel Relvas não faz a mínima ideia do que são os Açores, não faz a mínima ideia da sua história, não faz, sequer, a mínima ideia da importância e da necessidade do serviço público de rádio e televisão nesta região, mais do que em qualquer outra do nosso território, porque, das duas uma, se fizesse a mínima ideia, então nós teríamos que dizer que o Sr. Ministro é intelectualmente desonesto e age de má-fé.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: E eu prefiro considerar que o senhor é apenas ignorante.

Esta era a primeira coisa que eu queria dizer.

Esta história, como já foi aqui lembrado por outros deputados que me antecederam, já teve um bocadinho de tudo, desde o célebre “quem paga manda”, que, enfim, não é inédito no nosso país. Já foi dito por várias individualidades e vários governantes; voltou a ser repetida na cara e na presença da delegação de deputados e deputadas desta Casa aquando da receção que o Sr. Ministro Miguel Relvas fez a essa delegação; já passou por um conjunto de deputados que tinham que se despachar e falar depressa, porque o Sr. Ministro só tinha uma hora para nos atender, porque nós tínhamos ido à metrópole e agora bem podíamos regressar a casa; já passou por um estudo cujas conclusões já eram antes de serem, ou seja, por um conjunto de individualidades merecedoras de todo o respeito nas suas competências, mas que se puseram a jeito e que aceitaram ser um joguete, com o estudo assinado por elas com conclusões encomendadas pelo Sr. Ministro Miguel Relvas, e o ataque objetivo à nossa televisão e ao nosso serviço de rádio e televisão, ao nosso serviço público foi o primeiro sinal, nesta região, de que a autonomia dos Açores estava debaixo de fogo. Foi o nosso primeiro sinal.

A seguir a este primeiro sinal vários têm vindo. Aliás, têm vindo e vão continuar a vir. Essa é que é a expectativa, infelizmente, e são conhecidos, e também não vale a pena estar a enumerá-los.

Depois, eu gostaria, daqui desta bancada, dizer uma coisa, claramente, aos açorianos e açorianas. Há quem confunda, na nossa região - e quando digo “há quem confunda” estou-me a referir quer a *opinion makers* de vários quadrantes e vários setores, quer a vários partidos -, no caso o Sr. Secretário Regional chamou-lhe a “unha encravada” e o braço, eu chamar-lhe-ia o bebé e a água do banho ou, dito de outra maneira, uma coisa é nós criticarmos as fragilidades, o funcionamento, a qualidade, ou a falta dela, da nossa televisão, criticar a qualidade e reivindicar mais qualidade e querer mais, querer mais serviço público, querer mais programas, querer mais criatividade, querer mais ousadia. Temos todo o direito de o fazer. Agora, o que nós não temos o direito de fazer é confundir esta reivindicação com “se nós não gostamos e se nós temos críticas a fazer ao serviço público de televisão, então deitamo-lo fora e acabamos com ele”. Isto é que é deitar fora a água e o bebé. Não pode ser! E os açorianos e açorianas têm que ter consciência de que de cada vez que entram nesta conversa da crítica fácil e de ataque fácil à nossa televisão, estão objetivamente a dar argumentos ao adversário, ou seja, estão a fragilizar esse serviço público e a dizer “não presta, pode-se deitar fora”. O que nós temos que fazer são duas coisas completamente diferentes: primeiro (e temo-lo dito, nós, Bloco de Esquerdo, desde o primeiro dia, nesta Casa), defender o serviço público de rádio e televisão na nossa região contra todos.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: E não é ficar descansado à espera daquilo que aí vem, à espera do que o continente decidir ou a República decidir. Não, não, açorianos e açorianas! Podemos votar e perder, mas se não lutarmos e se não reivindicarmos um direito, então, de certeza que o perderemos completamente. Portanto, critiquemos a televisão e todas as suas fragilidades e falta de qualidade, mas reivindicemos o direito que temos a ela, como qualquer outro português ou portuguesa no nosso país.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Depois, um comentário inevitável à forma desregulada – e estou-me a referir à intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses, que espero não estar a falsificar, digamos assim, tanto quanto eu entendi –, como a região tem financiado o serviço público de rádio e televisão.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E é verdade!

A Oradora: Foi isto que disse.

Sr. Deputado, eu lamento que o Sr. Deputado Clélio Meneses, neste caso concreto, estou-me a referir a esta parte da sua intervenção, não tenha dito uma coisa muito simples: é que o Governo Regional não tem que financiar...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas financiou!

Deputado José Cascalho (BE): É verdade!

A Oradora: ... o serviço público de rádio e televisão, nem de forma regulada nem de forma desregulada. Não tem de financiar de forma nenhuma.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Então por que é que financiou?

A Oradora: Quem tem que financiar e garantir aqui o mesmo que garante a todos os outros portugueses é o Governo da República.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: E vou-lhe dizer uma coisa, Sr. Deputado, nós, nesta Casa, que reivindicamos e exigimos pluralidade, democracia, isenção, independência, temos é que, exatamente, não querer que o Governo Regional financie o serviço público de rádio e televisão, porque isso é garantia de mais isenção, de mais independência do poder político, neste caso do Governo Regional, de mais democracia, de mais pluralidade.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: Agora, querer as duas coisas é que, então, mais uma vez, não bate a bota com a perdigota. Quem tem obrigação de fazer nos Açores o que faz em qualquer outra parte do nosso território nacional é o Governo da República, queira ou não queira.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: E o Governo Regional, de forma regulada ou desregulada, financia a RTP, não o devia fazer, não devia ter que o fazer e nós devemos lutar contra essa necessidade, exigindo da República o que ela tem que dar.

É que para comprar o prego ou a autorização para comprar o prego,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas foi o que ele fez!

A Oradora: ... não é despidendo que seja a República a pagar ou que seja o Governo Regional a dizer “tomem lá uns trocos para comprarem, em vez de um prego, dois”. É exatamente o contrário daquilo que nós todos os dias reivindicamos neste Plenário.

E, depois, finalmente, o estudo. Pois, eu aguardo com a maior expectativa, como – penso – todos nós, o resultado do estudo que está a ser feito na nossa região sobre as obrigações e as características do serviço público nos Açores. Mas eu tenho medo de uma coisa e confesso-a. Eu tenho muito medo que os resultados, inevitavelmente brilhantes, deste estudo cheguem quando já não houver RTP-Açores na nossa região; quando aquilo que houver é uma frincha. E bem pode o estudo dizer como é que a televisão, na nossa região, tem que ser para ser a melhor do mundo, quando ela já está reduzida a uma “frinchinha” por onde passará pouca coisa.

Finalmente, os dois projetos de resolução que temos em mãos. O Bloco de Esquerda irá votá-los favoravelmente, porque os entendemos, de facto, quer o do PPM, quer o do PSD, como complementares e atrevia-me a dizer que o do PSD sem o do PPM é pouca coisa. Não que não seja necessário ouvir o novo diretor do centro. Não que não seja necessário e sempre aconselhável ouvir a comissão de trabalhadores, mas não é isso que, neste momento, está em causa, não é essa a prioridade neste momento. A prioridade neste momento é continuarmos todos a uma voz a dizer “não abdicamos deste serviço público na Região Autónoma dos Açores, ninguém abdica dele, nem dentro desta Casa, nem no Governo, os órgãos de governo próprio, nenhum açoriano e nenhuma açoriana”. E, depois, Sr. Deputado Paulo Estêvão, tenho que lhe dizer isto em nome da verdade e da lealdade com que nos relacionamos dentro deste Plenário. Disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, e não serei eu que o vou desmentir, que

tem sempre coragem, frontalidade, proactividade, reivindicou isto para si e não serei eu que lho tiro. Mas quero dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado Paulo Estêvão, lamento profundamente que em setembro do ano passado, quando esta Casa aprovou com a unanimidade de todos os partidos e a abstenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, quando aqui aprovámos uma resolução que exatamente no seu ponto número 1 reivindica aquilo que o senhor agora propõe...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ora, aí está!

A Oradora: ... no seu projeto de resolução, o Sr. Deputado, talvez porque aí estivéssemos, não sei, a nove meses, mais ou menos, das eleições regionais, absteve-se. E eu lembro-me de ter feito desta bancada uma intervenção apelando ao consenso, dizendo “ponhamos de parte as diferenças de modelos de funcionamento que temos para a televisão nos Açores, ponhamos de parte as diferenças e vamos unir-nos em torno daquilo que é essencial”. E o senhor, na altura, não quis ser sensível a esse apelo e absteve-se. Eu lamento. Lamentei na altura muito, continuei a lamentá-lo. Acho que este projeto de resolução é uma forma correta...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Se redimir!

A Oradora: ... do Sr. Deputado se redimir e corrigir isso, que foi, na altura, um erro. Bem-vindo ao clube, Sr. Deputado. Na realidade vamos todos reivindicar da República aquilo que a República tem a obrigação de disponibilizar aos açorianos, como faz a qualquer outro português.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Quero aproveitar, até na sequência das palavras que a Deputada Zuraida Soares dirigiu ao Deputado Paulo Estêvão, para lhe fazer uma saudação, ao Deputado Paulo Estêvão, exatamente porque, digamos, evoluiu para uma posição...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu já explico!

O Orador: Oh Sr. Deputado, eu vou, se me deixar terminar...

Não abdicando, certamente, daquilo que é o seu projeto e o seu entendimento para a RTP-Açores, considerou que, neste momento, aquilo que era mais adequado era exigir do Estado que cumprisse as suas obrigações. Portanto, eu estou aqui a reconhecer-lhe esse mérito e a dizer-lhe, desde já, que vou aprovar, sem nenhum condicionalismo, o seu projeto de resolução. Portanto, não entenda isto, de maneira nenhuma, como uma crítica, antes pelo contrário, é um reconhecimento que, de facto, este contributo que V. Excia. está a dar é importantíssimo. Portanto, não entenda isto, de maneira nenhuma, como uma crítica, e acho que a evolução, ou melhor, que a posição mais adequada é, efetivamente, aquela que V. Excia. nos trouxe aqui e que vai, certamente, ser aprovada, se não por unanimidade, por larga maioria.

Mas, ainda antes de me referir a outras propostas, gostaria de tecer uma consideração ou duas, até para que se entenda este problema. De facto, a questão não é de guerra partidária, Sr. Deputado Clélio Meneses, mas é de visões diferentes daquilo que deve ser o serviço de rádio e televisão, não só nos Açores, como no país. E, de facto, aí nós, certamente, temos visões diferentes. E são essas visões políticas diferentes que nos levam a ter posições diferenciadas também relativamente à questão da RTP-Açores, e eu gostaria de lembrar o seguinte. Todos os países da União Europeia têm serviços públicos de rádio e televisão e o modelo público que existe em Portugal, isto é, público e privado, é a regra na União Europeia e não é a exceção.

Mas gostaria também de dizer o seguinte. O serviço público de rádio e televisão em Portugal é dos mais baratos do mundo e da União Europeia. Aliás, aquilo que se paga são 15 cêntimos por dia para ter 11 canais de televisão e 7 antenas de rádio.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é em Cuba?

O Orador: Não! É em Portugal, Sr. Deputado.

E esses 15 cêntimos por dia, já agora, eu gostaria de dizer o seguinte: não são por cidadão, são por domicílio. Isto é, a cada domicílio português é atribuído qualquer coisa como 15 cêntimos por dia para suportar, e é isto que os portugueses pagam e é isto que nós pagamos para termos um serviço público de

rádio e televisão que tem um potencial de 200 milhões de pessoas a ver e a ouvir. E isto para dizer o seguinte. Há, de facto, aqui, uma diferença substantiva. Nós sabemos que o Governo da República pretende dismantelar o serviço de rádio e televisão públicas no nosso país. E nesse projeto de dismantelamento da RTP, de rádio e televisão públicas no nosso país, é evidente que está incluída a RTP-Açores. Aliás, todos nós nos lembramos, principalmente os deputados que integram a CAPAT que estiveram reunidos com o Sr. Ministro Relvas, enfim, daquela reunião em que o Ministro Relvas nos disse que se nós quiséssemos a independência da RTP-Açores, que ele a dava, ao que lhe foi dito (mas que a pagássemos, é claro!) que nós não queríamos a independência, nem da Região Autónoma dos Açores, nem da RTP-Açores.

Deputada Zuraída Soares (BE): Pelo menos para já!

O Orador: Que quando o quiséssemos, lhe diríamos e que assumiríamos essa responsabilidade.

O que nós queríamos era a autonomia da RTP-Açores e aquilo que a Região Autónoma dos Açores e os deputados que representavam a Região Autónoma dos Açores naquela reunião com o Ministro Relvas queriam era que o Estado cumprisse a obrigação que tem para com a região e para a garantia do serviço público de rádio e televisão nos Açores.

Aqui, Sr. Deputado, há, de facto, diferenças, porque o Governo da República pretende acabar...

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor não ouviu o que eu disse, não ouviu!

O Orador: Isto tem importância, Sr. Deputado. Isto para o senhor não vir acusar que há aqui guerrilhas partidárias, porque aquilo que o Governo da República pretende fazer é dismantelar a RTP, designadamente privatizar um canal e acabar com a publicidade na rádio e na televisão pública.

Mas isso é muito grave porque quando acabar a publicidade no canal público, o que é que vai acontecer?

O passivo da RTP, SA. ronda os 600 milhões de euros,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mais do que isso!

O Orador: ... mas como é que está a ser pago esse passivo? Esse passivo não está a ser pago pelos contribuintes, não sai dos tais 15 cêntimos que mensalmente, ou que diariamente, nos sai dos bolsos. Esse passivo está indexado a um empréstimo de um grupo financeiro holandês e francês e que as receitas da publicidade amortizam o passivo da RTP.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quem é que fez esse contrato?

O Orador: Quando V. Excias., quando o vosso Governo acabar com a publicidade na RTP, SA. ou nos canais públicos da rádio e televisão, quem é que vai pagar o passivo? Os contribuintes. Então, sim! Vão ser os contribuintes. E porque é que o Governo da República quer acabar com isto?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quem é que fez esse contrato?

O Orador: Para dar publicidade aos canais privados de televisão.

E, portanto, todas estas coisas têm a sua importância. Eu julgo que esse esclarecimento era, efetivamente, importante para que não restem dúvidas sobre alguns aspetos que estão ligados a esta problemática que estamos aqui a discutir.

Como já disse, a proposta do PPM merece o nosso apoio. Aliás, recomenda aquilo que deve recomendar, ou seja, que o estado cumpra aquilo a que está obrigado. Se isto é válido para a televisão, é bom que se diga que é igualmente válido para outras questões que têm estado nas nossas preocupações e que fazem parte da maior ofensiva ao regime autonómico, à autonomia açoriana de que há memória, que é a desresponsabilização das obrigações que o Estado tem para com a Região Autónoma dos Açores. Aliás, agora até, ao que parece, ao nível da defesa nacional, vai haver algumas alterações que importa também estarmos atentos a elas. Mas a verdade é que há aqui uma estratégia de estrangulamento daquilo que é a autonomia.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Com a conivência de alguém!

O Orador: Porque se nos estrangulam financeiramente, somos remetidos para um período em que o Presidente do Governo Regional da altura, o Dr. Mota Amaral,...

Deputado Duarte Feitas (PSD): Isso acontece! Até assumem os empréstimos que o Governo Regional não pode pagar!

Esse é que é o estrangulamento!

O Orador: ... tinha de andar a esmolar as receitas para ter um orçamento e um plano de investimentos.

Não estou a fazer nenhuma crítica ao Dr. Mota Amaral, estou apenas a fazer...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É tudo verdade!

O Orador: Todos nós sabemos que o instrumento mais importante...

(Apartes inaudíveis das bancadas)

O Orador: Se me derem licença, porque o meu tempo é relativamente curto.

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Não estou a fazer nenhuma crítica ao Dr. Mota Amaral nem aos governos do Dr. Mota Amaral. Aquilo que estou a dizer é o seguinte:...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso tem um nome, mas eu não vou dizer qual é!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Faça favor de continuar, Sr. Deputado Aníbal Pires.

O Orador: ... até ao instrumento que se chama Lei de Finanças Regionais, nós sabemos que o projeto autonómico estava bem. Precisávamos de um relacionamento estável, de um relacionamento financeiro...

(Aparte inaudível da Deputada Zuraída Soares)

O Orador: Oh Sra. Deputada, mas está incomodada porquê?

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

(Aparte inaudível da Deputada Zuraída Soares)

O Orador: Eu já tomei, Sra. Deputada, mas, de facto,...

Presidente: Faça favor de continuar.

O Orador: ... não sei qual é que é o seu incómodo. Também está com azia?

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado. Vamos manter os ânimos serenos.

O Orador: Oh Sr. Presidente,...

Presidente: Faça favor de continuar.

O Orador: ... eu julgo que estou a tratar e a abordar este tema com toda a seriedade. Agora, quer dizer, a minha paciência tem limites.

Deputado Pedro Gomes (PSD): A nossa também, Sr. Deputado!

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Eu sei que está incomodado, Sr. Deputado.

(Apartes inaudíveis das bancadas)

Presidente: Faça favor.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

E todos sabemos que o processo autonómico estava bem até 98 e só a partir de 98, com a Lei de Finanças Regionais, foi possível termos um orçamento, termos garantia de financiamento do plano de investimentos da região. Até aí não.

Agora, o que é que a República nos está a fazer? O que é que o Governo do PSD e do CDS/PP nos está a fazer? Está a tentar estrangular-nos financeiramente, por via da desresponsabilização que tem em relação às competências a que está obrigado constitucionalmente.

E é grave que alguns partidos nesta região estejam a assumir o ónus dessa despesa.

Deputado Artur Lima CDS/PP): Quais? Diga quais são os partidos!

Deputado José San-Bento (PS): Ninguém tem dúvidas, Sr. Deputado!

Deputado Berto Messias (PS): Penso que é claro!

O Orador: Eu penso que é claro. As açorianas e os açorianos sabem perfeitamente...

Deputados Artur Lima (CDS/PP) e Clélio Meneses (PSD): Diga!

O Orador: ... que o PSD tem vindo a chamar a si essa atitude...

Deputado João Costa (PSD): Não falseie a história! Pode irritar-se, mas não falseia a história!

O Orador: ... de querer assumir as despesas ou as competências que são do Estado na região, que têm estado a querer que a região as assuma e no caso da RTP-Açores também assim tem vindo a acontecer.

A região, não é o Governo Regional, não tem de financiar a RTP-Açores. Não tem!

Deputado João Costa (PSD): Diga isso ao Governo!

O Orador: Quem tem de garantir esse serviço é o Estado.

Mas para terminar, Sr. Presidente, dizer o seguinte. A Representação Parlamentar do PCP também vai aprovar o projeto de resolução que o PSD nos traz.

Deputado António Ventura (PSD): O contrário é que seria de estranhar!

O Orador: Mas eu não posso deixar de dizer que o vosso projeto é apenas para não ficarem de fora, porque V. Excias. o que estão a fazer é um *déjà vu*, é normalmente aquilo que fazem, e não sei se virá a acrescentar...

Deputado João Costa (PSD): Ah! Acha que ouvir não é bom! É típico!

O Orador: ... alguma coisa a esta discussão e a esta problemática, porque aquilo que é fundamental e naquilo que nós devemos estar unidos é na exigência que o Estado cumpra as obrigações que tem para com as autonomias. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estamos na hora habitual de fazermos o nosso intervalo. Retomamos os nossos trabalhos às 12 horas.

Até já.

Está inscrito, a seguir, o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Eram 11 horas e 35 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, agradecia que retomassem os vossos lugares.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 07 minutos.

E agora, sim, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, a senhora tem razão na crítica que me dirigiu.

Deputada Zuraida Soares (BE): Foi uma constatação!

O Orador: A crítica e a referência que me fez são, penso eu, justas. Mas eu devo-lhe referenciar porque é que alterei...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Isso é que é ser sério!

O Orador: ... o meu posicionamento em relação a essa questão.

O meu posicionamento tem a ver com o seguinte. Apresentei, ao longo desta legislatura, um projeto de cotutela. Esse projeto de cotutela era um projeto público. Portanto, há aqui uma diferença muito significativa em relação ao projeto que, em determinada altura, o PSD apresentou, que prevê a entrada de privados, e o projeto que o PPM tem vindo a defender, ao longo de toda a legislatura, que é exclusivamente público.

Deputada Zuraida Soares (BE): É o que nós defendemos, o que o Bloco defendeu.

O Orador: A diferença é que teria uma cotutela por parte da região e do Estado e, portanto, uma responsabilidade. Essa responsabilidade da região teria que ser compensada com três coisas, a questão da internacionalização do canal, que nós estamos convencidos que significaria um conjunto de verbas muito significativas para a RTP-Açores, tendo em conta a diáspora de 3 milhões de luso-descendentes e da nossa diáspora açoriana nos Estados Unidos e no

Canadá; e também as verbas de publicidade, que são residuais e que, de acordo com os estudos que são recentes em relação às verbas de publicidade que são obtidas nos diferentes canais autonómicos da Península Ibérica, estas verbas publicitárias chegam aos 20%, quando corretamente geridas; e também com a transferência da taxa de audiovisual para a responsabilidade da região. Nós prevíamos a entrada dessas receitas e, portanto, também absorver responsabilidades nessa área, no âmbito da gestão, mas tendo uma incidência parlamentar, tal como sucede em relação aos canais públicos nas Canárias, aos três canais públicos regionais. Não é só um que as Canárias tem, têm três e são três canais com programação integral, sem janelas, três canais e nesses três canais existe uma gestão, existe uma equipa de gestão que é escolhida e é referendada no Parlamento por maioria qualificada, para evitar que venha a ser hegemónizada pelo partido maioritário.

Portanto, o projeto que nós apresentámos tem esta apresentação. Eu considerei que, ao longo da legislatura, o deveria defender, mas neste preciso momento o meu posicionamento é diferente. É diferente não pelo facto de ter deixado de pensar aquilo que penso - continuo a considerar que o projeto de cotutela é o mais adequado -, mas a cinco meses das eleições eu considerei que a única posição, neste momento, que poderia ter força, impacto, era, realmente, exigir aquilo que, de facto, o Estado tem, que é responsabilidades. Tem uma responsabilidade em relação à lei, tem uma responsabilidade em relação à observância do desenho constitucional da nossa autonomia. O Estado tem essas responsabilidades e, a 5 meses das eleições, a única posição racional, a única posição objetiva é exigir que o Estado continue a cumprir aquelas que são as suas obrigações. Por isso, o meu posicionamento é esse e tem a ver, de facto, com a conjuntura em que vivemos.

E por que é que nós apresentámos agora?

Dizia o PSD, há pouco, penso até que foi num aparte,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Foi um aparte ali do Sr. Secretário.

O Orador: ... que a posição do PPM é “chover no molhado”. A posição do PPM não surge porque me lembrei, num dia de manhã, de apresentar esta

proposta. É porque tive informação – e se a informação não for correta, que me desmintam – de que se estava a implementar uma janela de funcionamento a partir do final da tarde, que se estava novamente a voltar ao modelo da janela, depois deste modelo ter ficado adormecido, certamente por influência também da intervenção do Parlamento dos Açores. Este modelo ficou adormecido e agora a alteração que existiu é que tenho informação absolutamente fidedigna, e até foi amplamente noticiada, de que se estava a tentar criar novamente a janela. Mais do que isso, que se está a preparar a destruição de um programa que tem uma grande audiência e um programa que tem um grande impacto junto dos açorianos, que é o *Bom dia, Açores*, que é, como se sabe, um programa descentralizado, em que são trabalhados diferentes contextos do ponto de vista social e económico,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas quem é que quer destruir o programa?

O Orador: ... com uma ampla participação da sociedade açoriana e este programa está a ser desmantelado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas quem é que quer destruí-lo?

O Orador: É um programa fundamental e é um programa que significa uma mais-valia muito importante para a RTP-Açores, na medida em que é a este programa que se lhe deve um conjunto mais alargado de audiência e de maior carinho popular em relação à RTP. E, portanto, uma má política de gestão é destruir exatamente o programa da RTP-Açores que tem maior audiência, que tem maior aceitação popular, que tem maior participação e que presta um serviço público absolutamente fundamental. E, portanto, que me desmintam que não estão a ser desenvolvidos esforços para acabar com este programa da parte da manhã.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas quem é que quer acabar?

O Orador: A atual gestão da RTP-Açores.

E, portanto, é importante que se diga, que desmintam e que me digam que não é verdade, porque tenho a certeza absoluta, senão não o diria aqui.

Depois dizer o seguinte. Conjunturalmente, a medida é necessária, não é “chover no molhado”, é necessário porque está a ser implementada, está a tentar

ser implementada uma janela de funcionamento limitada e, portanto, temos de reiterar a nossa posição, porque já teve o seu efeito no passado, defendeu e é por isso que a janela não foi implementada, ao contrário do que aconteceu na Madeira, porque o Parlamento dos Açores tomou uma posição firme e é necessário voltar a reiterá-la, porque se estão a desenvolver esforços para o fazer novamente.

E outra questão fundamental. O PPM tem, e deixem-me falar na condição de Presidente Nacional do Partido, também uma relação histórica muito importante com o PSD e com o CDS. É uma relação que vem da década de 1970. Nós temos coligações eleitorais em Coimbra, em Braga, em Sintra, em Lisboa, em muitas áreas. É um relacionamento histórico, que tem um grande património no conjunto do país. Nos Açores é diferente, porque a afirmação do PPM é mais tardia, mas tem um património político importante e que eu, como Presidente Nacional, tenho tentado preservar. Mas essa relação,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor está a ir ao meio!

O Orador: ... digamos assim, especial não significa que não devam ser esgrimidas politicamente as diferenças. E no caso da RTP, eu quero dizer que o PSD, nesta matéria, tem responsabilidades acrescidas,...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Olha que não tem!

Deputado João Costa (PSD): Chama-se autonomia!

O Orador: ... porque não existem dois PSD, não existem duas organizações partidárias. O PSD-Açores tem autonomia, funciona no âmbito da autonomia, mas faz parte do mesmo partido, tem responsabilidades de influenciar aquelas que são as políticas nacionais implementadas por um Governo da República que é apoiado pelo PSD. E, portanto, os senhores, o PSD, nesta matéria, se esta janela vier a ser implementada, a vossa responsabilidade é acrescida, porque o PSD-Açores tem o dever e tem que mostrar a capacidade que tem de influenciar as decisões do Governo da República e que tem que ter a capacidade de influenciar as decisões do PSD a nível nacional. Isto significa que o PSD tem responsabilidades acrescidas nesta matéria e não pode deixar de lado essas

responsabilidades. Essas responsabilidades também são uma mais-valia, porque se conseguirem impedir, se tiverem êxito político, isso é uma mais-valia. Agora o que não serve, e termino, Sr. Presidente, é depois chegar aqui o Sr. Ministro Miguel Relvas e apresentar-se como grande autonomista, ou chegar aqui o Primeiro-Ministro,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Ele não vem!

O Orador: ... o Dr. Passos Coelho, e apresentar-se como grande autonomista, enquanto procedeu, meses antes, à destruição dum instrumento fundamental da autonomia açoriana, que é a RTP-Açores. Portanto, isso não serve, daqui a 2, 3 meses estar aqui nos comícios “Autonomia! Sempre estivemos a favor, é o partido que criou a autonomia”. É preciso demonstrá-lo na prática e a destruição da RTP-Açores é, de facto, um golpe profundo em relação à autonomia açoriana. E, por isso, o PSD, nesta matéria, tem uma responsabilidade acrescida, tem um dever acrescido e tem uma capacidade de influência e de decisão que tem de ser acrescida. Ou é ou não é.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Não acredito! Nessa eu não acredito!

O Orador: E, portanto, a vossa responsabilidade é esta. E digo-vos isto com toda a frontalidade.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Se falhar, estamos cá todos!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ora bem, eu queria, em primeiro lugar, registar aqui, para que não restem dúvidas, que condenamos em absoluto, já o fizemos no passado recente e fazemo-lo agora, novamente, sem nenhum problema, e, sobretudo, eu acho que há um pormenor que explica todo o resto, a maneira como o Sr. Ministro Relvas tratou a Comissão desta Casa, que foi a Lisboa dialogar com o Governo da República. E, portanto, aí acho que ficou quase tudo definido.

Estes dois projetos de resolução não fazem nenhum sentido. Aliás, o do PSD, perfeitamente a reboque do do PPM, porque, para dizer que não tinha nada, faz um projeto de resolução.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não acredito!

O Orador: Foi aprovado aqui, um Grupo de Trabalho para estudar o serviço de audiovisual nos Açores, de gente que não ganha um tostão, que não teve sequer o mínimo de compreensão, nem do Sr. Ministro Relvas, nem do Conselho de Administração de Lisboa, que não lhes facilitam o trabalho, que não lhes fornecem os dados que lhes foram pedidos ao Conselho de Administração e ao Governo da República,...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não tem nada a ver, não tem nada a ver!

O Orador: ... que tem impedido o trabalho dessa Comissão, que nós apoiamos, que nós aqui votamos. Eu acho que é desmerecer o trabalho dessa Comissão vir aqui com duas iniciativas nesta altura.

(Aparte inaudível da Câmara)

O Orador: Tem, Sr. Deputado.

Nós respeitamos essa Comissão, devíamos deixar que produzissem o seu relatório e então discutíamos aqui de uma vez as coisas como deve ser.

E, portanto, estar a fazer outra vez este tipo de debate, julgando que se vai conseguir alguma coisa, não vamos conseguir nada. E isto não é o caminho. Nós já nos manifestámos. É claro, há aquele ditado “Água mole em pedra dura bate tanto até que fura”, mas esta pedra não vai ser fácil de furar e nós tínhamos que ter aqui bom senso, tínhamos que ter argumentos para chegar ao Governo da República e ao Conselho socialista de Administração da RTP da República.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Conselho socialista?! Nomeado pelo seu Governo!

O Orador: É o mesmo conselho que vinha dantes e que este Governo...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Pode não ter sido bem a ficha partidária, mas pode ter sido uma ficha de uma irmandade qualquer, se é que já não a tinha. Pode ter sido uma ficha de irmandade. Eu acho que é mais por irmandade do que pelo partido.

E acho que nós tínhamos o dever de respeitar essa Comissão, esperando por esse relatório. Isso é o fundamental que nós tínhamos que fazer.

Agora, a janela, enfim! Mas o que é que nós temos hoje em dia e que nem PSD nem Partido Socialista ousaram criticar nestes últimos anos? Quem é que criticou abertamente a gestão da RTP, a sua direção, a maneira como os critérios editoriais...? Não foi o PSD...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Fomos criticados de ingerência!

O Orador: ... nem foi o PS.

Não, não! Nunca criticaram, porque nunca tiveram motivos para isso. Apenas uma única vez, e no Pico, eu critiquei abertamente, pedi a demissão do ex-diretor. Felizmente, já lá vai! Deus o acompanhe e o ajude,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Olhe que não, Sr. Deputado!

O Orador: ... lá para onde ele está.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão vem fazer aqui rasgados elogios à televisão. Eu vou ler aqui o parágrafo (não sei onde é que o Sr. Deputado Paulo Estêvão foi buscar isto), “A RTP, ou seja, destruir a RTP-Açores...”. Açores, Sr. Deputado Paulo Estêvão. Começa logo pelo nome. Pergunte a qualquer açoriano se a RTP se chama Açores, se os açorianos têm a consciência de que a RTP é Açores. Pergunte na rua, Sr. Deputado, para ver a resposta que lhe vão dar.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ah! Agora é que está a começar a chegar lá!

O Orador: Pergunte na ilha onde reside. Pergunte na Graciosa. Pergunte na Terceira. Pergunte em S. Jorge.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E fora de Ponta Delgada!

O Orador: Pergunte fora de Ponta Delgada, Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Então é RTP-Ponta Delgada!

O Orador: Pergunte para ver o que é que dizem os açorianos.

O senhor sabe tão bem como eu o que é que dizem.

Fala-se aqui em “RTP-Açores enquanto instrumento de serviço da autonomia política do povo açoriano, ...”. Oh, Sr. Deputado, onde é que o senhor foi buscar isto? É que eu gostava que me explicasse.

E “...veículo fundamental da coesão...”. Oh Sr. Deputado, onde? Ainda há um ano o CDS fez um congresso em S. Jorge, numa ilha da coesão,...

Deputado João Costa (PSD): No conceito!

O Orador: ... Sr. Deputado Paulo Estêvão, e sabe, a RTP, que o senhor diz aqui que promove a coesão, o senhor lembra-se qual foi a importância que a RTP, que o senhor diz que é Açores, deu a esse congresso? O senhor sabe?

Deputado Aníbal Pires (PCP): São critérios jornalísticos!

O Orador: Mas o senhor sabe a importância que deu a um recente congresso do PSD em Ponta Delgada, Sr. Deputado Paulo Estêvão!

Chama a isso coesão, Sr. Deputado Paulo Estêvão?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso são critérios jornalísticos!

O Orador: Ou isto que o senhor traz aqui é fogo de vista?

Bom, mais à frente.

“... e social e de integração territorial da Região Autónoma dos Açores”. Onde, Sr. Deputado Paulo Estêvão? Tem de me dar exemplos disso, sob pena de isto estar tudo mal fundamentado. Onde, Sr. Deputado Paulo Estêvão?

Nada disto é verdade, no que diz respeito à RTP-Açores. E sejamos sinceros numa coisa, a culpa nessa matéria não é do Ministro Relvas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não! Esse homem é um santo!

O Orador: Da história da RTP-Açores, a culpa do Ministro Relvas, Sr. Deputado Aníbal Pires, e o senhor sabe o que é que eu estou a dizer,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sei, sim senhor!

O Orador: ... em todos estes anos de autonomia, que já são 36, nas políticas da RTP-Açores, não é do Ministro Relvas, nem foi sequer dos outros ministros. É

nossa! É de cá! Foi da gestão que tivemos cá, foi dos diretores sucessivos que cá tivemos, foi do centralismo que cá tivemos e que berramos contra Lisboa pela autonomia,...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Também é verdade!

O Orador: ... mas o centralismo de cá, alguns foram dando sustentação, alguns foram alimentando, centralizando tudo.

Sr. Deputado Hernâni Jorge, lembra-se perfeitamente, na outra legislatura, que fomos a Lisboa, ao Conselho de Administração da RTP, S.A.,...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Na altura era socialista!

O Orador: Que na altura era socialista.

... com um projeto de resolução aprovado nesta Casa, e o senhor lembra-se tão bem como eu das reivindicações que fizemos.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Li-as na minha primeira intervenção!

O Orador: Exatamente!

Oh Sr. Deputado Hernâni Jorge, alguma delas, houve alguma mudança em 6 anos?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Disse na minha primeira intervenção!

O Orador: Pois, eu estou a concordar consigo, Sr. Deputado Hernâni Jorge. Houve alguma mudança? Não houve! De quem foi a culpa? Foi do outro Governo da República? Não foi! É deste Governo da República? Não é! Agora, é de alguém de cá.

Deputado Hernâni Jorge (PS): E de lá!

O Orador: É da gestão de alguém de cá, porque quando se fala e quando se impõe limites, e quando se acha que tem de estar sediada e centralizada...

Aliás, basta ver o quadro de pessoal da RTP e da RDP.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E o senhor acha que isso vai melhorar agora?!

O Orador: Acho que não, Sr. Secretário.

Agora, vamos identificar os erros todos do passado.

Ora bem, compreende-se que nós, em 2006, tenhamos reivindicado condições dignas para os correspondentes das ilhas e até hoje isso não seja uma realidade no Pico, nas Flores, na Graciosa, em S. Jorge...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E se não fossemos nós não havia! Se não fosse o Governo nem havia!

O Orador: ... e por aí fora. Compreende-se? Não se compreende!

Estão a promover a coesão? Tem promovido a coesão, a RTP-Açores, como disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão? Não. Todos nós sabemos como é que o povo chama a RTP-Açores. Todos nós sabemos o que é que o povo diz da RTP-Açores, qual é a opinião que o povo tem da RTP-Açores. Mas também sabemos que não podemos prescindir da RTP-Açores,...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Ah! Ah!

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Exatamente!

O Orador: ... Sra. Deputada Zuraida Soares, enquanto potencial instrumento de coesão social e territorial.

Deputado Paulo Rosa (*CDS/PP*): Muito bem!

O Orador: Potencial!

Deputado Paulo Rosa (*CDS/PP*): Potencial!

O Orador: Que tem! E é isso que nós queremos. É o potencial de coesão social e territorial da RTP-Açores, que seja digna de, no seu nome RTP, ter à frente Açores. É isso que nós queremos!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Então queremos todos o mesmo!

O Orador: E queremos também que tenha profissionais isentos, que não estejam ao serviço de ninguém nem de nenhum partido, como existe. Queremos também isso. E, portanto, tem de ser a casa, em primeiro lugar, a dar o exemplo, porque para alguns senhores jornalistas da RTP-Açores a coesão acaba no umbigo deles, porque têm o seu “ordenadinho” no fim do mês e estão-se pouco borrarifando para a coesão das outras ilhas e para a pluralidade democrática. Estão-se borrarifando! E os exemplos são nesta Casa, todos os meses.

Vou exemplificar, até com um exemplo bem recente.

Houve declarações políticas nesta Casa do BE, do PCP, do, presumo, PPM e do CDS...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E do PS!

O Orador: E do PS. Aliás, a do PS com honras de abertura de telejornal!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Tal a sua qualidade!

O Orador: Deve ter sido pelo conteúdo (muito rico) e da substância que tinha. Mas pronto! Agora, há uma que não teve nem honras de abertura de telejornal nem sequer uma referência no telejornal, que foi a do CDS. Não teve honras! E, portanto, os senhores expliquem-me qual é a isenção daqueles senhores que estão ali em cima, qual é o critério da pluralidade daqueles senhores, qual é?

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Mas não é isso que deve condenar a RTP!

O Orador: Mas dizem-me assim “É uma vez! Aconteceu!”. Não, não foi uma vez, foram várias! E é claro que o PS e o PSD não têm que se queixar.

Deputado José San-Bento (*PS*): Desculpe! Desculpe!

O Orador: Os senhores sabem a minha versão sobre o controlo da comunicação social, que eu já explanei neste Plenário várias vezes. PS e PSD não têm que se queixar. Agora, não me venham aqui é com hipocrisias. E, portanto, vamos defender a RTP-Açores digna desse nome, vamos dar oportunidade ao Grupo de Trabalho que está a fazer o seu trabalho, vamos lutar pelo potencial de coesão social e territorial da RTP-Açores e, sobretudo, vamos exigir isenção, pluralismo e ética dos seus profissionais.

Agora, eu disse, há muito tempo, a RTP-Açores como está não pode ficar. É preciso reestruturar a casa e é preciso perceber porque é que eu tenho 90% dos funcionários num lado e 10% no outro. Faz sentido?

A rádio na Terceira tem um profissional no quadro. Um! Agora, eu também quero dar, a esta equipa nova...

Estou à espera de ver qual é o projeto deles. E acho que também se devia ter dado tempo para eles apresentarem alguma coisa, antes de ir ouvir quem ainda não teve tempo de fazer alguma coisa. Não tiveram, porque são humanos também. É preciso ver isso.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Mas deve ter alguma ideia!

O Orador: Oh Sr. Deputado Hernâni Jorge, ideias a gente já viu que eles têm todos, o problema é a prática. E é isso que nós temos que ver.

Agora, do que vem da República, este livrinho explica muito bem. Aliás, uma teoria que vem por aqui abaixo e que se nós formos a ver, o senhor propunha a extinção, em primeiro lugar, (este Sr. Eduardo Cintra Torres fez parte do célebre Grupo de Trabalho da República, este génio, que é um génio) da RTP-Norte; em segundo lugar, extinguir a RTP-Memória; em terceiro lugar, a RTP-Açores e a RTP-Madeira; em quarto lugar, a RTP-África e a RTP-Internacional. Destas todas, ele ainda não extinguiu nenhuma, nem o seu amigo Relvas extinguiu alguma.

A RTP-Norte investiu milhões; a RTP-Informação investiu milhões.

Deputado Hernâni Jorge (PS): É a menina dos olhos, a RTP, S.A.!

O Orador: E, portanto, se me vêm poupar tostões, que custa a RTP-Açores...

E, depois, ele diz aqui uma coisa que, aliás, já vimos defendida na política regional, que é um canal de televisão que poderia ser partilhado com privados e com a sociedade civil, para promover a produção, neste caso, regional que, eu julgo, já ouvi isso em algum lado.

Agora, é preciso que nós, açorianos, e incomoda muito o termo janela...

E eu pergunto: hoje em dia, o que é que nós temos? Um postigo e uma janela, à tarde, Sr. Secretário. De manhã temos um programa que verdadeiramente houve todas as ilhas, leva gente de todas as ilhas e é um programa açoriano, genuinamente açoriano, que se chama *Bom dia*. Acaba o *Bom dia*, entre o *Bom dia* e o *Jornal da Tarde*, o que é que temos de produção regional? Zero!

Temos, depois, a janelinha do *Jornal da Tarde*, certo? Quando acaba o *Jornal da Tarde*, até à *Estação de Serviço*, o que é que nós temos da RTP-Açores? Nada! Então, na realidade, nós já temos uma janela! Na realidade, por muito que vos custe, nós já temos uma janela e um postigo a funcionar. É isso que acontece.

Agora, que é preciso exigir da República que cumpra os seus deveres constitucionais para com a região, sim, senhor. Que é preciso reestruturar a RTP-Açores, sim, senhor. Não vale a pena olhar para o lado, nem vale a pena

proteger interesses de ninguém. Não vale a pena sustentar também quem não se quer sustentar a si próprio. Não vale a pena. E, portanto, esse tem de ser o caminho. E quando me provarem que a RTP-Açores põe em prática todo o seu potencial de coesão social, territorial, de isenção, de rigor,...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: ... de respeito e de ética, eu estou cá para isso.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Terminou em bom tempo, em termos cronológicos, porque terminou, efetivamente, o tempo do PP para este debate, Sr. Deputado Artur Lima, os 18 minutos. Deixo-o com essa informação.

Vamos prosseguir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses, que tem 5 minutos.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer um registo prévio, não é de surpresa, porque costuma ser assim, mas há coisas que são tão más, tão más...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já nada o surpreende!

O Orador: ... que, por muitas vezes que aconteçam, eu não me habituo a elas.

Perante uma intervenção clara, de contextualização do serviço público de rádio e televisão...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sempre a mesma!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor é que não consegue surpreender!

O Orador: Sempre a mesma?! A questão é essa, Sr. Secretário, é que a minha coerência é a mesma e perante isso o senhor não consegue combater. O senhor não consegue combater a minha coerência a não ser com a sua incoerência.

Mas perante uma intervenção de contextualização do serviço público de rádio e televisão, de forma clara, de reafirmação daquilo que já foi assumido e aprovado, quer pelo PSD, quer por esta Assembleia, de rejeição clara da redução da emissão do canal regional e de perspetivação daquilo que

entendemos que deve ser o caminho do serviço público de rádio e televisão, perante esta clareza,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Qual clareza?

O Orador: ... da parte do Governo Regional o que vimos foi a “jogadinha” do costume. E eu devo manifestar que me indigno profundamente...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não se indigne!

O Orador: ... perante a mentira.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E eu também!

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Muito bem!

O Orador: Indigno-me profundamente perante a mentira e indigno-me profundamente quando deturpam as minhas palavras. E o Sr. Secretário Regional é especialista nisso.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É preto no branco!

O Orador: Eu nunca disse que ia ficar melhor porque ia reduzir e o Sr. Secretário Regional pôs isso na minha boca. Isso é repudiável, isso é lamentável e isso caracteriza a sua falta...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é o senhor, é a tese que o senhor defende!

O Orador: ... de responsabilidade perante o exercício das suas funções.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Diz o PSD!

O Orador: Eu nunca disse que ia ficar melhor porque ia ficar reduzido.

Também, o PSD foi acusado de não ter posição sobre esta matéria.

O PSD já apresentou nesta Assembleia...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não tem 1, tem 3 ou 4!

O Orador: ... vários projetos de resolução, de forma clara, a reafirmar e a reassumir a sua posição sobre o serviço público de rádio e televisão.

Devo aproveitar para, mais uma vez, desmontar aquilo que foi o exercício de descontextualização que o Sr. Secretário fez relativamente às posições do PSD sobre o serviço público de rádio e televisão, nomeadamente da Presidente do PSD, Dra. Berta Cabral.

E vou repetir aquilo que tem sido afirmado: “A posição do PSD sobre esta matéria é de criar uma entidade jurídica autónoma,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é única!

O Orador: ... com participação do Estado e também da região e da sociedade civil, que autonomize o serviço público de rádio e televisão, para que sejam os Açores...

Deputado Berto Messias (PS): Isso é a mais recente!

O Orador: ... a mandar no seu serviço público de rádio e televisão”.

Deputado Berto Messias (PS): Não é a mandar! É a pagar!

O Orador: É esta a posição do PSD, que, de facto, tem sido assumida pela Dra. Berta Cabral há mais de um ano. E contra a verdade os senhores não podem pôr nada em causa, a não ser o vosso exercício.

Sr. Presidente,...

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, isso é a última!

O Orador: ... eu agradecia que pudesse continuar, porque o tempo é reduzido, e que descontasse no meu tempo os tempos dos apartes.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Reduzido? Já é demasiado!

Presidente: Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Gostaria de realçar esta nota, que parece essencial. A região já paga, como eu afirmei. Uma vez 100 mil euros, outra vez 100 mil euros, outra vez 88...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é verdade!

O Orador: Não é verdade que a região já entrou com 100 mil euros, mais 100 mil euros, mais 88 mil euros, mais 400 mil euros? A diferença é esta: é que quando o Governo da República é do Partido Socialista, parece que a região está legitimada para pagar; quando o Governo da República é de outro partido, parece que a região não pode pagar.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Os senhores estão a partidarizar a autonomia.

Deputado Rui Ramos (PSD): Partidarite aguda!

O Orador: Isso é lamentável e repudiável.

Quando o Governo da República é do PS, parece que podem pagar, está justificado, está assumido; quando é do PSD, não pode.

A questão não é poder numa altura nem não poder noutra. A região deve assumir as suas responsabilidades de forma regulada. O Governo Regional dos Açores, os senhores que estão aí, até hoje pagaram. Agora é que não querem pagar. O problema é que a região deve assumir as suas responsabilidades de forma regulada, para que não seja pagar uma vez conforme os humores, outra vez conforme os humores, as vontades e os “desumores”. Deve ser assumido de uma forma clara.

Continuando.

Parece-me que aqui essa outra ideia de que, de facto, a questão... Foi isso que o Sr. Secretário, a região e o Governo Regional sempre disseram, que o Estado é que deve pagar sozinho.

Deputado Hernâni Jorge (PS): É verdade!

O Orador: O senhor disse isso, não disse? Estou a citá-lo mal? Pronto.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Vocês são muito subservientes!

O Orador: Mas, em 2003 (na altura era Ministro o Morais Sarmiento), foi afirmado pelo Sr. Presidente do Governo que não discordava da possibilidade de outras entidades participarem,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso não tem nada a ver uma coisa com a outra!

Deputado Rui Ramos (PSD): Ah, não tem?

O Orador: ... em fevereiro de 2003. Afinal, é só o Governo Regional ou em 2003 o Presidente do Governo assumia que podia participar?

Por isso, contradiz claramente...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não contradiz nada!

O Orador: ... aquilo que foi dito pelo Sr. Secretário Regional.

Uma nota clara e final sobre uma questão que me parece essencial.

Deputado Rui Ramos (PSD): Em 2003, pode pagar, agora não pode!
Homessa!

O Orador: O Governo Regional, essa história de pagar esses cerca de 700 mil euros e reduzir a uma unha o problema enorme do serviço público de rádio e televisão dos Açores, que tem sido bem analisado durante todo este tempo, é, de facto, de quem não vê ou de quem não quer ver.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Era uma imagem!

O Orador: É, de facto, revelador da cegueira. Uma unha que custa 700 mil euros nesses anos. Grandessíssima unha!

Deputado Hernâni Jorge (PS): É 1%! É 1%!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é unha, é encravadela!

O Orador: De facto, revela a vossa perspetiva sobre esta matéria.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Uma nota final sobre (Sr. Presidente, termino) esta que é a grande questão disto tudo.

As pessoas estão fartas de conversa. Os açorianos estão fartos de conversa.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Deputado José Lima (PS): Já estou farto de o ouvir!

O Orador: As pessoas querem soluções concretas, querem propostas concretas sobre esta matéria e o debate que já fizemos sobre tudo isto até agora não resolveu nada, de facto. E são precisas propostas concretas e é lamentável...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Onde é que está a sua proposta concreta? Diga lá?

O Orador: ... que o Governo...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Pelo amor de Deus!

O Orador: ... Regional dos Açores, que ainda é Governo até, pelo menos, outubro, tenha desistido de governar.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é verdade!

Deputado Francisco César (PS): Depende do tema!

O Orador: Não quer saber. E passa este debate a falar do PSD.

E, Sr. Presidente, termino dizendo isto: hoje é sexta-feira e o que se sentiu durante esta semana de debate foi que parece que o PS e o Governo Regional e alguns partidos já interiorizaram o resultado eleitoral de que o PSD é que é

Governo. Estão permanentemente nesse ataque e nas perguntas e o PSD como é que vai fazer, e o PSD como é que faz? O PSD ainda não é Governo.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Felizmente não é nem será!

O Orador: Os senhores são Governo e os senhores, por muito que vos custe, governem, assumam as suas responsabilidades, assumam as suas funções até ao último dia.

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Muito bem!

O Orador: E uma nota final.

Os senhores deixem ser os açorianos a decidir. Os açorianos é que hão de decidir conforme entenderem e não os senhores, que já agora estão a fugir e a demitir-se das suas responsabilidades.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Da parte do PSD, assumimos as nossas responsabilidades hoje, assumindo aquele que deve ser o caminho futuro dos Açores aos mais variados níveis e também na televisão. E assumimos mais uma vez...

Deputado Berto Messais (*PS*): Isso é só conversa!

O Orador: ... que estamos preparados para as responsabilidades que os açorianos determinarem. É esse o nosso conceito de democracia e é esse o nosso respeito pela autonomia.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Fraquinho, muito fraquinho!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Informo a Câmara que o PSD terminou o seu tempo.

Vamos continuar o debate.

Sr. Secretário Regional da Presidência, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Bom, há aqui algumas matérias que carecem de um esclarecimento adicional. Pensava eu que não seria necessário, mas, sobretudo, em virtude desta última intervenção da bancada do PSD, vejo-me forçado a prestar alguns esclarecimentos à Casa.

Primeira questão: o financiamento ou não financiamento por parte do Governo Regional da atividade do Centro Regional da RTP ou da RTP-Açores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Pagou ou não pagou?

O Orador: O que o Governo Regional tem dado ao longo dos anos com alguma constância (porque, se o senhor diz que são 100 mil mais 100 mil mais 88 mil, há aqui um padrão, presumo eu, que neste último ano...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Antes não dar nada!

O Orador: ... sofre um reforço em virtude das circunstâncias) é um apoio complementar, porque o serviço público de rádio e televisão nos Açores tem algumas especificidades, necessita de alguma atenção particular, em função das nossas disponibilidades orçamentais, com a aprovação...

Deputado João Costa (PSD): É a unha!

O Orador: ... desta Casa. Nunca me lembro do PSD ter, no debate do plano e orçamento, posto em causa esse tipo de apoio.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Nem estamos a pôr em causa! Queremos é regular!

Os senhores é que deviam pagar!

O Orador: Até me lembro de algumas propostas de alteração no sentido dele ser reforçado,...

Deputado João Costa (PSD): Ou então é uma garra!

O Orador: ... até me lembro de algumas propostas de alteração para que fosse maior o apoio e, portanto, não percebo porque é que isso agora gera esse tipo de confusão.

Depois diz o Sr. Deputado: “Mas e se não houvesse...”

Deputado Clélio Meneses (PSD): Os senhores é que estão confusos!

Deputado Rui Ramos (PSD): O senhor está a pôr areia na engrenagem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agora cabe ao Sr. Secretário Regional fazer a sua intervenção.

Faça favor, Sr. Secretário Regional.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Os senhores é que dizem que não pagam!

O Orador: Dizia eu que se não fosse esse apoio complementar, a RTP-Açores, por exemplo, teria muitas dificuldades em ter correspondentes nas ilhas todas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas quando?

Deputado Rui Ramos (PSD): Varia de ano para ano?

O Orador: Se não fosse esse apoio complementar que o Governo Regional dá,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): É isso mesmo!

O Orador: ... a RTP-Açores teria muita dificuldade em ter meios para esses correspondentes atuarem. Nós temos tido a preocupação de que esses apoios financeiros sejam prioritariamente dirigidos à abrangência regional da ação da RTP-Açores. É isso que nos compete, é um apoio complementar, não é um financiamento. E, portanto, é isso que temos feito.

Mas mais. Dizia o Sr. Deputado Clélio Meneses...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... que nós dávamos esses apoios a pensar em qual era o Governo que estava na República,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): São coincidências!

O Orador: ... se era do Governo Socialista, se era do PSD. Essa teoria é típica do Sr. Deputado que só vê a realidade pelo PSD e pelo PS, a laranja ou rosa,...

Deputado João Costa (PSD): Só demonstra o que é atípico da vossa parte!

O Orador: ... mas não é verdade, porque, por exemplo, o último protocolo de apoio à RTP-Açores, o ano passado, em dezembro, já foi com este Governo da

República. O próximo, o deste ano, também será com este Governo da República.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E o valor?

O Orador: E, portanto, nós temos tido coerência, constância, regularidade e fazemos sempre o mesmo, porque acreditamos naquilo que fazemos.

E depois tem mais uma coisa.

Deputado Rogério Veiros (PS): Afinal a coerência está deste lado!

Deputado Rui Ramos (PSD): Grande coerência!

O Orador: Se o Sr. Deputado considera que um apoio adicional, complementar, dado pelo Governo Regional de 1% do orçamento anual da RTP-Açores é financiamento, então o Sr. Deputado não sabe o que é financiamento nem sabe do que está a falar.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não sei nada!

Deputado Rui Ramos (PSD): O senhor é que sabe tudo!

O Orador: O que o Governo Regional tem feito é atribuir uma verba complementar no valor de 1% do orçamento da RTP-Açores.

Portanto, é aquilo que podemos, a cada momento, de acordo com os constrangimentos orçamentais e com as opções políticas.

Deputado Rui Ramos (PSD): Financiam ou não financiam?

O Orador: Não é financiamento, porque a lei é clara, a Constituição é clara e não está suspensa, apesar do Governo da República Portuguesa, o Governo de Passos Coelho, do PSD e do CDS considerarem que a lei é um pretexto e não cumprem a lei numa série de casos, incluindo o caso do serviço público de rádio e televisão.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Essa é que é a questão fundamental.

Deputado João Costa (PSD): Tem que cumprir um tratado assinado, um acordo, um memorando!

O Orador: Depois, a RTP-Açores não tem uma missão histórica e não terminou a missão histórica da RTP-Açores. A RTP-Açores tem uma história que orgulha os açorianos e tem uma missão, e a missão é permanente, é

estrutural, é essencial, não para. Não para porque o sistema autonómico precisa da RTP-Açores.

Deputado João Costa (PSD): Tem é custos variáveis!

O Orador: É isso que devia ser dito.

E para terminar, há uma questão fundamental que me preocupa sinceramente, não só como responsável governamental, mas também como cidadão, como açoriano. Preocupa-me sinceramente estas constantes manifestações de convivência do PSD-Açores...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Acabei de dizer o contrário!

Deputado Rui Ramos (PSD): Isso é falso, Sr. Secretário!

O Orador: ... com aqueles que têm apetites centralistas e que aproveitam o contexto para limitar financeiramente a autonomia dos Açores. Preocupa-me, como açoriano, ver que os senhores...

Deputado Rui Ramos (PSD): Isso é falso!

O Orador: ... assobiam para o ar de cada vez que alguém ataca financeiramente o coração da autonomia açoriana.

Deputado Rui Ramos (PSD): Homessa!

O Orador: Preocupa-me a RTP-Açores, preocupa-me a Universidade, preocupa-me os impostos das autarquias,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): 135 milhões que já foram! Dava para pagar durante quantos anos a RTP?

O Orador: ... preocupa-me que os senhores prefiram assobiar para o ar, fingir que nada se está a passar em defesa de um hipotético resultado eleitoral, que os senhores têm esperança de conseguir por via do garrote financeiro da atuação do Governo Regional. Preocupa-me. Isso não é responsável, isso não é admissível.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Não é admissível, inclusivamente à memória histórica e ao património autonómico do PSD, não é admissível um comportamento desse tipo.

Deputado João Costa (PSD): Não sei se o senhor reparou que estamos a falar de uma iniciativa nossa!

O Orador: Preocupa-me como açoriano que os senhores vejam as coisas a acontecer, vejam qual é a estratégia, vejam que os seus companheiros do partido a nível nacional querem usar o Governo da República para garrotear a autonomia e os senhores fingem que não está a acontecer nada, porque pensam...

Deputado Rui Ramos (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... que assim mais facilmente chegarão ao poder nos Açores. Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não apoiado!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Com uma carta, com uma agenda, tudo se resolve!

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses, pede a palavra para?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Voto de protesto, Sr. Presidente.

Presidente: E protesta porquê, Sr. Deputado?

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** O Sr. Secretário Regional voltou a reincidir na estratégia de pôr na minha boca coisas que eu não disse, dizendo que o PSD tinha sido conivente com o Governo da República. Eu não disse nada disso, disse o contrário.

Presidente: Para esclarecer, tem 3 minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Eu acho que nem falei no seu nome desta vez!

O Orador: O Sr. Secretário Regional voltou a dizer, num tom aparentemente indignado, que lamentava que o PSD tenha reiterado a sua conivência, a sua cumplicidade com o Governo da República, quando a minha intervenção em

representação do Grupo Parlamentar do PSD foi tudo menos isso. E é lamentável...

Deputado Berto Messias (PS): Não é o PSD, é a sua candidata!

O Orador: ... que o senhor teime em pôr na boca dos outros aquilo que o senhor queria que os outros dissessem. O senhor tem de perceber que a democracia e o respeito pelos outros implicam, necessariamente,...

Deputado Francisco César (PS): É sempre pessoal, sempre pessoal!

O Orador: ... que cada um diga o que entende e não aquilo que os outros querem que diga.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso é que é democracia e respeito pelos outros.

Em nenhum momento da minha intervenção eu fui cúmplice ou manifestei qualquer expressão de cumplicidade ou conivência com o Governo da República, bem pelo contrário. Manifestei uma clara, expressa e inequívoca...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Custou-lhe a dizer, Sr. Deputado!

O Orador: ... afirmação de rejeição da medida de redução da emissão do serviço público de rádio e televisão.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi clara, inequívoca e expressa a minha posição.

O PSD, em nenhum momento, manifestou aquilo que o senhor queria que o PSD manifestasse. O que é lamentável é que o senhor insista nisso, e o Governo Regional de que o senhor faz parte, no mesmo dia em que pede ao Governo da República que assuma responsabilidades que o senhor acha que deve ter,...

Deputado Francisco César (PS): O que vale é que o senhor diz sempre a verdade!

O Orador: ... pede empréstimos ao Governo da República de 135 milhões de euros. Ao mesmo tempo,...

Presidente: Isso já está a sair fora do objeto.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

(Apartes inaudíveis dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... pede empréstimos ao Governo da República de 135 milhões de euros para pagar dívidas, pede empréstimos ao Governo República para pagar em 7 dias 30 milhões de euros.

Presidente: Isso já está fora do objeto do protesto.

O Orador: É esse o Governo da República que o senhor permanentemente está a atacar e apenas a fazer política partidária e, pior do que isso tudo,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Já está a defender outra vez o Governo da República!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Clélio Meneses, não se afaste do objeto do protesto.

Deputado Berto Messias (PS): Lá está a defender o Governo da República! Lá está!

Deputado António Marinho (PSD): Ainda falta muito para perceber muitas coisas!

Deputado Berto Messias (PS): Não se irrite, Sr. Deputado, não se irrite!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Deputado Clélio Meneses terminar o seu protesto.

Mas agradeço que não se desvie do objeto do voto de protesto.

O Orador: Sr. Presidente, termino já.

Apenas estava a enunciar a grande incoerência do Governo Regional dos Açores que...

Deputado Berto Messias (PS): E a defender o Governo da República!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estranho seria que não fosse assim!

O Orador: Não estava!

Deputado Berto Messias (PS): Estava, estava!

O Orador: Quem defende o Governo da República...

Deputado José San- Bento (PS): Lá está o senhor!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Perante a acusação de conivência e cumplicidade do Governo da República, apenas manifestei que quem devia estar agradecido profundamente ao Governo da República era o Governo Regional dos Açores, que pede empréstimos de 135 milhões de euros...

Deputada Isabel Rodrigues (PS): E o senhor insiste!

O Orador: ... para pagar dívidas, pede empréstimos de 30 milhões de euros para pagar em 7 dias e eu apenas enunciei isso, porque da minha parte, relativamente a esta questão em concreto do serviço público de rádio e televisão, não houve qualquer manifestação expressa de cumplicidade ou conivência do Governo da República, pelo contrário, a manifestação foi inequívoca e expressa de rejeição da medida tomada relativamente ao serviço público de rádio e televisão.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: E porque é verdade, para mim e para o Grupo Parlamentar do PSD, deve estar sempre acima de qualquer tentativa de partidarite e de utilização abusiva das palavras dos outros. Para nós é essencial manifestar esta posição.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Bom, vamos prosseguir com o nosso debate, dando, naturalmente, a palavra ao Sr. Secretário Regional da Presidência para um contra protesto.

Tem 3 minutos.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Rui Ramos (PSD): Mais areia para a engrenagem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Veja lá se aprendeu!

O Orador: Bom, eu achava desnecessário esse tipo de incidente no debate, porque a nossa prestação aqui é de boa vontade, de peito aberto. O senhor diz o que pensa, nós dizemos o que pensamos do senhor e do seu partido e das suas posições, mas eu torno muito claro aquilo que disse e volto a dizer.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não ponha na minha boca aquilo que não disse!

Deputado Rui Ramos (PSD): Então o senhor deve ter um problema de ouvidos!

O Orador: Não tenho problema nenhum.

O que eu disse é que, neste contexto de discussão do serviço público de rádio e televisão nos Açores, perante a eminência de se concentrar ou de fazer uma janela,...

Deputado Rui Ramos (PSD): Já são janelas!

O Orador: ... ou chame-lhe o que quiser, a programação da RTP-Açores, perante a bomba atómica, os senhores dizem que o problema foram os governos anteriores, foi a falta de financiamento anterior, desviam as atenções para tudo o que está antes para não discutirem aquilo que se está a preparar agora. E, portanto, agora está o vosso Governo, antes estavam governos do PS, logo os senhores são coniventes com aquilo que se está a preparar...

Deputado Rui Ramos (PSD): Como é essa lógica?

O Orador: ... para a RTP-Açores e que é a redução do financiamento, a redução do papel da RTP-Açores.

E disse mais! Eu não disse só isto. Isto é claro, mas há mais coisas claras, porque isto é um padrão.

Deputado Rui Ramos (PSD): Não é claro!

O Orador: Isto tem também a ver com a universidade. Os senhores pensam a mesma coisa. Aumente-se a participação do Governo Regional, que pague o Governo Regional, porque é do PS e porque isso o pode prejudicar em termos eleitorais...

Deputado Rui Ramos (PSD): Não veja nos outros aquilo que vê em si!

O Orador: ... e na capacidade que tem de agir; aumente-se o cabo de fibra ótica, pague o Governo Regional; os impostos às autarquias, pague o Governo Regional. Paga-se tudo! O Governo Regional paga tudo! Os seus companheiros do continente, que têm a obrigação legal, constitucional de pagar, não pagam nada. E os senhores não querem que lhes chamem coniventes? São coniventes!

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Eu chamei e volto a chamar! São coniventes com os centralistas que nos querem garrotear, tirar o dinheiro e fazer com que nós não tenhamos autonomia,...

Deputado Rui Ramos (PSD): Isso é falso!

O Orador: ... a não ser se pedincharmos em Lisboa. São coniventes sim, senhor!

Deputado Rui Ramos (PSD): Não apoiado!

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Vamos prosseguir com o debate.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou realizar a última intervenção sobre esta matéria, até porque já só disponho de 5 minutos, não os vou utilizar, penso eu, integralmente,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vai, vai!

O Orador: Vou? Talvez!

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

... mas tenho aqui, fundamentalmente, a referir três coisas.

A primeira. Sr. Deputado Artur Lima, está muito descontente com o tratamento da RTP-Açores em relação ao CDS, em relação às ilhas mais pequenas. Eu penso que o Sr. Deputado Artur Lima tem razão, parcialmente,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Parcialmente?

O Orador: ... nessa matéria.

Sim, sim!

É evidente que o serviço podia ser muito melhor, podia ser muito mais centralizado. As nossas ilhas mais pequenas podiam ter muita maior cobertura. Existe uma tendência para o centralismo. É evidente,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É verdade, sim senhor!

O Orador: ... é verdade, mas também não podemos deixar de reconhecer os trabalhos que a RTP-Açores fez ao longo destes 37 anos de autonomia,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eu não disse isso!

O Orador: ... divulgando a cultura de todas as ilhas, defendendo o património. Eu próprio vejo assiduamente a RTP-Açores, vejo muitas imagens, vejo muitos programas, muitos documentários em que a RTP-Açores tem prestado esse serviço, é justo que se diga. Muita gente de grande qualidade e gabarito que tem prestado esse desempenho ao longo dos anos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Os *Xailes Negros*!

O Orador: Podia e devia ser muito mais. É verdade! Podia e devia ser muito melhor. É verdade, mas não temos que dizer que não existe e que esse serviço não é prestado. É prestado, atinge muitos destes objetivos e podia ser muito melhorado. A verdade é essa.

Na ilha do Corvo, não temos correspondente há não sei quantos meses e a questão continua a arrastar-se. A ilha do Corvo agora foi notícia pela recente deslocação do Governo Regional, mas não me lembro de mais nenhuma reportagem, nos últimos tempos, sobre o Corvo,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... porque não se tem lá deslocado nenhuma equipa de televisão. A verdade é essa. Portanto, reconheço que existem muitas lacunas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Lá está!

O Orador: O papel de coesão, o papel da RTP-Açores existe, mas podia ser melhorado. Isso é verdade!

Em relação a outra questão que considero que é fundamental, por exemplo, o debate na Assembleia da República que está a ser transmitido pela RTP. Nós aqui, nos Açores, os açorianos têm a oportunidade de ouvir o debate da Assembleia da República e porque é que não é transmitido em direto o debate desta Casa,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Lá está! Boa pergunta!

O Orador: ... que são assuntos que dizem respeito especificamente aos açorianos e que, com certeza, teria muita gente com muito interesse em poder ouvir. Porque é que não é transmitido em direto pela RTP e está a transmitir os debates da Assembleia da República, neste preciso momento, por exemplo? Portanto, eu considero que, em relativamente a esta questão, são opções inacreditáveis em relação à própria RTP também, à transmissão que se podia fazer e que há um grande conjunto de interessados em seguir os trabalhos desta Assembleia.

Tanto assim é, que o canal de transmissão pela internet, neste momento, está completamente entupido. Há tanta gente a querer ver que, neste momento, as pessoas não conseguem seguir a transmissão que está a ser realizada através da internet, porque existe um conjunto muito grande de comentários, de gente que está a ver, é fácil de ver, portanto, que remetem essas mensagens e que dizem “Não conseguimos ver”.

Logo, neste momento, esta transmissão não se consegue ver. Não é só hoje, foi nos outros dias também assim. E, portanto, as pessoas...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É preciso reforçar a banda!

O Orador: ... não conseguem ouvir a transmissão através da internet. Há muita gente interessada em seguir esses trabalhos, a comentá-los, inclusivamente, através da internet, e não o conseguem fazer. Também não se percebe que a RTP, possuindo as condições para poder fazer isso, não o faça, o que significaria produzir, por exemplo, conteúdos próprios a um preço relativamente baixo. Porque é que não o faz? Também não é compreensível.

Sr. Deputado Artur Lima, nessas matérias, tem razão, há aqui uma série de opções absolutamente injustificáveis.

Termino com uma última questão que tem a ver, por exemplo, com uma proposta que me foi feita chegar cópia. Eu não defendo, obviamente, o preço que ali é negociado e as condições contratuais que foram remetidas. Isso depois tem a ver com as partes em relação ao negócio que é feito ou não é feito, em relação às condições, em relação ao preço global. Mas posso dar aqui, em primeira mão, a notícia de que a Azores TV fez chegar uma proposta à RTP para comprar o *Bom dia, Açores* e outros conteúdos, e que fez uma proposta concreta de 500 mil euros, para comprar conteúdos dos Açores, para difundir na América do Norte e no Canadá. Eles consideram que é rentável distribuir estes conteúdos na América do Norte. Há uma proposta concreta. Tenho aqui a cópia: 500 mil euros. Foram oferecidos para comprar estes programas para serem difundidos na América do Norte.

O Estado é que, sistematicamente e em relação à internacionalização da RTP, que é a mesma coisa, não quer fazer o negócio. Porquê? Porque quer defender o monopólio da RTP-Internacional.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é só isso!

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Ou seja, quando se fala em tornar a RTP-Açores rentável, eu pergunto: há operadores na América do Norte que estão interessados em ter conteúdos dos Açores. Quem é que faz dinheiro? A região faz dinheiro. Nós difundimos o nosso audiovisual, o nosso setor do audiovisual. Temos todas as vantagens. O Estado faz menos despesa, porque tem ali uma receita, porque o problema do Sr. Ministro Miguel é que se gasta muito dinheiro. Então porque é que não deixa, porque é que não se vendem os conteúdos da RTP-Açores que os outros querem? Dizem: “São de má qualidade”. São de má qualidade? Bom, mas há gente interessada, não é? Portanto, a questão, e termino, Sr. Presidente, é esta: é que há aqui um garrote sobre a RTP-Açores e não deixam que desenvolva todo o seu potencial. E penitencio-me, Sr. Deputado, tinha razão: ocupei todo o tempo!

(Risos do Deputado Artur Lima)

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Esgotou o seu tempo!

Presidente: Tenho aqui duas inscrições. Presumo que nenhuma delas prescinde, concretamente, a Sra. Deputada Zuraida e o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Assim sendo, vamos ficar por aqui.

Gostava de lembrar só o Sr. Deputado Paulo Estêvão que a Assembleia Legislativa continuará a fazer os seus maiores esforços para que possa chegar, via internet, ao maior número possível de açorianos. Eu, neste momento, estou a vê-lo, e liguei há pouco tempo, um pouco desfasado no tempo, mas a culpa é da internet. E, portanto, apesar de tudo, vamos conseguindo chegar e havemos de fazer um esforço continuado para chegar cada vez melhor.

Vamos fazer intervalo para almoço. Continuaremos às 15 horas. A partir das 15 horas os trabalhos serão presididos pelo Sr. Vice-Presidente Costa Pereira.

Bom almoço e até logo.

Eram 13 horas e 03 minutos.

(Após o intervalo, o Presidente da ALRAA foi substituído na Mesa pelo Vice-Presidente, Deputado Costa Pereira, e o Deputado Mark Marques pelo Deputado António Pedro Costa.)

Eram 15 horas e 08 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eu pedia ao Sr. Secretário da Mesa para recordar os tempos sobranes que nós temos ainda para este debate que está a decorrer.

Secretário: O Governo ainda dispõe de 3 minutos; o PS, 16 minutos; o PSD já esgotou; o CDS/PP já esgotou; o Bloco de Esquerda tem 5 minutos; o PCP ainda dispõe de 2 minutos; e o PPM já esgotou.

Presidente: Muito obrigado.

Para continuarmos o debate, estava inscrita a Sra. Deputada Zuraída Soares. Tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu assumo que, sobre esta matéria, sendo a última intervenção, vou “chover no molhado” e faço questão de o fazer para insistir em três ou quatro notas finais.

A primeira é repetir e reiterar a ideia de que se nos limitarmos a esperar, bem comportados, bonitinhos e resignados, pelas decisões que vierem da República, corremos o risco não só de ficarmos reduzidos a uma frincha da RTP-Açores, mas, a médio prazo, terem que ser os açorianos e açorianas a pagá-la se a quiserem ter.

E, portanto, sobre esta matéria, eu insisto e o Bloco de Esquerda insiste na ideia de que vale a pena continuar a “chover no molhado”, de que vale a pena utilizar todos os instrumentos que tivermos à nossa mão, e o posicionamento desta Assembleia é um deles, para continuarmos a insistir, junto da República, que os deveres do Estado são para se cumprir e nos Açores também.

A outra ideia que gostaria de deixar é que o respeito pelo trabalho da Comissão, que está neste momento a fazer um levantamento das obrigações e do tipo de obrigações de serviço público da nossa região ao nível da rádio e da televisão, não tem nada a ver com a insistência na manutenção do canal RTP-Açores tal como ele é agora. Uma coisa não invalida a outra, não colide com a outra, pelo contrário, são complementares, ou seja, esse estudo e esse resultado dessa Comissão só terão alguma validade e alguma utilidade se ainda houver uma RTP-Açores digna desse nome e não uma frincha ou uma mera janela.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: E, finalmente, dizer também uma última coisa. A RTP, a rádio é um serviço público, como muitos outros serviços públicos a que o Estado está

obrigado no nosso território. A saúde também é um serviço público, a educação também é um serviço público, os transportes também são um serviço público. E, Sras. e Srs. Deputados, ninguém fecha um hospital porque há um médico ou dois ou três que são maus médicos, maus enfermeiros ou maus rececionistas. Ninguém fecha uma escola porque há dentro dela alguns maus professores. O facto de haver maus profissionais em qualquer lugar não quer dizer que se feche a instituição onde esses profissionais trabalham. E, portanto, nenhum argumento pode ser usado no sentido de que...

A RTP-Açores, falta-lhe qualidade? Falta sim, senhor. Falta-lhe diversificação? Falta-lhe sim, senhor. Falta-lhe criatividade? Falta-lhe sim, senhor. E o que é que fazemos? Fechamo-la sobre o pretexto de que há lá pessoas cujo profissionalismo ou cuja qualidade pode ser questionável? Não, Sras. e Srs. Deputados, não fazemos isto em nenhum serviço público, não fazemos isto na RTP-Açores.

Finalmente, não tenho nenhuma encomenda para a defesa da honra dos jornalistas da RTP-Açores, mas há uma coisa que eu quero dizer, é que todas as generalizações são perigosas, Sras. e Srs. Deputados.

Haverá, com certeza, dentro da RTP-Açores, jornalistas que são passíveis de pressões de diferentes quadrantes e que possam ceder a elas, como há noutros serviços públicos, como há noutras instituições. Daí a pôr um manto de suspeição sobre todos aqueles profissionais, isso o Bloco de Esquerda não subscreve. Pelo contrário, e isso temos que dizê-lo, em nome da verdade, e todos nós, dentro desta Casa, somos testemunhas disso, há muitos profissionais dentro da RTP que são capazes de fazer “omeletes sem ovos”, que são capazes de pôr emissões no ar e programas no ar praticamente sem nada a que um mínimo de dignidade e decência de um verdadeiro serviço público obrigaria a que tivessem.

E, portanto, não vamos generalizar e não vamos culpar quem terá algumas culpas, mas que está no fim da cadeia hierárquica da responsabilidade. A responsabilidade máxima, e termino, Sr. Presidente, é do Governo da República. Os Açores são uma região autónoma, fazem parte do Estado

Português, o Governo tem de cumprir aqui aquilo a que está obrigado em qualquer outra parte do nosso território.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Informo que terminou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Não temos mais inscrições, portanto, vamos passar à votação dos projetos de resolução que estiveram à discussão.

Projeto de resolução nº. 28/2012 – “recomenda que o Governo da República cumpra integralmente as suas responsabilidades legais no âmbito do serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Os Srs. Deputados que concordam com o projeto de resolução anunciado, por favor, mantenham-se como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O projeto de resolução apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP, 1 do PPM, 5 contra do CDS/PP e 14 abstenções do PSD.

Presidente: Projeto de resolução nº. 30/2012 – “acompanhamento do serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, para uma declaração de voto.

Presidente: Com certeza. Tem a palavra.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para uma declaração de voto, na sequência da votação que acabámos de realizar, e reforçar, aliás, aquilo que evidenciei na minha primeira intervenção: a importância desta Assembleia aprovar ambos os projetos de resolução que

estamos a apreciar, pelo facto de serem complementares. Aquilo que é prioritário e relevante afirmar neste momento é o que consta, e constava, do projeto de resolução que acabámos de votar. A afirmação e a exigência do Estado cumprir as suas obrigações legais e constitucionais em matéria de serviço público de rádio e televisão.

A região não tem, não deve pagar esse serviço público que é uma obrigação do Estado, que incumbe ao Estado e que ele deve assegurar em todo o território nacional, seja no continente, seja em qualquer ilha das suas regiões autónomas. Aliás, pareceu-nos que até há pouco tempo sempre foi pacífico este princípio no seio desta Casa. Aproximam-se eleições, aumentam, certamente, as pressões vindas de Lisboa, aproxima-se também a aplicação à RTP-Açores da receita que, desde há alguns meses, já vem a ser implementada na Madeira e os partidos do arco da governação na República começam a ceder,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: ... começam a acompanhar os seus partidos na República, começam a deixar cair a bandeira da RTP-Açores e a não defender...

Deputado Luís Garcia (*PSD*): O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: ... aquilo que é uma obrigação legal do Estado, que é financiar o serviço público de rádio e televisão universal, também na Região Autónoma dos Açores.

Deputado José Lima (*PS*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado Artur Lima para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS votou contra este projeto de resolução do PPM pelas razões que foram aqui aduzidas durante o debate e numa altura em que temos um grupo de trabalho desta Casa, nomeado por esta Casa para trabalhar, aliás, com as

abstenções do Bloco de Esquerda e o voto contra do PCP. Nós respeitamos o trabalho dessa gente. Já foram aprovadas outras resoluções com o mesmo sentido da resolução do Sr. Deputado Paulo Estêvão, como ele aqui também hoje, e bem, reconheceu com a sua humildade.

O que o Partido Socialista tenta aqui fazer é demagogia da mais pura e mais barata...

Deputado Berto Messias (PS): Barata, porquê?

Deputado João Costa (PSD): Porque ninguém dá nada por ela, por isso é barata!

O Orador: ... que se vê hoje em dia, porque já se aprovou em outubro aqui uma resolução que diz aquilo. A demagogia pobre, pura, barata que o Partido Socialista faz.

Deputado Berto Messias (PS): O CDS a dar lições de moral sobre a RTP!

O Orador: O Partido Socialista o que devia fazer era agradecer ao Governo da República por ainda ter mandado 136 milhões de euros...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é catedrático em demagogia!

O Orador: ... para a região, para os senhores já não estarem em insolvência. Essa é que é a verdade! E pagarem a dívida que os senhores andaram a fazer. Essa é que é a verdade!

E mais!

Deputado Berto Messias (PS): Lá está o senhor a defender o Governo da República!

O Orador: E deviam, ainda por cima, estar mais agradecidos para ainda manterem em funcionamento a Lei de Finanças Regionais. E, portanto, aí é que os senhores...

Deputado José Lima (PS): Foi o que os senhores votaram!

O Orador: ... deviam estar agradecidos, em vez de andarem a tentar,...

Deputado Francisco César (PS): Porque é que os senhores votaram?

O Orador: ... por “instrumentozinhos”, fazendo guerrilha política, entendimentos institucionais,...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está-se tornando num defensor do Governo da República!

O Orador: ... que foi coisa que os senhores sempre rejeitaram aqui no passado e nunca criticaram,...

Deputado João Costa (PSD): É verdade!

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade!

Deputado José Lima (PS): É conforme!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é verdade!

O Orador: ... enquanto tiveram a mesma bitola e o mesmo critério que o Governo da República, como têm agora. E, portanto, com uma bitola no passado, outra bitola no presente.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso não é verdade!

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Berto Messias (PS): Não votou a favor porquê?

(*) Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata já há bastante tempo definiu a sua posição e o seu projeto em relação...

Deputado Francisco César (PS): O senhor demarcou-se da sua líder, que eu bem me lembro!

O Orador: ... ao serviço público de audiovisual nos Açores.

(Apartes inaudíveis das bancadas)

O Orador: Sr. Presidente, aquilo que é sabido há bastante tempo, e este é um caso paradigmático, é que quando é necessário discordar, nós discordamos. Eu próprio o fiz logo a seguir às afirmações infelizes do Ministro Relvas, eu próprio o fiz logo a seguir às conclusões do Grupo de Trabalho que foi criado na República e liderado por João Duque. Eu próprio o fiz demarcando o PSD-

Açores e demonstrando a discordância em relação às notícias que vinham da República.

Isto é bem diferente e outra vos vou aqui citar. E é por isso que fica provado: não há qualquer cumplicidade. Nós defendemos sempre e,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Que ideia!

O Orador: ... acima de tudo, aquilo que são os interesses dos Açores, e tentamos com isto não prestar um mau serviço à autonomia, como foi prestado ontem,...

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ... aqui mesmo, por uma tentativa do Partido Socialista de quebrar um acordo...

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

Deputado Mark Marques (*PSD*): Brincadeira infantil!

O Orador: ... que havia em relação, por exemplo, ao poder local da Região Autónoma dos Açores.

Aquilo que o Partido Socialista fez...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Teriam votado a favor!

O Orador: ... ontem é uma demonstração de imaturidade. Repito, imaturidade para tentar usar...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso foi ontem!

O Orador: ... questiúnculas e criar questiúnculas na região, tentando quebrar unanimismos que havia em relação a alguma matéria para fazer disto uma arma de arremesso...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não disfarce!

O Orador: ... contra o PSD e contra o PP, apenas porque querem-nos acantonar à defesa da República, mas não nos acantonam.

Deputado Berto Messias (*PS*): Não é verdade!

O Orador: Vocês é que estão começando a ficar acantonados a um sentimento de perda para as eleições de outubro próximo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

E para terminar, em relação às cumplicidades,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Mas era uma declaração de voto!

O Orador: ... recordam-se de algumas palavras inflamadas que o Sr. Deputado Hernâni Jorge aqui proferiu quando, ano após ano, a RTP-Açores foi sempre conduzida para o buraco,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso não é verdade!

O Orador: ... quando, ano após ano, o serviço público de rádio e televisão dos Açores foi-se degradando? Assistiram a isto, assistiram à posição do Governo Regional ou do PS-Açores contra o Governo da República e contra o desastre para onde estava sendo conduzida a RTP-Açores? Não assistiram!

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Só agora o Partido Socialista cavalga a autonomia quando o Governo da República...

Deputado José San-Bento (*PS*) e **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Não apoiado!

O Orador: ... não é da sua cor política. Quando o Governo da República é da sua cor política, fala baixinho, é cúmplice e enterra a cabeça na areia.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Um bocadinho melhor do que o outro porta-voz!

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, eu lembro que estamos em declarações de voto, não estamos no período de debate.

Sr. Deputado Berto Messias, pediu a palavra para?

Deputado Berto Messias (*PS*): Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Porquê?

Deputado Berto Messias (PS): Porque o Sr. Deputado Duarte Freitas acusou o PS de quebrar o consenso que existia na Comissão de Política Geral e, portanto, como o referiu na sua declaração de voto, tenho que protestar porque isso não é verdade.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Duarte Freitas, na declaração de voto que faz e para disfarçar o incómodo da votação que acaba de ter, tentou arranjar um facto e divergir a sua intervenção para outra questão...

Deputado Rui Ramos (PSD): É uma questão de atitude vossa!

O Orador: ... que não tem absolutamente nada a ver, usou termos e considerou a postura da bancada deste partido de imaturidade e de irresponsabilidade.

Não posso deixar de dizer o seguinte: o Partido Socialista, quer na questão das autarquias, como em muitas outras questões, tem trabalhado sempre para criar consensos...

Deputado Rui Ramos (PSD): Depois faz uma conferência de empresa e exclui o PSD e o CDS!

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é verdade!

O Orador: ... e para fazer com que este Parlamento esteja unido na defesa de questões cruciais para a região, como é o caso da manutenção das nossas freguesias nos Açores, contra a machadada inaceitável que o Governo da República do PSD e do CDS/PP quer dar nas freguesias do nosso país e nas freguesias dos Açores.

Deputado Rui Ramos (PSD): Mas tentou excluir o PSD e o CDS. A questão é porquê?

O Orador: Quanto à questão em concreto referida, o Partido Socialista em conjunto com outros partidos desta Casa entendeu apelar ao Sr. Presidente da República para que trave a lei de extinção das freguesias.

Deputado Rui Ramos (PSD): Mas não é agora! É brincadeirinha de rapazes!

O Orador: Fê-lo através de uma conferência de imprensa e enviou um documento ao Sr. Presidente da República a fazer exatamente esse apelo. E apela também a todos os partidos que se juntem a nós nessa defesa.

E devo dizer também que na própria conferência de imprensa eu próprio e os partidos que lá estavam afirmámos que o motivo, além das inconstitucionalidades e das ilegalidades que são cometidas por esta lei, porque violam a nossa Constituição e o nosso Estatuto, tinha de ser travado, que não respeitava a vontade dos órgãos de governo próprio desta região, exatamente porque está a decorrer um trabalho na Comissão de Política Geral de análise ao nosso mapa autárquico. E a Comissão de Política Geral, convém lembrar, está a realizar esse trabalho por proposta do Partido Socialista e do CDS/PP.

Deputado Rui Ramos (PSD): Mas excluíram o PSD e o CDS/PP da conferência. Porquê? Responda!

O Orador: E, portanto, não houve qualquer tipo de quebra do consenso que existe sobre esta matéria.

E devo dizer também o seguinte. Apesar das tentativas do PSD de disfarçar o incómodo...

Deputado Rui Ramos (PSD): O senhor é que está a tentar disfarçar!

O Orador: ... e de disfarçar o facto de estar completamente subjugado aos interesses de Lisboa,...

Deputado Rui Ramos (PSD): Não apoiado! Isso é falso! São várias as tomadas de posição que contrariam isso que o senhor está a dizer!

O Orador: ... tem de passar das palavras aos atos. Não basta dizer que vai defender a autonomia até às últimas consequências e depois não materializar em atos concretos. E temos, infelizmente, vários exemplos desse facto. O cabo de fibra ótica, a privatização da ANA. Agora, imagine-se, os hospitais do continente querem cobrar aos açorianos que são lá tratados como se não fossemos portugueses iguais aos do continente.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Agora querem que seja o Governo Regional a pagar a formação dos agentes da PSP que estão nos Açores.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: E temos também o caso da RTP onde os senhores estão subjugados aos interesses de Lisboa.

Presidente: Sr. Deputado, já concluiu o seu tempo para o protesto.

O Orador: Quando a Dra. Berta Cabral diz no congresso, perante o Dr. Pedro Passos Coelho...

Deputado Rui Ramos (PSD): Está a alargar-se um bocadinho, Sr. Deputado!

Presidente: Agradeço que termine já.

O Orador: Termino já.

... que é importante que o Estado assegure a RTP, que é importante que o Estado financie a RTP, uma semana e meia depois aquilo que o Governo da República faz é insistir na criação da janela...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas qual é o protesto?

O Orador: ... e de reduzir a RTP-Açores a uma condição humilhante de janela. Nós recusamos essa postura e aqui estaremos sempre para defender os interesses dos Açores e dos açorianos contra essa postura subjugada aos interesses de Lisboa.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, eu vou apelar ao vosso bom senso, porque não vamos, a pretexto das declarações de voto, reiniciar um debate acerca de uma matéria que já foi discutida e encerrada. E não vamos abrir também, agora, para começarmos a falar de outros assuntos que não estão aqui em debate. E, portanto, eu apelo ao vosso bom senso...

(Apartes inaudíveis das bancadas)

Presidente: Srs. Deputados, apelo ao vosso bom senso e vou dar a palavra ao Sr. Deputado Duarte Freitas para um contra protesto.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um contra protesto para colocar as coisas nos seus devidos lugares.

Eu vou ler o ponto 344 do Memorando da Troika. Diz: “Reorganizar a estrutura da administração local. Existem atualmente 308 municípios e 4259 freguesias. Até julho de 2012...”

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ouçam! Ouçam!

O Orador: ... o Governo desenvolverá um plano de consolidação para reorganizar e reduzir significativamente o número destas entidades”.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Leia a Constituição agora!

Deputado Berto Messias (PS): Não é isso que está em causa! É uma manobra de diversão que não lhe fica bem!

O Orador: Quem assinou, quem negociou este memorando foi o Partido Socialista...

Deputado Francisco César (PS): Com a Troika, Sr. Deputado!

O Orador: ... de José Sócrates.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: José Sócrates que, pouco tempo depois de assinar e negociar isto, foi reeleito por 98% dos votos dos socialistas e também dos socialistas dos Açores.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Também o meu! Não tenho problema nenhum em assumir!

O Orador: Este José Sócrates que agora já não está na política em Portugal, mas que continua a ensombrar as medidas e as políticas do Partido Socialista. A verdade é que...

Deputado Hernâni Jorge (PS): O seu apelo continua a não ser cumprido!

O Orador: ... aquilo que está a acontecer é a concretização deste acordo definido pelo Governo anterior de José Sócrates, naturalmente com a *agrément* do PP e do PSD, para tentar salvar Portugal do desastre a que tinha sido conduzido.

Agora, a questão que está aqui é outra.

Na Comissão de Política Geral fez-se um trabalho bem feito, um trabalho como é habitual, rigoroso, um trabalho competente, pela comissão presidida pelo Sr. Deputado Pedro Gomes e com os deputados de todos os partidos a conseguirem uma unanimidade em relação a esta matéria,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Cada vez que vem o José Sócrates é porque a coisa está mesmo mal!

O Orador: ... defendendo aquilo que são as competências próprias da autonomia. E nestas competências estão claramente enquadradas as matérias que têm a ver com a criação e extinção das autarquias locais. E, portanto, o PSD naturalmente revê-se em tudo aquilo que foi negociado e congratula-se com as conclusões a que chegou a Comissão de Política Geral. Qual não é o espanto do PSD quando ontem soube que o Partido Socialista tinha convidado todos os partidos para se juntarem a uma ação...

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Mas, Sr. Presidente, isto é um debate! Quero uma interpelação à mesa!

O Orador: ... menos o CDS/PP e o PSD, numa tentativa de fazer desta matéria um afrontamento ao PSD e ao PP e prestando um muito mau serviço à defesa da autonomia. E é isto que é importante reter para se perceber que da parte do Partido Socialista não há limites...

Presidente: Sr. Deputado, já terminou o seu tempo.

O Orador: ... à tentativa de afrontamento e à tentativa de criar questiúnculas políticas estéreis usando a autonomia como arma de arremesso e não servindo a autonomia como tem de ser servida e como a Comissão de Política Geral e esta Assembleia...

Presidente: Oh Sr. Deputado! Já terminou o seu tempo.

O Orador: ... já tinham muito bem promovido na defesa dos interesses e das competências da região. E é isto que é preciso que fique aqui bem claro. De resto,...

Presidente: Sr. Deputado, já terminou o seu tempo. Agradeço que conclua.

O Orador: ... em relação às tentativas de...

Presidente: Agradeço que conclua. Já terminou o seu tempo.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não está em direto na RTP!

Presidente: Srs. Deputados, vamos ver se nos entendemos. O Sr. Deputado está a usar da palavra, portanto, os outros Srs. Deputados vão ouvir e eu vou explicar qual é a posição da Mesa e o que é que está em curso, mas deixem-no concluir, se fazem favor.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Estão todos inscritos e a gente já vai conversar.

Tem a palavra e agradeço que conclua rapidamente.

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente, para dizer que da parte do Partido Social Democrata agora, como foi no passado, como será no futuro, colocaremos sempre os interesses dos Açores...

Deputado Berto Messias (PS): Isso é só conversa, só conversa.

O Orador: ... acima dos interesses do PSD e, mais do que isso, agiremos com responsabilidade, especialmente com maturidade.

Deputados Rui Ramos e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto não é uma coisa de rapazes pequenos a brincar, estamos a falar da autonomia e das competências da autonomia.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é só conversa!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, antes de lhes dar a palavra, eu gostava de explicar uma situação para ver se nos entendemos.

Aproveitando uma declaração de voto, o líder Parlamentar do PSD fez referência às circunstâncias que rodearam ontem duas conferências de imprensa e apresentou a sua versão dos acontecimentos.

O Grupo Parlamentar do PS entendeu dever esclarecer, a propósito de uma situação que não estava em discussão, e o que está em discussão é a RTP, e usar a figura do protesto para esclarecer essa matéria em concreto, levantando outras a propósito disso.

O Sr. Deputado, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo do Regimento, tem direito a usar da figura do contra protesto.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Presidente: Um protesto, um contra protesto! E, portanto, o que é que os senhores querem que eu faça? Eu não posso proibir as pessoas...

Deputado José Lima (PS): Vá para o tema!

Presidente: ... se começam a falar de assuntos que não estão diretamente no objeto da declaração. E, portanto, a partir do momento em que se caminhou nessa direção, eu não posso impedir um contra protesto. E, portanto, foi isso que eu fiz.

O Sr. Deputado Artur Lima pediu a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra.

Deputada Zuraída Soares (BE): Estava a falar o Sr. Deputado Duarte Freitas, quando eu levantei o dedo!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E eu inscrevi-me quando o Sr. Deputado Berto Messias estava a falar!

Eu já estava inscrito.

Sr. Presidente, esclareça a Sra. Deputada que eu já estava inscrito.

Presidente: Estão os três inscritos, mas eu tenho de dar a palavra a...

Deputada Zuraída Soares (BE): A quem pôs o dedo primeiro no ar!

Presidente: Que foi o Sr. Deputado Artur Lima!

Deputada Zuraída Soares (BE): Não foi, não!

Presidente: Foi. Já estava...

Deputada Zuraída Soares (BE): Estava a falar o Sr. Deputado Duarte Freitas, quando eu levantei o dedo!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E ainda estava o Sr. Deputado Berto Messias a falar quando eu me inscrevi!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputada Zuraída Soares (BE): Primeiro os cavalheiros.

Presidente: A Sra. Deputada Zuraída Soares estava inscrita para fazer a sua declaração de voto.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Presidente, peço desculpa, mas se me permite,...

Presidente: Diga! Vamos esclarecer.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Vamos lá ver se nos entendemos com clareza e com verdade.

Ainda estava o Sr. Deputado Duarte Freitas a fazer o seu contra protesto, e façam o favor, os Srs. Deputados, de não dizerem que estavam cegos, eu pus o dedo no ar duas vezes para interpelar a Mesa...

Deputado Mark Marques (PSD): Estava escrito no dedo que era para interpelar?

Presidente: Pôs, sim senhora.

A Oradora: ... e a interpelação era clara. É que se o protesto e o contra protesto...

Presidente: Sra. Deputada, vai-me dar licença, mas antes de fazer...

A Oradora: ... iam tomar metade do debate, eu também queria contra, contra protestar para participar no debate.

Presidente: Sra. Deputada...

A Oradora: E, portanto, esta é que era a verdade.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é verdade!

A Oradora: Eu estava inscrita para uma interpelação.

Presidente: E continua inscrita.

A Oradora: Eu dou sempre a primazia aos cavalheiros.

(Risos do Deputado Aníbal Pires e do Presidente)

Se o Sr. Deputado Artur Lima quer fazer a sua interpelação em primeiro lugar, faça favor.

Presidente: Oh Sra. Deputada Zuraída Soares, devo informá-la que está inscrita para uma interpelação, mas o Sr. Deputado Artur Lima tinha-se inscrito

primeiro do que a senhora, quando o Sr. Deputado Berto Messias estava a fazer o protesto e a senhora só se inscreveu no contra protesto. E, portanto, nós estamos na Mesa e é que vemos quem é que se inscreveu e, portanto, a Sra. Deputada vai fazer o favor...

(Apartes inaudíveis da Deputada Zuraida Soares)

Presidente: Sra. Deputada, agradeço que se sente.

O Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra para a interpelação.

Está inscrita para fazer a interpelação a seguir.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Peço a palavra ao Sr. Presidente para pedir desculpa por ter partido do princípio que a primeira inscrição para interpelação tinha sido quando o Sr. Deputado Duarte Freitas estava no uso da palavra.

Deputado José Lima (PS): Não está enganada! Estava inscrita primeiro!

A Oradora: Não foi, estava enganada e, portanto, retiro a minha queixa.

Presidente: Muito obrigado.

A Oradora: E não preciso das ordens do Sr. Deputado Duarte Lima,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Artur Lima!

(Risos das bancadas)

A Oradora: ...Artur Lima.

Se calhar ficava bem! Duarte Lima era capaz de não ficar mal!

Não preciso das ordens do Sr. Deputado Artur Lima para me levantar e pedir desculpa, que é coisa que eu tenho feito nesta Casa sem o mínimo de problema.

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra para a sua interpelação.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, é bom que a verdade venha sempre ao de cima...

Deputada Zuraida Soares (BE): Sem ordens!

O Orador: ... e é bom que se tenha demonstrado que o Bloco de Esquerda não é o detentor da verdade absoluta e hoje ficou aqui provado...

Deputada Zuraida Soares (BE): Sem ordens!

O Orador: ... que a senhora se enganou e que arrogantemente me veio aqui acusar de me ter inscrito.

Deputada Zuraida Soares (BE): Pedi desculpa! Arrogantemente, pedi desculpa!

O Orador: Bom, mas não vou dar o triste espetáculo que está a dar.

Sr. Presidente, eu só me inscrevi para uma interpelação à Mesa, concordando absolutamente com a posição da Mesa. Só me inscrevi porque não estava envolvido no protesto e contra protesto, até ao momento em que o Sr. Deputado Berto Messias - e na altura que me inscrevi estava ele a falar - se referiu ao CDS e acho que isso é uma deselegância.

É só para deixar registado. Não quero protestar nem contra protestar, mas deixar registado que o Sr. Deputado se referiu ao CDS quando estava a protestar contra o PSD.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sou eu ou é a Sra. Deputada Zuraida Soares?

Presidente: O senhor pediu-me a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

E a interpelação tem a ver com a prestação de um esclarecimento a esta Câmara em virtude de uma afirmação que o Deputado Duarte Freitas aqui fez e que não corresponde à verdade.

Quem convidou o Partido Socialista, o Bloco de Esquerda e o PPM para...

(Aparte inaudível da Câmara)

O Orador: Não, não estou a protestar. É uma interpelação.

... se pedir ao Sr. Presidente da República que fizesse a fiscalização preventiva da lei da reforma autárquica foi o PCP.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas o Bloco é que mandou a carta!

O Orador: Essa responsabilidade é do PCP, é do Deputado Aníbal Pires e não é do Deputado Berto Messias, tal como foi ontem afirmado pelo Deputado Duarte Freitas.

Para que fique esclarecido, quem foi o autor disso foi o PCP.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas o Bloco é que manda a carta!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados, estamos nas declarações de voto.

Para uma declaração de voto, tenho inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O que estava aqui em discussão era o seguinte. O Governo da República cumpre integralmente as suas responsabilidades legais no âmbito do serviço público de rádio e televisão, na Região Autónoma dos Açores, algo que não é compaginável com mecanismos de gestão que circunscrevam o funcionamento da RTP-Açores a janelas de programação ou períodos limitados e compactos de emissão de produção própria. Foi isto que foi votado, e que foi votado favoravelmente pelo PPM, pelo PS, pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda, e foi isto que não foi votado favoravelmente pelo CDS e pelo PSD.

A questão é tão simples como isto. Esta era a posição. Já tinha sido tomada? Com certeza! Porque é que foi reiterada? Porque está absolutamente

comprovado que se estava a tentar novamente implementar uma janela de funcionamento na RTP que, na prática, significa a destruição da RTP e do serviço público de rádio e televisão, conforme se encontra constitucionalmente consagrado.

Esta era a questão e, portanto, a votação do PPM e dos restantes partidos é no sentido de que este serviço continue a ser assegurado naquilo que é exatamente o que a lei prevê, o que a Constituição prevê e que é o dever do Estado. E, portanto, foi nesse sentido que foi aprovado por uns partidos e por outros não foi. Há que assumir a responsabilidade política pela posição que cada um tomou.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou insistir e vou continuar a “chover no molhado”, começando por rejeitar todas as cortinas de fumo que sobre esta matéria se possam fazer única e simplesmente para não se falar no essencial e para que cada um não seja obrigado a assumir a responsabilidade das posições que sobre a defesa da RTP-Açores como serviço público, pago pelo Estado e da responsabilidade do Estado Português, não sejam assumidas. Não aceitamos, rejeitamos completamente essa posição.

A melhor maneira de darmos uma alegria ao Sr. Ministro Miguel Relvas e, por via disso, ao Governo da República é dividirmo-nos aqui dentro sobre a defesa da RTP-Açores. Ficarão satisfeitiíssimos. Mais! Terão na mão mais um argumento para continuarem a destruir aquilo que nos pertence por direito e aquilo de que a maioria de nós não está disposta a abrir mão.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Segundo. O nosso sentido de voto de abstenção quanto à Comissão de estudo que aqui foi trazida numa declaração de voto, está mais do que provado a sua justeza. É que agora ficamos à espera dos resultados da

Comissão, enquanto a RTP-Açores se esvai e desaparece por baixo dos nossos olhos.

E, finalmente, ninguém nesta Casa, nenhum açoriano, nenhuma açoriana tem de agradecer ao Governo da República a Lei de Finanças Regionais. Não há aqui agradecimentos ao Governo da República. A Lei de Finanças Regionais é um instrumento do exercício da afirmação da nossa autonomia que nós não temos de agradecer, nem a sua existência, nem o aviamento da sua revisão. O que nós temos é que estar atentos a essa ameaça de revisão da lei.

Agradecer é favor de todos nós dizermos aos açorianos e açorianas que não se agradecem os direitos. Os direitos exercitam-se e conquistam-se.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Se é para fazer um debate...

Presidente: Vamos passar à votação do **Projeto de Resolução nº. 30/2012 – “acompanhamento do serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam o projeto de resolução anunciado, do PSD, por favor, mantenham-se como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, por favor, mantenham-se como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, por favor, mantenham-se como estão.

Secretário: O projeto de resolução apresentado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 13 do PSD, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP, 1 do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Não há inscrições para declarações de voto. Vamos passar ao ponto...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Há sim!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. e Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP votou favoravelmente os dois projetos de resolução aqui apresentados pelo PPM e pelo PSD. As considerações foram tecidas na altura da discussão, mas quero aqui reafirmar o seguinte.

A posição do PCP, relativamente ao serviço de rádio e televisão pública nos Açores, é inequívoca, é da sua defesa e é, sobretudo, na de que o Estado tem de cumprir as obrigações que lhe competem, quer nesta, quer noutras matérias, e considera que, relativamente ao Grupo de Trabalho que está formado e que foi formado a partir de um projeto de resolução aprovado aqui nesta Assembleia e que a Representação Parlamentar do PCP, na altura, votou contra, estes dois projetos de resolução, agora aprovados, em nada ferem, na opinião da Representação Parlamentar do PCP, o trabalho que está a ser desenvolvido por esse grupo que resultou do projeto de resolução aprovado há alguns meses nesta Câmara.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado.

Vamos passar, então, ao ponto 3 da Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/2012 “altera o regime jurídico das farmácias de oficina na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Para apresentação da urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Catarina.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em face do acórdão n.º 187 de 2012, o Tribunal Constitucional declarou ilegal o artigo 27º do DLR n.º 6/2011/A, de 10 de março, que determinava as condições gerais e específicas da instalação, abertura e transferência de farmácias que eram definidas por DRR, urge rever o decreto legislativo regional em causa com a maior celeridade possível. É por isso que o Grupo Parlamentar apresenta este pedido de urgência, para que se evitem atrasos em procedimentos que dificultam a boa e necessária persecução da política de saúde nesta área.

Sr. Presidente, eu pedia-lhe autorização, às Sras. e Srs. Deputados e aos Srs. Membros do Governo que me permitam que nesta minha primeira intervenção de hoje, e na figura de um pedido de urgência, use para uma outra urgência, a urgência de lembrar, como disse há bocado Mariana Matos, que “estão de luto

os pianos”. E eu acrescento que está a cultura e o país. Hoje morreu Bernardo Sasseti.

Julgo que é importante que se lembre e que se homenageie, e permitam-me que o faça com palavras de Maria João Seixas, que, numa entrevista a Bernardo Sasseti, disse no início que “apesar de jovem, ele cedo descobriu que tinha que estar na vida a tempo inteiro, sem distrações sobre o sentido que era imperativo dar-lhe: descobriu no cedo do seu tempo pessoal que a música e, mais especificamente, esse território de liberdade extrema que é o jazz, seria a pauta que moldaria este sentido. Pauta exigente que não admite desrespeitos. Entregou-se-lhe sem reservas e em troca recebeu dela um dom valioso, a tal batuta poderosa e invisível que numa sala de concerto ou em casa a ouvirmos um CD nos guia até quase à fusão com a sua música, com a música”.

É a sua obra que hoje Sasseti nos lega, ao deixar a cultura portuguesa mais pobre.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Não há inscrições.

Vamos passar à votação da urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/2012 “altera o regime jurídico das farmácias de oficina na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, por favor, mantenham-se como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 4 do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP, 1 do PPM e 14 contra do PSD.

Presidente: Passamos, então, ao ponto 4: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/2012 - “altera o regime jurídico das farmácias de oficina na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Está à discussão.

Inscrições.

Sra. Deputada Catarina Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O pedido de dispensa...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Partido Socialista já começou a sua intervenção. A seguir quero fazer uma interpelação.

A Oradora: ... e de exame em comissão visa integrar no decreto legislativo regional todos os normativos que estavam no decreto regulamentar regional que determinava as condições gerais e específicas de instalação, abertura e transferência das farmácias. Agindo, assim, de forma célere e de acordo com a decisão do Tribunal Constitucional, o Grupo Parlamentar apresenta-o com a sua postura habitual: a de apresentar soluções que facilitem a ação e a vida dos açorianos e açorianas. É preciso resolver, o PS resolve, não fica parado nem à espera que outros o façam.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

No presente caso, continuamos a considerar que a matéria agora integrada podia estar consagrada sobre a forma de decreto regulamentar regional. No entanto, este não foi o entendimento do Tribunal Constitucional e nós acatamos.

Dessa forma, apresentamos a solução para facilitar a vida aos açorianos.

Gostaria ainda de reiterar as diferenças introduzidas, nomeadamente no que se refere à capitação que, sendo a mesma do continente, salvaguarda a nossa realidade arquipelágica, porque possibilita a existência de um mínimo de duas farmácias nas ilhas de concelho único, evitando-se, assim, monopólio. Isso permite a livre concorrência.

O método de seleção é outra das diferenças. O método de seleção no concurso de abertura de novas farmácias rege-se por critérios sólidos e bem definidos, em que o centro da questão é o tipo e a qualidade de serviço que se presta aos

cidadãos e não uma mera tombola de euro milhões, como acontece na República.

E ainda gostava de referir a introdução, no decreto legislativo regional, das taxas referentes aos atos e aos procedimentos envolvidos no mesmo.

Obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, é para solicitar, nos termos regimentais, um intervalo de 15 minutos, na medida em que temos questões em relação a esta iniciativa que necessitamos ainda de verificar.

Presidente: Muito obrigado.

É regimental.

Daqui a 15 minutos cá estaremos.

Eram 15 horas e 51 minutos.

Presidente: Vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 10 minutos.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Pedro Gomes. Tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As minhas primeiras palavras neste debate são para a Sra. Deputada Catarina Furtado. E queria dizer à Sra. Deputada que tenho pena do papel que a sua bancada lhe pediu para fazer...

Deputado João Costa (PSD): Não tenho pena nenhuma!

O Orador: ... na intervenção que antecedeu, porque V. Excia., Sra. Deputada, faz uma intervenção à qual faltou humildade e faltou verdade.

Faltou humildade para reconhecer que a sua bancada e o Governo se enganaram há 16 meses; faltou verdade, porque lhe teria ficado bem reconhecer que o

Partido Social Democrata tinha razão há 16 meses quando este Parlamento discutiu...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e aprovou, com os votos de V. Excias., o regime jurídico das farmácias de oficina.

E tinha-lhe ficado bem, Sra. Deputada, reconhecer estes dois factos, em vez de fingir que o Partido Socialista resolve os problemas das pessoas. É que V. Excias., com a vossa atitude, com a vossa maioria,...

Deputado Francisco César (PS): É um facto!

O Orador: ... e com a aprovação deste decreto legislativo regional, há 16 meses, o que fizeram foi o contrário disso. Provocaram incerteza jurídica, perturbação no regime de funcionamento de licenciamento das farmácias, e a prova de que provocaram perturbação e incerteza jurídica no regime de licenciamento das farmácias e da transformação dos postos farmacêuticos em farmácias é que a Secretaria Regional da Saúde está inundada de pedidos de transformação de postos farmacêuticos em farmácias, que não foram despachados nem decididos até hoje, provocando, naturalmente, perturbação aos proprietários dos postos farmacêuticos, que os querem transformar em farmácias, provocando dificuldades económicas num setor e num momento que já as têm na região e no país.

Os senhores com o vosso voto, há um ano e meio, não ajudaram a resolver problemas, pelo contrário, agravaram problemas e agravaram a incerteza jurídica.

É por isso que lhe digo, Sra. Deputada, tinha-lhe ficado muito bem dizer outras coisas que V. Excia. não disse neste debate.

Há um ano e meio, no dia 27 de janeiro de 2011,...

Deputado João Costa (PSD): Um ano e meio!

O Orador: ... o Sr. Secretário Regional da Saúde dizia: “Relativamente à questão que o Sr. Deputado Pedro Gomes levantou [estou a citar o Diário das Sessões] em relação à capacidade legislativa da Assembleia Legislativa, o Governo não pretende legislar sobre assuntos que não pode, mas entendemos

que à luz do Estatuto Político-Administrativo podemos, efetivamente, remeter para regulamentação aquelas que são as condições específicas de instalação do regime que aqui hoje é proposto”.

O Governo e a maioria entendiam que podiam remeter para regulamentação o regime relativo à abertura e funcionamento das farmácias. O PSD disse-o com clareza, no debate, que não podia ser, porque tal circunstância violava o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores. O Tribunal Constitucional deu razão à argumentação do PSD, aliás, secundada por outros partidos como o CDS/PP e como o Bloco de Esquerda. Justiça tem de ser feita (exceto por V. Excias.). Dezasseis meses depois, decisão tomada pelo Tribunal Constitucional através do Acórdão 187/2012, que declarou com força obrigatória geral a ilegalidade da norma do artigo 27º do “regime jurídico das farmácias de oficina”, V. Excias. vêm fazer agora exatamente o contrário daquilo que diziam há um ano e meio.

Há um ano e meio acreditavam na argumentação do Sr. Secretário Regional da Saúde e diziam “tudo pode ser remetido para um decreto regulamentar regional”. Hoje fazem exatamente o contrário, revogam completamente o decreto regulamentar regional e colocam tudo no decreto legislativo regional.

Deputado João Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Os senhores não têm coerência legislativa nem dão certeza jurídica aos cidadãos, às empresas, aos proprietários de farmácias ou de postos farmacêuticos,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas, mais do que isto, Sra. Deputada, faltou sensatez ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao apresentar esta iniciativa.

Deputado João Costa (PSD): É verdade!

O Orador: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista propôs e fez aprovar nesta Câmara, com o voto contra do PSD, um pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão. O PSD votou contra este pedido de urgência e dispensa de

exame em Comissão, por entender que esta matéria, sendo uma matéria legislativa como é, deve seguir também um processo de consulta à Associação Nacional de Farmácias e à Ordem dos Farmacêuticos, tal como se deu com o decreto legislativo regional que foi aqui discutido e aprovado há um ano e meio.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Não há nenhuma razão política para que se proceda de maneira diferente, quando estamos tratando de matérias legislativas relativas à abertura e funcionamento de farmácias...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor acabou de dizer que as empresas estavam cheias de pressa!

O Orador: ... e consultar os órgãos representativos dos farmacêuticos e a Associação Nacional das Farmácias.

Eu espero, Sr. Secretário da Presidência, que a minha intervenção não perturbe os seus apertes.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não perturba nada!

O Orador: Aliás, V. Excia., em matéria de apertes, neste debate, diria que tem um currículo que é pouco recomendável.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E desnecessário!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É pouco recomendável, mas é meu!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Mas há também uma outra razão que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata quer aqui trazer para poder sustentar que este diploma deveria seguir a tramitação normal, habitual e politicamente adequada relativamente à sua discussão e preparação para votação.

Sustentou a Sra. Deputada Catarina Furtado com certeza, mas com pouco rigor jurídico, que a urgência se justificava pela publicação do Acórdão 187/2012, do Tribunal Constitucional. Mas, Sra. Deputada, Srs. Deputados da maioria do Partido Socialista, V. Excias. esqueceram-se que a Constituição impõe, necessária e obrigatoriamente, a publicação do acórdão no Diário da República,

para que tenha eficácia jurídica. Só depois da sua publicação no Diário da República é que este acórdão tem a força jurídica que dele decorre.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Mas isso não é relevante!

O Orador: Este acórdão foi notificado ao Parlamento e foi notificado...

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Mas nós legislamos em qualquer altura!

O Orador: ... aos seus autores.

V. Excias., ao imporem este processo legislativo, com urgência, desta maneira,...

Deputado João Costa (*PSD*): Exatamente!

O Orador: ... estão a criar um problema para o Governo Regional dos Açores: é que todos os processos pendentes na Secretaria Regional da Saúde relativos à transformação de postos farmacêuticos em farmácias, que vai agora o processo ser alterado por via do diploma que os senhores se preparam para aprovar aqui, serão tramitados de acordo com a legislação que os senhores agora vão aprovar e que consta desta proposta de alteração.

Cria um problema jurídico porque os processos pendentes foram tramitados ao abrigo de legislação anterior, que não está ainda apagada da ordem jurídica, porque o acórdão no qual V. Excias. se baseiam não foi publicado, não tem eficácia jurídica.

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Legislamos independentemente do acórdão!

O Orador: Vão gerar situações em que,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E?

O Orador: ... naturalmente, com certeza, aqueles que são proprietários de postos farmacêuticos e que os querem transformar em farmácias e tramitaram o seu processo junto da Secretaria Regional da Saúde têm capacidade ou possibilidade de poder pedir uma indemnização em sede de responsabilidade civil, extra contratual, à região.

É isto que V. Excias. estão a fazer com esta vossa iniciativa, apressada, pouco ponderada.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Para terminar, esta iniciativa que, de maneira envergonhada, o Governo não assumiu, foi o Partido Socialista que vem ter a iniciativa legislativa quando o decreto legislativo original foi aprovado neste Parlamento por proposta do Governo Regional. O Governo não teve a coragem de, frontalmente, assumir que tinha errado, endossando a tarefa ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Esta iniciativa é, no fundo, somente o seguinte: representa o amor tardio pela legalidade por parte do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Secretário Regional da Saúde, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Miguel Correia*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Pedro Gomes, eu gostaria de aqui dizer que não tenho qualquer problema em admitir que estava enganado e que o Tribunal Constitucional deu razão aos argumentos apresentados pelo PSD. Nós não temos aqui qualquer problema em admitir isto,...

Deputado João Costa (*PSD*): O problema tem os açorianos, não são os senhores!

O Orador: ... queremos é resolver rapidamente este assunto, ultrapassar esta questão e podermos, de facto, ter concretizado o regime jurídico das farmácias de oficina na Região Autónoma dos Açores que, como bem disse, já foi aprovado há 16 meses. Portanto, é mais do que altura de termos, de facto, completo todo o enquadramento jurídico das farmácias na Região Autónoma dos Açores. E, portanto, daí que faça todo o sentido o pedido de urgência que aqui foi feito a este Parlamento.

Por outro lado, gostaria de lhe dizer que não é verdade que não tenha sido autorizada a transformação dos postos farmacêuticos em farmácias. Essa decisão já ocorreu muito antes sequer de ter havido a notificação à Assembleia da publicação do acordo. Muito antes disso, Sr. Deputado.

Portanto, não traz qualquer problema jurídico, ainda por cima,...

Deputado João Costa (PSD): O senhor está muito por baixo da legislação jurídica. É melhor consultar!

Deputado Pedro Gomes (PSD): São atos!

O Orador: ... o decreto que vamos aqui aprovar, as normas que vamos aprovar em decreto legislativo regional, se for caso disso, são idênticas às que estavam no decreto regulamentar. Logo, eu não estou a ver como é que há diferença relativamente a isso.

E, portanto, relativamente à consulta da Associação Nacional de Farmácias e da Ordem de Farmacêuticos, eu também gostaria de dizer que, num sentido de transparência e de objetividade no relacionamento com todas as entidades do setor que antes de formalizar o decreto regulamentar e a regulamentação feita pelo Governo, foram ouvidas, quer a Associação Nacional de Farmácias, quer a ordem dos farmacêuticos. E, portanto, entendemos que também não fará sentido...

Deputado João Costa (PSD): Pode-se dispensar o Parlamento!

O Orador: ... facultar novamente uma audição a essas entidades.

Por enquanto é tudo.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Gomes, eu começo por dizer-lhe que o senhor disse que eu falei à verdade e não fui humilde.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não disse que faltou à verdade! Disse que faltou à verdade na sua intervenção. É diferente, seja rigorosa!

A Oradora: Então, eu vou dizer-lhe que não houve nem falta de verdade nem houve falta de humildade, porque o que eu disse, na minha primeira intervenção, e reitero, é que nós, de acordo com a decisão do Tribunal Constitucional, acatamos de uma forma humilde, apesar de ...

Deputados Pedro Gomes e Rui Ramos (PSD): Que remédio!

A Oradora: Oh Sr. Deputado, afinal parece que podíamos ter aguardado mais tempo, porque o senhor acabou de dizer que o acórdão ainda não está oficializado, ou ainda não produziu os seus efeitos, portanto,...

Deputado João Costa (PSD): Não é aguardar, é perder mais tempo!

A Oradora: Srs. Deputados, as questões jurídicas, que nos são muito caras, eu acho muito bem e nós também somos formais nas decisões. Agora, uma questão é a formalidade, outra questão é a ação, e essas são independentes, porque o que eu disse foi...

(Aparte inaudível do Deputado João Costa)

A Oradora: Sr. Deputado João Costa, também pode falar se quiser!

Deputado João Costa (PSD): Eu já falei!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Está inquieto...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E tem competência para falar nessa matéria!

A Oradora: Aliás, o que eu estava a dizer é que a questão de acatarmos e a nossa postura de humildade estão exatamente aí. Não tínhamos que fazer quando o PSD entendeu; nós tínhamos que fazer quando quem tem de decidir sobre o assunto o fez: o Tribunal Constitucional. Porque o que eu disse na minha primeira intervenção é que nós, apesar da decisão do Tribunal de Constitucional, continuávamos a achar que não tinha havido violação nenhuma. Mas nós, humildemente, acatamos...

Deputado Rui Ramos (PSD): Não tem outro remédio!

A Oradora: ... quem decide e não aquilo que o PSD pensa.

É exatamente para dizer...

Deputado Rui Ramos (PSD): É o mesmo!

A Oradora: Não, não é o mesmo, é muito diferente. Uma coisa é o que os senhores pensaram, aliás, que na altura também votaram contra, mas votaram sozinhos. O resto da Câmara...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é verdade!

A Oradora: Não, não é verdade! Houve a abstenção do Bloco de Esquerda. Pronto! Está bem?

Deputado Rui Ramos (PSD): Já faltou uma “verdadezinha”!

A Oradora: Numa constituição multipartidária fica esclarecido.

Agora, deixe-me que lhe diga que, em termos da força jurídica da publicação em Diário da República, aí é que está, de facto, a grande diferença entre o PS e o PSD, quando eu disse que o PS faz e age para resolver os problemas às pessoas. É que nós não ficamos à espera da publicação em Diário da República, porque se nós fossemos, de facto, como o PSD,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já tem isso pronto há 16 meses!

A Oradora: ... ainda teria havido mais 10 resoluções, 20 votos, 30 declarações políticas e outros tantos estudos...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: ... para alterar a questão,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... enquanto nós alteramos já.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Essa é a diferença.

Obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Rui Ramos (PSD): Se tivessem dado ouvidos, já teriam feito há 16 meses! É uma birrazinha!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente este projeto de decreto legislativo regional que, mais uma vez, altera o regime jurídico das farmácias de oficina, na Região Autónoma dos Açores, não sem antes deixar dois comentários inevitáveis.

O primeiro é que, de facto, há amores tardios que trazem felicidade.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Este amor tardio do Partido Socialista trouxe legalidade a este regime jurídico. Não se perdeu coisa nenhuma, bem pelo contrário. Novamente, os amores tardios às vezes são bem convenientes.

Outra nota também inevitável. Apreciei o reconhecimento do Sr. Secretário Regional da Saúde de que estava enganado e, consigo, todo o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o que quer apenas dizer uma coisa: o Partido Socialista deve tirar uma lição desta situação concreta. É que ter a humildade de ouvir os outros partidos da oposição,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Já fizemos isso!

A Oradora: ... aquilo que dizem, as críticas que fazem, as propostas alternativas que apresentam, não só é democrático, como, fica provado, bastante aconselhável. Poupa tempo, traz legalidade às coisas e afinal...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Mas isso nem sempre verdade!

Deputado João Costa (*PSD*): Isso não é sempre verdade, mas o contrário é!

A Oradora: ... tudo redonda em proveito dos açorianos e das açorianas.

É quase sempre verdade em termos de resultado, Sr. Secretário, e é sempre verdade em termos de democracia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Não tenho mais inscrições.

Sr. Deputado Pedro Gomes, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Gomes** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há momentos na nossa vida parlamentar em que nós pensamos que já vimos tudo, mas o que é verdade é que a realidade parlamentar consegue, muitas vezes, surpreender-nos. E devo confessar que fiquei mais uma vez surpreendido com a sua intervenção, Sra. Deputada Catarina Furtado. E fiquei surpreendido porque, e devo dizer com sinceridade, não esperava da sua parte esse tom. Sabe, das duas, uma, Sra. Deputada, ou, de facto, a maioria parlamentar, e V. Excias. são sensíveis aos argumentos que são expendidos nesta Câmara num debate plural e democrático...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Mas resolva os problemas das pessoas!

O Orador: ... e reconhecem no momento próprio que os outros...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Vamos resolver o problema das farmácias!

O Orador: ... também têm razão, apesar de serem os outros, de ser a oposição, mas temos razão, muitas vezes, ou então aceitam os argumentos que não são políticos.

Nesta matéria, preciso dizer, Sra. Deputada, os argumentos não eram políticos, eram jurídicos, eram de defesa da legalidade, eram de defesa do estatuto...

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ... e de exercício de competências legislativas por este Parlamento,...

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ... que os senhores entendiam que deviam ser entregues ao Governo...

Deputados Rui Ramos e João Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ... e que o Tribunal Constitucional veio dizer que não podiam ser entregues ao Governo, porque são competência legislativa e não matéria de natureza administrativa.

Sra. Deputada, quando nós entendemos que isto é assim, o que nos fica bem é dar o braço a torcer, na altura própria.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Oh senhor, já não ouviu?

O Orador: E a altura própria era há 16 meses. Não é hoje dizer que aceita com humildade a decisão do Tribunal Constitucional.

Deputada Nélia Amaral (*PS*): E a sua humildade onde é que está?

O Orador: Ora essa, Sra. Deputada! Tem de cumprir a decisão do Tribunal Constitucional! O Tribunal Constitucional declarou com força obrigatória geral a ilegalidade da norma do regime jurídico que os senhores aprovaram. Não há humildade, nem meia humildade. Há que cumprir e acatar a decisão do Tribunal Constitucional.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor quer resolver o problema das farmácias ou não quer?

Deputada Nélia Amaral (*PS*): Quando é para si, já não serve!

O Orador: E para lhe provar, Sra. Deputada, com toda a verdade, que é aquilo que resulta do Diário das Sessões, que não só V. Excias. não queriam ouvir a razão que assistia à posição, mas como teimosamente persistiam no vosso erro, porque tudo o que vem do PSD deve ser chumbado...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é verdade!

O Orador: ... e representa falta de estudo, falta de ideias, falta de capacidade, incapacidade, que é o vosso argumentário. Durante o debate, ouviram-se apartes desta natureza.

Quando eu, em nome do Grupo do Parlamentar do Partido Social Democrata, sustentava a argumentação de que esta era uma matéria de natureza legislativa, o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores vaiava. O Sr. Secretário Regional da Presidência dizia, cito, “lá vem o Sr. Deputado com a falta de transparência”. Fim de citação.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O que é que isso tem de mal?

O Orador: E até mesmo o novel Deputado Vasco Cordeiro, na altura, sentado na bancada do Governo, dizia, cito: “Oh paciência! O conluio da bata branca!”.

É este o vosso amor pelo rigor jurídico! Oh senhores! Srs. Deputados do Partido Socialista, tenham vergonha!

Deputados Rui Ramos (PSD): Essa é a vossa verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para informar esta Câmara que o PPM considera que esta iniciativa do PS, viabilizadas as alterações, está em condições de ser votada de forma favorável. O PPM irá votar favoravelmente esta iniciativa.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem, ou anteontem, nesta Casa, falou-se e fui acusada de ciumeira.

Deputado Rui Ramos (PSD): Essa é a vossa humildade!

A Oradora: Disseram-me que eu estava em crise de ciumeira. Aliás, parece-me que a ciumeira vem é desse lado, exatamente do PSD. Tem uma imensa ciumeira da enorme listagem disponível no site da Assembleia da legislação que o PS, esta maioria, aprovou durante esta legislatura e da qual não foi proponente.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: Portanto, há uma imensa listagem de legislação aprovada nesta Casa pelo PS, cujo proponente não fomos nós.

Deputado Rui Ramos (PSD): Foi o Governo!

A Oradora: De maneira que, Sr. Deputado, eu não tenho ciumeira nenhuma. A ciumeira está desse lado.

(Risos do Deputado Artur Lima)

E, Sr. Deputado, para si, vir defender o diploma e vir defender o rigor jurídico e a formalidade com apartes é pouco, é muito pouco.

Deputado Rui Ramos (PSD): O que é que isso interessa aos açorianos, diga lá?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O que é que os apartes interessam para o debate?

Deputado Pedro Gomes (PSD): Posso continuar a ler, Sr. Secretário!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** “Vale sempre a pena [Sr. Secretário], quando a alma não é pequena”. Não é verdade?

Deputada Zuraída Soares (BE): “Quem quer passar além do Bojador/ Tem que passar além da dor”.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu acho que a atitude que é de salientar aqui é a atitude do Sr. Secretário da Saúde, porque, de uma maneira frontal e sincera, admitiu o erro, assumiu-o e está aqui para corrigi-lo. E o mal não é corrigir um erro, o mal é querer persistir num erro e, portanto, ele, sim, foi autêntico e sincero. Da bancada...

Deputado Rui Ramos (PSD): É genético!

O Orador: ... do Partido Socialista há sempre aquela de tentar passar pelos pingos da chuva e não se molhar. Mas molharam-se, Sra. Deputada Catarina Furtado! Molharam-se e bem! Apanharam uma molha neste processo e, portanto, a Sra. Deputada diz que o PS apresenta a solução para os problemas. Não! O PS criou o problema e um ano e meio depois vem aqui de bancada dizer que apresenta a solução. Não é verdade! Criou um problema que, felizmente, se resolveu, para bem dos açorianos e para bem de todos nós. Ninguém tira méritos ao Partido Socialista da sua iniciativa legislativa, ninguém tira méritos às boas iniciativas do Governo e do Partido Socialista. Nesta, o Partido Socialista não tinha razão. Não lhe custa nada dar a razão ao PSD, que a tinha no início e, sobretudo, ao Sr. Deputado Pedro Gomes. E nós votamos favoravelmente esse diploma. Atenção! Mas reconhecemos que o Sr. Deputado

Pedro Gomes tinha toda a razão no seu argumentário, fê-lo brilhantemente, e o que nós temos que fazer é, pura e simplesmente, resolver o assunto e dar-lhe razão.

Deputado João Costa (PSD): Apoiado!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Se a gente fosse contar todas as vezes que teve razão!

O Orador: É isso que se chama humildade! Não é apregoar humildade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Humildade é dizer “nós erramos, os senhores tinham razão, não é o tribunal que tinha razão”. Quem tinha razão a montante era o Partido Social Democrata. E, portanto, temos que dar a razão ao Partido Social Democrata. Sr. Deputado Pedro Gomes, isto é que é humildade. Quanto ao resto, não me parece que tenha sido. Aliás, basta ver que, mesmo durante esta semana, houve proposta uma vez, e mais proposta outra vez. E proposta para cá, proposta para lá, até que se atinasse em alguma coisa. Portanto, isso também serve...

Deputada Catarina Furtado (PS): Não é verdade!

Deputado Pedro Gomes (PSD): É verdade, Sra. Deputada!

O Orador: Não é verdade? Eu tenho aqui três montinhos: o primeiro, o segundo e o terceiro. Três montinhos que eu tenho aqui.

Deputada Nélia Amaral (PS): Qual é a diferença do primeiro para o segundo montinho?

O Orador: Se não é verdade, Sra. Deputada, explique-me lá o que é que se passou, porque eu tenho três montinhos aqui em cima da minha secretária.

Agora, o que é verdade também é que além de nós corrigirmos os nossos erros, devemos tirar lições para o futuro. E uma das lições para o futuro é uma coisa que o CDS tem criticado aqui e que já também o Sr. Representante da República, no passado, nos deu razão e diz respeito aos decretos regulamentares, e diz respeito ao Governo não querer que a matéria seja discutida nesta Assembleia e, então, é tudo para decreto regulamentar regional.

Deputado João Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Mesmo nos 5 meses que restam e nas múltiplas iniciativas que o Partido Socialista ainda há de ter, era bom que adotassem outra técnica legislativa, deixassem o que é da Assembleia à Assembleia, e o que é do Governo ao Governo. E os decretos regulamentares já foram por nós várias vezes criticados nesta Casa sobre outros decretos legislativos regionais, já foram alvo de veto do Sr. Representante da República e agora são alvo de veto do Tribunal Constitucional.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Numa percentagem mínima!

O Orador: Portanto, daqui para a frente era bom que o Governo também corrigisse esse tiro e fizesse menos decretos regulamentares regionais, nomeadamente...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso é residual!

O Orador: ... quando faz sobre determinadas coisas que aumentam a despesa e coisas, sobretudo, que não querem que a Assembleia saiba e discuta.

Muito obrigado.

Deputado Luís Silveira (*CDS/PP*): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Também não nascemos ontem!

Presidente: Não tenho mais inscrições. Vamos passar...

Sra. Deputada Catarina Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Furtado** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pensei que o Sr. Presidente fosse explicar os três montinhos ao Deputado Artur Lima.

O primeiro montinho que o senhor recebeu foi um engano da Assembleia e não do PS.

O segundo montinho foi a versão que tinha entrado.

O terceiro montinho foi uma versão que entrou com melhoramentos...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): De quem era o engano?

A Oradora: ... que foram conversados entre vários partidos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima, eu já aprendi uma coisa. Não torno a dizer que não tenho mais intervenções, senão aparece sempre mais uma.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Catarina Furtado, cada vez que fala vem ao de cima a sua humildade.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Fica bem, fica epidérmica a sua humildade, Sra. Deputada!

Obviamente,...

Deputada Nélia Amaral (PS): Porque será, Sr. Deputado?

O Orador: ... que toda a gente percebe, basta ver o primeiro (foi erro da Assembleia, estou agora a saber), agora, o segundo, não foi erro da Assembleia.

Deputada Catarina Furtado (PS): Foi o primeiro!

O Orador: Basta ver quem melhorou e quem não soube melhorar e teve que esperar que outros lhe ensinassem. Tenho que dizer isso, como se melhorava. Aí é que está a questão! E, portanto, a humildade agora foi para a derme. Enterrou-se um bocadinho.

É isso aí, e que o Sr. Deputado Pedro Gomes, naturalmente, por humildade, não quer dizer, mas eu digo. E, portanto, nem para corrigir o erro o PS foi capaz.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso é que foi humildade, Sr. Deputado!

Deputada Catarina Furtado (PS): Isso é um exercício de humildade!

Presidente: Muito bem. Vamos, então, passar à votação.

Vamos votar o diploma na generalidade. **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº. 9/2012 – altera o regime jurídico das farmácias de oficina na**

Região Autónoma dos Açores, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que na generalidade aprovam o diploma, por favor, mantenham-se como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, o diploma foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 5 do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP, 1 do PPM e 13 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos entrar na discussão da especialidade.

Não há propostas de alteração? Intervenções? Não há.

Eu perguntava à Câmara se este projeto de decreto legislativo regional, como tem cinco artigos, se os posso pôr em conjunto à votação?

Não há oposição.

Os Srs. Deputados que aprovam os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º do projeto em apreço, por favor, mantenham-se como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 27 votos a favor do PS, 5 do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP, 1 do PPM e 13 abstenções do PSD.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto de decreto legislativo, por favor, mantenham-se como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 5 do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM, e 13 abstenções do PSD.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Gomes, tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, e em sede de declaração de voto, gostaria de dizer o seguinte.

Em primeiro lugar, recomendar ao Governo, agora que este diploma está aprovado, prudência na sua aplicação.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É o tribunal!

O Orador: E prudência na sua aplicação porque no conjunto de circunstâncias económicas que todos vivemos e que infelizmente penalizam os cidadãos, as famílias e as empresas, impõe um especial cuidado no lançamento de concursos para atribuição de novas farmácias num momento como este e, sobretudo, num momento em que toda a área farmacêutica, a área do medicamento e a área da saúde estão a sofrer importantes mutações, quer de natureza legislativa, quer de natureza financeira, mas que tem um inevitável reflexo também no setor do medicamento e das farmácias.

Em segundo lugar, recomendar também contenção ao Governo, para que tire deste processo um exemplo para outros processos legislativos e que perceba definitivamente que há matérias que são de competência legislativa e que devem ser exercidas pelo Parlamento e há outras matérias que são de competência regulamentar, de natureza administrativa e que são remetidas para ato regulamentar, através de decreto regulamentar regional ou de portaria.

O Tribunal Constitucional traçou um conjunto de orientações jurisprudenciais nesta matéria, que são importantes. E esta era a terceira ordem de argumentos que queria trazer nesta declaração de voto.

Este acórdão do Tribunal Constitucional, e é bom que se diga para que fique também registado neste debate, é um acórdão importante, porque admite que o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, que entrou em vigor em 2009, ao elencar as matérias de competência legislativa da Região Autónoma dos Açores, fixa, por um lado, estas competências na relação com a República, mas estabelece também um regime de repartição interna de competências entre o Governo e a Assembleia Legislativa, fixando que o Parlamento tem competências de natureza legislativa e que algumas matérias

que são de natureza regulamentar têm que ter um conjunto de princípios orientadores, fixados através de decreto legislativo regional.

Esta é a primeira grande orientação jurisprudencial que se retira do acórdão do Tribunal Constitucional e que é importante para o exercício das competências legislativas do Parlamento Regional e da relação do Parlamento com a República.

Em segundo lugar, este acórdão é também importante porque, colocando-se nesta matéria particular uma questão simultaneamente de constitucionalidade e de ilegalidade de uma norma por violação do estatuto, o Tribunal Constitucional decidiu que a questão da inconstitucionalidade não consumia o problema da questão da ilegalidade e optou (e, do nosso ponto de vista, bem) por apreciar a violação do Estatuto Político-Administrativo, dizendo que os deputados que requereram esta fiscalização abstrata da constitucionalidade tinham legitimidade para o poderem fazer.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Podendo parecer apenas uma mera questão de natureza jurídica e jurídico-constitucional, é, de facto, uma questão importante também quanto à clarificação da legitimidade dos deputados dos parlamentos regionais dos Açores e Madeira para, junto do Tribunal Constitucional, poderem suscitar uma fiscalização abstrata da constitucionalidade,...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... perdão, da legalidade, quando simultaneamente essa mesma questão é também uma questão de inconstitucionalidade.

É por isso que este acórdão é um acórdão muito importante na clarificação das competências legislativas do Parlamento Regional e na repartição de competências entre o Governo Regional e a Assembleia. Saudamos também a jurisprudência que este acórdão fixa, porque ela é importante, é relevante, deve ser apreciada e este Parlamento deve dela retirar todas as consequências para o futuro e para o exercício da sua competência legislativa.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realçar e congratular-nos com a forma tranquila com que decorreu esta apreciação e a votação deste diploma e para, com toda a humildade, apenas destacar o mesmo e dizer que aqui o que importa é, para além dos argumentos já aduzidos pelo Sr. Deputado Pedro Gomes, a celeridade com que este processo foi tratado e que através dessa celeridade se conseguiu disponibilizar os instrumentos e meios para as pessoas, no que a esta matéria diz respeito.

Temos, assim, na região, uma área que está devidamente enquadrada, legislada, regulamentada, por forma a não empatar e a não atrasar a vida dos açorianos e das açorianas.

Obrigada.

Deputado Luís Garcia (PSD): Dezasseis meses depois!

Deputado Rui Ramos (PSD): Com 16 meses de atraso!

Presidente: Muito obrigado.

Passamos, assim, ao ponto número 5 da nossa Agenda: **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 29/2012 “resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que dê orientações à SATA Internacional para abolir, imediatamente, a cobrança da taxa YQ nas ligações aéreas entre os Açores, o Continente e a Madeira e que no âmbito da revisão das obrigações de serviço público proponha a proibição da cobrança desta taxa nas tarifas de residente e estudante”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para apresentação do pedido de urgência.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O pedido de urgência justifica-se, Sr. Presidente, exatamente na sua substância de que na altura de crise e de dificuldade das famílias em que vivemos, quanto

mais cedo e mais rapidamente se descerem as tarifas aéreas, melhor será para os açorianos e, por isso, trouxe aqui esta proposta como pedido de urgência.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos pô-lo à votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o pedido de urgência agora apresentado, por favor, mantenham-se como estão.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental.

Voltamos às 17 horas e 15 minutos.

Eram 16 horas e 50 minutos.

(O Deputado José Ávila foi substituído na Mesa pelo Deputado Rogério Veiros)

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos, Srs. Deputados, para entrarmos no ponto número 6 da Agenda: **projeto de resolução n.º 29/2012 “resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que dê orientações à SATA Internacional para abolir, imediatamente, a cobrança da taxa YQ nas ligações aéreas entre os Açores, o Continente e a Madeira e que no âmbito da revisão das obrigações de serviço público proponha a proibição da cobrança desta taxa nas tarifas de residente e estudante”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Eram 17 horas e 23 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima, para apresentação do projeto de resolução.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo e os que restam do Partido Socialista:

Os transportes aéreos são indispensáveis para a coesão territorial e social dos Açores e os Açorianos, em matéria de acessibilidades ao exterior, dependem exclusivamente do transporte aéreo.

O CDS-PP traz a esta Assembleia um Projeto de Resolução com o objetivo imediato de baixar significativamente as passagens aéreas entre os Açores e o Continente.

Esta proposta é mais um contributo do CDS-PP para baixar as passagens e ajudar as famílias açorianas, de uma maneira geral, mas, em particular, as que têm filhos a estudar fora dos Açores, neste tempo de dificuldades.

Vivemos numa região em que o Governo se gaba de manter e reforçar os apoios sociais. Uma região onde se aumentaram, ainda recentemente, o Complemento Regional de Pensão e o Complemento Regional ao Abono de Família e onde se criou uma remuneração compensatória para os funcionários públicos e onde se acaba de abrir uma exceção salarial para os pilotos da SATA.

Porém, esta é a região que impõe barreiras, consecutivamente, ao abaixamento das tarifas aéreas.

Esta é a região que prefere estimular agora uma querela institucional com a República,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é querela nenhuma!

O Orador: ... em vez de adotar medidas, perfeitamente ao seu alcance, para reduzir os custos da mobilidade dos Açorianos.

Esta proposta do CDS representa um apoio a todos os Açorianos, não exclui ninguém. É uma redução imediata das passagens em cerca de 30%. Não é preciso esperar mais.

E não temos dúvidas de que se a SATA avançar com a redução do seu tarifário, a TAP vai seguir as pisadas como o fez, noutras circunstâncias, no passado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

As ligações aéreas regulares entre a Região, o Continente e Madeira são asseguradas ao abrigo de um contrato de obrigações de serviço público impostas, na medida do necessário, para assegurar a prestação de serviços regulares mínimos que satisfaçam requisitos de regularidade, continuidade e fixação de preços que as transportadoras poderiam não respeitar se atendessem apenas aos seus interesses comerciais.

Nas vésperas da operação de Natal do Ano de 2006, as companhias aéreas que operam nos Açores iniciaram a cobrança de uma nova taxa (a taxa YQ), vulgarmente designada por taxa de combustível.

Em 2007, quando os Governos socialistas da região e da República negociaram a revisão das obrigações de serviço público, sucumbiram aos interesses das companhias aéreas e incluíram no texto daquelas obrigações uma norma que “legalizou”, mas não obrigou à cobrança da taxa.

Atualmente, a taxa YQ cobrada pela TAP Portugal é de 72 euros e na SATA Internacional é de 62 euros numa viagem de ida e volta entre os Açores e o Continente. Significa isto que, desde 2006, a taxa de combustível aumentou 900% na TAP Portugal e 775% na SATA Internacional.

Importa acentuar que não é obrigatória a cobrança da taxa YQ, porquanto as companhias aéreas promovem, com alguma frequência, tarifários promocionais nos quais não cobram a taxa de combustível.

Por outro lado, está claro que o Governo Regional tem o poder de decisão, uma vez que na última revisão em alta da taxa YQ, no passado mês de abril, não foi aplicada nas ligações de serviço público asseguradas pela SATA Internacional, a que chamam a nossa companhia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O CDS há muito que vem defendendo a abolição da taxa de combustível nas passagens de residentes e estudantes. Não o fazemos agora porque estamos em ano de eleições. Basta ver a história e constatar que, desde o seu início, fomos sempre os únicos contra este abuso das companhias.

Ao contrário de outros partidos que agora é que descobriram que as tarifas aéreas são das mais caras do Mundo...

Deputado Francisco César (PS): E arredores!

Deputado Berto Messias (PS): Está-se a referir a quem?

O Orador: ... (e que apenas propõem soluções para um horizonte pós-eleitoral), o CDS toma medidas concretas e exequíveis já!

Não prometemos aos Açorianos que nos primeiros 100 dias depois das eleições seremos capazes de fazer aquilo que em 16 anos de governação não fomos capazes de fazer.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Não precisamos do Governo da República; não precisamos de programas comunitários...

Deputado José San-Bento (PS): Vai ter que assumir!

O Orador: ... que não existem e que demorarão anos a ser negociados e operacionalizados.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não precisamos do Governo da República para baixar as passagens, como fica provado por esta proposta.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade! Ninguém disse como vamos votar!

O Orador: Mas não desresponsabilizamos o Governo da República. Pelo contrário!

Entendemos que a República tem que assumir as suas responsabilidades no âmbito das obrigações de serviço público, mas também entendemos que cobrar uma taxa de combustível, que aumenta em 30% uma tarifa social, é uma injustificável anti coesão e,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Então a tarifa não é má, a taxa é que é!

O Orador: ... por isso, tem que acabar já.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS apresenta hoje a esta Assembleia um Projeto de Resolução que visa recomendar ao Governo Regional dos Açores que dê orientações à SATA Internacional para abolir, imediatamente, a

cobrança da taxa de combustível, nas tarifas de residente e estudante, nas ligações aéreas entre os Açores, o Continente e a Madeira.

Entretanto, e porque a SATA voa para os Açores em regime de *code-share* com a TAP, recomendamos também que, no âmbito do processo negocial em curso com o Governo da República, de revisão das obrigações de serviço público, o Governo Regional dos Açores proponha a proibição desta taxa nas tarifas sociais de residente e estudante.

Esta é uma proposta objetiva de ajuda às famílias Açorianas e de execução imediata, que deve merecer o apoio de todos, mas, em particular, daqueles que defendem e anunciam um abaixamento das tarifas aéreas.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP e do Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Inscrições.

Sr. Secretário Regional da Presidência, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em relação à proposta de resolução que o CDS/PP traz a esta Assembleia relativamente à taxa de combustível das ligações aéreas e das tarifas de residentes e estudantes, entre os Açores, o continente e a Madeira, eu gostava de começar por dizer que, por parte do Governo Regional, há, de facto, uma certa comunhão de propósitos entre o CDS e o Governo Regional nesta matéria, no sentido de que ambos procuramos as melhores soluções para que os transportes sejam o motor de abertura da região, de promoção da mobilidade e de facilitação da vida das famílias e das empresas dos Açores.

Neste sentido, estamos em absoluta consonância. O que acontece é que as vias, as nossas vias não são as mesmas. As vias para o atingir não são as mesmas...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É pena!

O Orador: ... e isso resulta, claro, do nosso ponto de vista, que a via que o CDS aqui defende, provavelmente não com intenção, mas acaba por ser uma via de efeitos perversos e que acaba também por provocar efeitos que são precisamente contrários àqueles que o Sr. Deputado pretendia chegar.

Ao contrário do que disse o Sr. Deputado Artur Lima agora na sua intervenção, esta medida não é para todos os açorianos, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É!

O Orador: Não é! Não tem efeitos para todos os açorianos, porque se ela fosse aplicada tal como os senhores defendem, a SATA prescindiria da taxa de combustível nestas tarifas e nestes trajetos. A TAP não estaria diretamente abrangida por esta medida.

Como sabe, a TAP opera em duas rotas a partir de duas ilhas dos Açores nas ligações com o continente. E, como sabe também, nessas duas ilhas, que são, no caso, a Terceira e o Faial, 70% dos passageiros voam pela TAP, ou seja, 70% dos passageiros que voam para Lisboa a partir do Faial e da Terceira ficariam de fora da medida que o Sr. Deputado aqui defende como sendo a medida que permite a todos os açorianos viajarem com tarifas mais baixas. Ou seja, verifica-se que apesar da boa intenção...

Deputado João Costa (PSD): Há muita gente que não tem dinheiro para viajar! É a isso que se chama estado social!

O Orador: ... a execução prática daquilo que os senhores propõem teria um efeito contrário àquilo que os senhores desejam, até porque a taxa de combustível, como o Sr. Deputado sabe, está fora do âmbito do acordo *code-share* e, portanto, a TAP não tem nenhum tipo de obrigação de aplicá-la e não aplicando, o que o senhor estaria a promover seria passageiros açorianos de primeira e passageiros açorianos de segunda, sendo que os de primeira eram os que viajavam na SATA e os de segunda seriam os que teriam de pagar a taxa para viajar...

Deputado João Costa (PSD): E os que não têm dinheiro para viajar? São de 2^a ou são de 1^a?

O Orador: ... para o continente via rotas operadas pela TAP. E, curiosamente, os mais afetados seriam precisamente aqueles passageiros que o Sr. Deputado tem uma preocupação especial (que nós partilhamos) e que são aqueles que partem das ilhas da coesão, que utilizam, preferencialmente, as vias Horta ou Terceira para chegarem ao continente.

Portanto, isso significaria um agravamento em comparação com a rota Ponta Delgada. E, Sr. Deputado Artur Lima, se há coisa que nós reconhecemos ao Sr. Deputado e à ação do CDS/PP em matéria de transportes aéreos nesta Casa é o não querer concentrar de maneira nenhuma...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso! Isso!

O Orador: ... as vantagens no acesso à rota para Lisboa a partir de Ponta Delgada. Mas era o que o senhor ia acabar por fazer.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não! Isso é o que os senhores já fazem!

O Orador: Porque, com essa medida, as pessoas teriam preferencialmente como ponto de saída dos Açores Ponta Delgada, concentrando ainda mais aquilo que o senhor diz ser um problema do nosso sistema de transportes, que é estar tudo concentrado a partir de S. Miguel.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Há muito tempo!

O Orador: Mas era esse o efeito que esta medida ia ter. E, portanto, é bom que isso fique claro.

Por outro lado, há mais uma questão que nos divide, mas que teremos, com certeza, a oportunidade de perceber melhor, que é a questão das obrigações de serviço público.

O que o Governo esperaria do CDS em primeira instância, antes até desta medida, era uma resolução a pedir ao Governo da República que receba o Governo Regional, analise em conjunto a proposta...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Estão a meter-me uma cunha!

O Orador: ... que tem na sua posse para fazer refletir no preço das tarifas, fazer uma baixa do preço das tarifas através das obrigações de serviço público e, portanto,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Como? Como?

O Orador: ... com a proposta que tem na sua posse, que reconhece e que conosco pode discutir.

Nós continuamos a aguardar,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Diga como?

O Orador: ... ao fim de meses, e meses, e meses, que o Governo da República nos ajude a baixar o preço das tarifas aéreas nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Como?

O Orador: Tendo o CDS responsabilidades governativas na República, o que nós esperaríamos é que o senhor fosse um aliado dos interesses dos Açores nesta matéria e chegasse cá e tivesse uma proposta de resolução a dizer: “Governo da República, vamos negociar as obrigações de serviço público e, por essa via, baixar o preço das passagens nos Açores”.

Deputado José San-Bento (PS): Não têm coragem para isso!

O Orador: Infelizmente, não é essa a via seguida por esta proposta. E, portanto, nós estamos à procura do mesmo, mas vamos por caminhos diferentes.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas pode ser que encontremos!

O Orador: E, nesse sentido, é claro que a proposta do CDS não merece, da nossa parte, acolhimento pelas razões que aduzi.

Mas há só mais uma que é importante, bastante importante, é que a SATA é uma empresa regional, gerida com critérios de equilíbrio financeiro,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso sim! A operação Estocolmo que o diga!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Nota-se!

O Orador: ... em busca do equilíbrio entre os seus objetivos comerciais e o serviço público que deve prestar aos açorianos e, com a medida que o senhor aqui propõe a SATA teria um impacto negativo nas suas contas de 4,5 milhões de euros anuais.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E depois? E depois?

O orador: Isso significaria que, num contexto como o atual, de dificuldades grandes do ponto de vista da gestão das empresas de aviação pelo mundo inteiro – só para lhe dar um exemplo bastante evidente, a Air France KLM, que é um

gigante da aviação, teve um prejuízo, no ano passado, superior a 350 milhões de euros – o problema é geral. As companhias de aviação do mundo inteiro debatem-se com dificuldades. E, portanto,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Salvo seja a comparação!

O Orador: ... é só para ter uma ideia do que é que significaria a aplicação da medida que o senhor aqui traz às contas da SATA e o que é que isso depois teria de reflexo na economia dos Açores, nas funções de promoção da coesão social e das acessibilidades que a SATA tem e, portanto, não se pode fingir que se defende uma medida com impacto negativo nas contas da empresa e fingir que a empresa tem a mesma capacidade depois de atuar no mercado e de responder às necessidades dos açorianos em matéria de transporte. Não pode! Logo, há que encontrar aqui o equilíbrio necessário entre as receitas que a SATA precisa para operar e para corresponder àquilo que se espera da SATA em termos de promoção da acessibilidade e de coesão da região.

Nesta primeira intervenção, eram estes os argumentos.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): O preço das passagens são preços da coesão?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário da Presidência:

Eu ouvi-o com muita atenção, a sua argumentação, e tenho várias questões a colocar-lhe.

Começo por colocar-lhe uma questão. É evidente que, não sendo o Governo proponente, decidiu conforme estudos e a análise que realizou em relação à proposta. Depois dessa análise, isso significa que está de acordo ou deixa de estar de acordo. Portanto, o que eu lhe peço é o seguinte: a aplicação desta medida, o que é que significaria, de forma concreta, mantendo as taxas de frequência, de ocupação atuais, na redução da receita da SATA?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Já lhe disse!

Deputado Francisco César (PS): Quatro milhões e meio. Já foi dito!

O Orador: Ponto número 1.

A segunda questão...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Já foi dito!

O Orador: Mas quero que me diga isso de forma específica!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Especificamente, dá 4,5 milhões!

O Orador: Não! Dando números de frequência, dizendo qual seria a redução. Eu penso que estou a ser claro. Ou seja, quantos passageiros afetaria. Portanto, estou-lhe a pedir uma desagregação desses dados.

Ponto número 2.

Não percebi, Sr. Secretário, é por que é que o Sr. Secretário considera que não se deva fazer e não se deva aplicar esta medida na SATA, onde nós temos competência para o poder fazer já, e porque é que considera que deve ser feito em primeiro lugar na TAP?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Eu não disse isso!

O Orador: Acho que há aqui uma enorme incongruência.

Eu gostava que me explicasse estas duas coisas.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares** (*BE*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo, Sr. Secretário Regional da Presidência:

Eu não posso deixar de lhe dizer, Sr. Secretário, que a sua argumentação relativamente às relações óbvias entre a TAP e a SATA, o seu argumento de que a SATA, eventualmente, baixará se a TAP também baixar,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não foi isso que eu disse!

A Oradora: ... fez-me lembrar aquela história antiga dos *offshores* que todos dizem, dizia o então Engenheiro José Sócrates, que “é preciso fechar, mas primeiro fecham os outros e a seguir fechamos nós”, que é a melhor maneira de ninguém fechar e de tudo ficar na mesma.

Com a TAP é exatamente a mesma coisa. É preciso baixar as tarifas aéreas, mas primeiro baixa a TAP e depois baixa a SATA.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

Deputado João Costa (PSD): Foi o que o Sr. Secretário disse! É o argumento do Governo!

A Oradora: Resultado: fica tudo exatamente igual! E, portanto, este tipo de argumento e de raciocínio, nós sabemos qual é o destino que tem e o destino é zero!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Eu não disse que se a SATA baixar a TAP baixa. Não foi isso que eu disse!

A Oradora: Disse, Sr. Secretário, disse! Disse exatamente isto!

O Bloco de Esquerda vai-se associar a este projeto de resolução do CDS sem a mínima dúvida, porque acompanhamos a preocupação expressa no seu projeto de resolução e achamos absolutamente razoável a sua recomendação, apenas com uma omissão que nós iremos, do nosso ponto de vista, evidentemente, identificar e perguntar se o CDS e se o Sr. Deputado Artur Lima está na disposição de ir um bocadinho mais longe para tornar ainda mais consequente e, sobretudo, para que aquela argumentação do Sr. Secretário Regional da Presidência não colha este projeto de resolução.

A propósito de tarifas aéreas e de passagens aéreas e da inevitabilidade das passagens aéreas numa região com as características da nossa, não temos alternativa, não temos escolha, não podemos ir de comboio, nem tirar o passe social nos autocarros, portanto, tem de ser mesmo à tarifa social dos nossos aviões, eu não posso deixar de trazer à coação uma proposta do Bloco de Esquerda, variadíssimas vezes aqui trazida a este Plenário, variadíssimas vezes colocada ao então, até há pouco tempo, Secretário Regional da Economia, que se chama “Plano Integrado de Transportes”, que era um imenso contributo, até também em termos de poupança, para que sobrasse alguma coisa de gastos para os tais 4 milhões, para abater nos tais 4,5 milhões que o Sr. Secretário Regional acabou, ainda agora, de dizer que custaria a implementação desta medida do CDS.

“Plano Integrado de Transportes”, que nós andamos à procura dele, propusemo-lo e andamos a perguntar por ele há 4 anos. De cada vez que nós perguntamos por ele a resposta, justiça seja feita, do Sr. Secretário Regional da Economia, até há pouco tempo, era: “Está a ser ultimado, está quase pronto, está quase aí”. Há 3 anos era: “Daqui a 1 ano estará a ser apresentado nesta Câmara”. Passaram 4 anos,...

Deputado Rui Ramos (PSD): Nos primeiros 100 dias!

A Oradora: ... Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência, e o Plano Integrado, zero! Continua exatamente na mesma.

E, Sr. Secretário Regional, mais uma vez a sua argumentação também nos permite dizer, afirmar, reafirmar outra coisa que também temos vindo a afirmar e a reafirmar há muito tempo. É que a SATA, sendo uma empresa pública e prestando, obviamente, um serviço público essencial, vital, numa região como os Açores, não está a servir os açorianos. Aquilo que se passa é exatamente o contrário. Os açorianos e as açorianas é que estão a servir a SATA, quanto ao Bloco de Esquerda. E para quê? Para uma eventual engorda,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso! Ora aí está!

A Oradora: ... uma eventual venda, uma eventual privatização, e isso é tudo, Sr. Secretário Regional da Presidência, menos serviço público, isso é tudo...

Deputado Francisco César (PS): É mais ao contrário!

A Oradora: ... menos dar resposta a uma população que é nossa, espalhada por 9 ilhas, que não tem outra alternativa senão andar de avião.

E, portanto, Sr. Secretário, provavelmente a primeira coisa que o Governo tem que resolver é para que é que quer a SATA. Se é para a vender (e se é para a vender tem que a engordar para ela ser apetecível) ou se é para servir os açorianos e açorianas.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas quem é que disse que é para vender!

A Oradora: Se é para servir os açorianos e açorianas, Sr. Secretário Regional da Presidência, eu tenho que lhe dizer o seguinte: o senhor está preocupado com

os 4,5 milhões que seria o custo, mas eu quero perguntar-lhe uma coisa, Sr. Secretário,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E a senhora também devia estar!

A Oradora: ... e, já agora, agradecia que me respondesse: quantos milhões é que o Governo Regional já enterrou numa coisa chamada ASTA, sem nenhum proveito para os açorianos e açorianas?

Deputado Francisco César (PS): Sra. Deputada, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa!

A Oradora: Não, não! É a mesma coisa! É dinheiro público, Sr. Deputado! Não é uma coisa é outra coisa! É a mesma coisa! É dinheiro dos contribuintes açorianos, é dinheiro dos cofres públicos,...

Deputado Francisco César (PS): Nem sequer é sério dizer isso!

A Oradora: ... é dinheiro que custa a ganhar todos os dias a cada açoriano e açoriana.

Mas para enterrar na ASTA, os senhores não têm nenhum problema, não há nenhum problema, as finanças públicas estão bem. Para assumir os custos que, sim, senhor, tem custos, tem, sim, senhor, sai do bolso dos açorianos, sai, sim, senhor, mas nenhum deles se queixaria se se sentisse servido e respeitado.

Enquanto os açorianos sentirem que é a SATA que está a viver à sua custa, porque nós temos, sim, senhor, as passagens mais caras do mundo – não é da Europa, é do mundo –, e enquanto o Governo Regional não resolver estas suas próprias contradições, que é o dinheiro faltar para uma coisa, mas sobrar para outra, que é a SATA ser uma empresa pública, mas praticar preços de uma empresa privada, que é não ter a obrigação de aplicar esta taxa de combustível, mas fazê-lo e dizer que não pode fazer nada, porque enquanto a TAP não fizer...

(Apartes inaudíveis das bancadas)

A Oradora: Eu estou divertidíssima com o diálogo que se está a estabelecer, Sr. Presidente, com a sua permissão, porque estamos todos a falar, mas ninguém se está a ouvir, o que não é nem uma maneira de respeitar o projeto de resolução que nós estamos a debater, nem os açorianos e açorianas que nos estão a acompanhar.

Deputados Paulo Rosa e Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Finalmente, dito isto, o que é que do ponto de vista do Bloco de Esquerda falta no projeto de resolução do CDS? É exatamente um compromisso claro e explícito de que a mesma reivindicação será feita ao Governo da República no que diz respeito à TAP, em vez de ser endereçado para o Governo Regional (no ponto n. 2 deste projeto de resolução), a incumbência de seduzir e de convencer o Governo da República a retirar esta taxa de combustível das tarifas aéreas da TAP E seja o CDS, como proponente deste projeto de resolução, a assumir o compromisso de o fazer e de o apresentar e, se for preciso, até, numa anteposta desta Casa, exigir do Governo da República o mesmo tipo de compromisso que está a exigir do Governo Regional.

Para já seria isso, Sr. Presidente.

Muito obrigadA.

Presidente: Muito obrigado.

Não tenho inscrições.

Presumo que está discutido o diploma.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário da Presidência:

Coloquei-lhe duas perguntas e estou à espera que me responda a essas questões.

Presidente: Srs. Deputados, quando eu encerrar o debate, fica mesmo encerrado. Depois não se vão inscrever.

Sr. Secretário Regional da Presidência, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados:

Realmente, devo essa explicação ao Sr. Deputado Paulo Estêvão. Peço desculpa por não me ter inscrito anteriormente.

Em relação à primeira pergunta, eu dei a resposta, Sr. Deputado. Eu disse e vou tentar voltar a dizer-lhe, de uma forma mais explícita, que a SATA, assumindo o tráfego de 2011 e a taxa que está atualmente em vigor, seria prejudicada em 4,5 milhões de euros. Portanto, era essa a resposta que pretendia, exatamente isso que lhe digo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quantos passageiros é que são?

O Orador: Disse-lhe também que as rotas nas quais há *code-share* com a TAP, nomeadamente as duas que eu usei como exemplo, a partir da Terceira para Lisboa e a partir da Horta para Lisboa, 70% do movimento e do tráfego de passageiros é da TAP e, portanto, nesses casos, esses 70% que seriam, de acordo com números de 2011, 122.500 no caso da rota a partir da Terceira e 55.800, arredondando os números, a partir da Horta.

E, portanto, esses açorianos, com esta medida do CDS, proposta pelo PP, ficariam de fora da redução que teriam as passagens aéreas a partir destas rotas. Mas há um outro elemento que me parece importante salientar, é que a SATA já efetua um esforço social importante, porque, por exemplo, isenta as tarifas promocionais em vigor da taxa YQ. E, portanto, só isso já tem um impacto, dados de 2011, de cerca de 2 milhões de euros. E, portanto, já faz a SATA um esforço grande nesta matéria.

E depois há outra coisa também, Sr. Deputado, e isto também serve para a Sra. Deputada Zuraida Soares, que, quando fala, agradece que prestem atenção, mas que quando os outros falam, fala para o lado.

Se for igual para todos, vale a pena. Agora, se for só para os outros não, Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não, eu estou a ouvir!

O Orador: Pois, mas é difícil quando a gente não pratica o que diz.

Bom, mas dizia eu que, neste momento,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas é para baixar a taxa de combustível? Foi isso que me escapou!

O Orador: Não é a Sra. Deputada que dizia que eu teria dito que a SATA baixaria se a TAP baixasse primeiro? Eu não disse nada disso.

Deputada Zuraida Soares (BE): Disse, disse, Sr. Secretário!

O Orador: Se disse, ou se foi essa a ideia que deu, então, foi porque expressei-me mal, porque não foi isso que eu quis dizer. Eu disse foi que se se aplicasse os termos da resolução do CDS à realidade presente, o que aconteceria era que os açorianos que viajam na SATA seriam de primeira, porque teriam uma passagem mais barata, e os açorianos que viajam na TAP seriam de segunda, porque teriam a passagem mais cara.

Deputada Zuraida Soares (BE): E assim somos todos de segunda!

O Orador: Foi simplesmente isso que eu disse e isso seria provocar uma discriminação negativa dos açorianos que mais precisariam de ter acesso a passagens mais baratas, segundo os princípios da coesão regional.

Deputado João Costa (PSD): E os que não têm dinheiro para a passagem?

O Orador: Foi só isso que eu disse e mantenho, porque, de facto, é importante que assim se saliente.

E, depois, há mais uma coisa relevante. É que chega-se à conclusão – e é importante que os açorianos notem isso –, pela proposta do CDS e pelo discurso do Sr. Deputado Artur Lima, que o problema, afinal, das passagens aéreas nos Açores não estará, se calhar, nas tarifas, que até são baixas, porque o Sr. Deputado diz que se se retirasse a taxa de combustível as passagens eram 30% mais baratas. E, portanto, fica-se com a ideia de que elas, de facto, não são assim tão caras...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, são baratas!!

O Orador: ... nem são, de certeza, as mais caras do mundo. E, portanto, a incidência na taxa prova que a tarifa não é assim tão cara.

Deputada Rui Ramos (PSD): Para quem ganha 500 euros, estão baratíssimas!

O Orador: Terminando, gostava só de acrescentar o que disse a Sra. Deputada Zuraida Soares, de que não seria a SATA, neste momento, a servir os açorianos, seriam os açorianos a servir a SATA.

Ora, se a SATA se tornar inviável do ponto de vista operacional e financeiro,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas porque é que se há de tornar inviável?

O Orador: ... aí é que a Sra. Deputada pode ter a certeza que os açorianos vão ser chamados a servir a SATA, porque se a SATA não for viável do ponto de vista financeiro, se não for uma empresa sustentável no mercado, os açorianos, os que trabalham diretamente na SATA (que são muitos) e aqueles outros que, como todos nós, são contribuintes do orçamento da SATA, aí, sim, serão chamados a ter que suportar os custos da inviabilidade financeira da SATA. E isso é que deveria ser uma preocupação, porque a grande maioria de nós que aqui estamos,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É mais dinheiro para a saúde!

O Orador: ... somos do tempo em que a SATA não era uma empresa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É mais dinheiro que está saindo!

O Orador: Nós lembramo-nos do tempo em que a SATA não era uma empresa, não tinha critérios de gestão, preocupações dessa natureza. Era um acumulador de passivo. Lembramo-nos dessa SATA. Mas a SATA de hoje em dia é uma empresa! É uma empresa que atua no mercado, pública, com responsabilidades sociais,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Nossa!

O Orador: ... é um instrumento fundamental para uma região com as características da nossa, é um facilitador dos transportes e do acesso dos açorianos ao exterior e dos continentais aos Açores, mas tem de ser viável. Para ser isso tudo, tem de ser viável financeiramente. E o que a senhora, pelos vistos, não se preocupa é com a viabilidade financeira da SATA, porque sem viabilidade financeira ela não pode ser nenhum instrumento de ação social.

Muito obrigado.

Presidente: Não tenho mais inscritos.

Os Srs. Deputados precisam de um estímulo especial? É porque eu não percebo porque é que é o jogo do “gato e do rato”! Isto são tempos globais, todos podem-se inscrever várias vezes, desde que cumpram os tempos globais.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sr. Membro do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, gostaria de ter aqui neste debate o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, mas teve, provavelmente, algum compromisso, que desconheço, e, naturalmente, por isso é que não está inscrito.

Agora, o que é lamentável assistir-se aqui é, como o Sr. Presidente disse, e bem, ao jogo do “gatinho e do ratinho”,...

Deputado Francisco César (PS): Eu também me inscrevi, Sr. Deputado!

O Orador: O senhor inscreveu-se agora!

... a ver quem se inscreve para dar uma “tacadinha” no outro e depois dão uma “tacadinha” no outro. E andamos aqui, o “gatinho e o ratinho”. E, portanto, isto diz bem de quem não quer resolver os problemas, de quem não quer discutir abertamente, frontalmente o problema que são as passagens, o custo milionário das tarifas nos Açores, dentro dos Açores,...

Deputado Francisco César (PS): As mais caras do mundo!

O Orador: ... e para fora dos Açores, as mais caras do mundo, como há muito tempo digo e, pelos vistos, há muita mais gente que concorda comigo, sobretudo os açorianos.

Deputado Francisco César (PS): É o Bloco de Esquerda!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O Bloco de Esquerda também diz isso!

O Orador: Agora, vamos começar pelos argumentos do Sr. Secretário.

Eu reconheço, em primeiro lugar, que o Governo do Partido Socialista tem feito algum esforço no sentido de descer as passagens aéreas entre os Açores e o continente. Reconheço também que desceu as tarifas, nomeadamente as tarifas da coesão, na Região Autónoma dos Açores. Reconheço também que aprovou as boas propostas do CDS para as tarifas promocionais aéreas. É verdade! Reconheço também as de residente e de estudante. Portanto, em relação a tudo isto estamos de acordo. É pena...

Deputado Francisco César (PS): Daqui a pouco não fazia intervenção!

O Orador: Oh Sr. Deputado, o senhor faz a intervenção, mas esse último hábito do Partido Socialista de desmerecer...

Deputado Francisco César (PS): Não desmerecemos!

O Orador: ... as iniciativas do CDS, os senhores julgam pelo facto de aprovarem aquelas que são as nossas boas ideias que nós tivemos, que os senhores não tiveram, que propusemos com lealdade, num entendimento com o Partido Socialista, que nos fazem algum favor? Não é nada para o CDS, é para os açorianos que os senhores estão a aprovar.

Deputado José San-Bento (PS): Por isso o senhor fez o cartaz “Conseguimos”!

O Orador: É para os açorianos que os senhores estão a aprovar. Não foi nada para mim.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Conseguimos para os açorianos!

O Orador: Conseguimos para os açorianos. E o *slogan* até estava tão bem conseguido, que nas eleições para a Assembleia da República apareceu um a dizer “Juntos conseguimos!”. E não estava lá eu, felizmente.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Agora, vamos à SATA.

A sua argumentação, Sr. Secretário, eu peço-lhe imensa desculpa, mas não tem o mínimo de sustentação. E vou-lhe provar, em primeiro lugar, porquê, para depois lhe explicar outra coisa.

Nada impede a SATA de fazer um voo diário para essas ilhas que o senhor acabou de falar. Há obrigações de serviço público que obrigam o mínimo de ligações entre o continente. E vamos falar da Terceira, do Pico, que o Sr. Secretário se esqueceu de falar,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não, não! Eu disse!

O Orador: ... e do Faial. Era uma boa maneira de haver o segundo voo para o Pico, se a SATA fizesse com menos de 105 euros. No Pico, eram menos 105 euros na passagem. O segundo voo para o Pico, a SATA fazia. Pronto! Já estava o problema do Pico resolvido.

Para o Faial, bastava fazer mais dois voos por semana. Estava o problema do Faial resolvido.

Para a Terceira, fazia mais quatro voos por semana.

Deputado Francisco César (PS): O senhor não diz a verdade!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Como?

O Orador: Como? Com os aviões que têm parados em Lisboa, durante o inverno inteiro...

Deputado Francisco César (PS): Nem é verdade!

O Orador: ... e até julho, a dar despesa de manutenção, que só um que está lá parado são 60 mil euros que paga de taxas de aeroporto, de taxa de estacionamento. E, portanto, os senhores até faziam era que os açorianos preferissem a SATA e fizessem concorrência à TAP, mas os senhores não querem fazer concorrência à TAP, e, portanto, é possível...

Deputado Francisco César (PS): O senhor não diz a verdade!

O Orador: O senhor inscreva-se e venha dizer que o que estou a dizer é falso. ... porque a SATA pode voar quando quiser, às horas que quiser, os dias que quiser, para todas as ilhas dos Açores.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Nesse caso, é como o Sr. Deputado quiser!

O Orador: Olhe, resolvia mais um problema, Sr. Secretário Regional. Resolvia a ligação ao Porto da Terceira durante todo o ano, e no verão garantia duas ligações. Aliás, até garantia as duas ligações durante o inverno e o verão, Sr. Secretário Regional. E, portanto, isso que o senhor acabou de dizer é perfeitamente desmontável, é perfeitamente possível.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é nada! Pelo menos não é com esse argumento!

O Orador: Beneficia todos os passageiros se a SATA existisse para servir os açorianos. Mas a SATA não existe para servir os açorianos por vontade do Governo e dessa maioria. A SATA serve os madeirenses,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não apoiado!

O Orador: ... os canarinos, os continentais e os europeus e só depois, em quinto lugar, vem os açorianos.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso não é verdade!

Deputado João Costa (*PSD*): É verdade!

O Orador: E, depois, passageiros de primeira e de segunda, isso é o que os senhores têm hoje em dia.

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Vergonhosamente!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Diga como?

O Orador: Os senhores discriminam açorianos. É vergonhoso o que os senhores fazem.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso não é verdade!

Deputado João Costa (*PSD*): Apoiado!

O Orador: Qualquer açoriano que queira ter acesso aos destinos europeus da SATA não pode se não residir em Ponta Delgada.

Isso é que são açorianos de primeira, de segunda, de terceira, de quarta e de quinta, Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso não é verdade!

Deputado João Costa (*PSD*): É verdade! Apoiado!

O Orador: Isso é o que acontece.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): A sua proposta agrava isso que o senhor está a dizer!

O Orador: É que os senhores praticam isso hoje em dia.

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Mais!

Qualquer açoriano que não seja residente em Ponta Delgada para ir à Madeira nas obrigações de serviço público tem de dormir uma noite em Ponta Delgada, tem de pagar mais 60 ou 70€.

Deputado Francisco César (*PS*): Sessenta ou 70 euros!

Deputado José Rego (*PS*): O senhor acha que isso se pode fazer hoje em dia!

Deputado Luís Silveira (*CDS/PP*): Coesão regional!

O Orador: Percebeu, Sr. Deputado Francisco César?

Percebeu, Sr. Secretário Regional?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Por acaso estou com dificuldade em perceber, estou a fazer um esforço!

O Orador: Portanto, os senhores é que discriminam os açorianos há muito tempo, porque a SATA para os senhores é para servir os outros e nós em último lugar.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é verdade e não faz sentido nenhum!

O Orador: Desculpe lá, o que é que não é verdade?

O senhor vai-me justificar a seguir o que é que não é verdade.

Depois, o senhor vem com 4 milhões e meio de euros! É isso que o preocupa?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é só isso que me preocupa!

O Orador: Então explique-me lá para eu perceber, mas vai ter que me explicar bem explicadinho, quanto é (já que sabe as contas da SATA que não foram publicadas em dados de 2011, vergonhosamente ainda não estão disponíveis) ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Como?

O Orador: ... que a SATA perdeu em ir à aventura (e reforço: a política aventureira da SATA), de ir concorrer com a *easyJet* e com a TAP para o Funchal na ligação Lisboa/Funchal?

Deputado José Rego (PS): O senhor não sabe?

Deputado Rui Ramos (PSD): Estamos à espera que os senhores digam!

Deputado João Costa (PSD): E o povo açoriano sabe?

O Orador: Diga-me lá, Sr. Secretário, quanto perdeu a SATA nessa ligação?

E depois venha cá com os 4 milhões e meio.

Explique-me lá quantos milhões de euros perdeu a SATA na política aventureira com o Funchal?

Quanto perde a SATA na política aventureira para Estocolmo?

Quanto perde a SATA na política aventureira para Copenhaga, onde faz tarifas a 12€?

Porto/Copenhaga, 12€!

Porto/Munique, 35€!

Portanto, aqui desminto o porta-voz da SATA, José Gamboa, que veio desmentir o CDS à comunicação social: são 12€ Porto/Copenhaga, uma campanha que foi lançada pela SATA. Tenho aqui o documento para mostrar ao Sr. Secretário Regional, ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista e a mentira que o Sr. Gamboa veio dizer para a comunicação social.

12€, 35€!

Ainda hoje, tenho aqui tirado da página da SATA, Porto/Copenhaga: 240€, tudo incluído.

Ponta Delgada/Porto: 209€, tudo incluído.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Grande intervenção!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS/PP e do PPM)

Deputado Francisco César (PS): E porque é que não diz a verdade?

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo, tem a palavra.

(*) Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O preço das passagens aéreas de e para os Açores é um escândalo. Aquilo que os açorianos pagam para chegar a Lisboa ou Porto ou para os que nos querem visitar chegarem aos Açores é um escândalo.

Deputado Francisco César (PS): Não estou a falar nisso!

O Orador: Desde 2004 que este assunto é falado nesta Assembleia, trazido por vários partidos, com maior insistência por parte do CDS/PP e do PSD...

Deputado José Rego (PS): E antes? Antes não era, Sr. Deputado?

O Orador: ... e até agora o que o Governo do Partido Socialista conseguiu fazer foi falar que vai baixar as passagens, mas na prática é rigorosamente ao contrário.

As passagens têm vindo a aumentar consecutivamente. Neste momento se nós quisermos, em termos médios, calcular quanto é que um açoriano, que viaja para Lisboa ou Porto, paga, reservando e pagando a sua passagem com um mês de antecedência, chegamos à triste conclusão que paga, em termos médios, 247,50€.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, isso já não pega!

Deputada Zuraída Soares (BE): Infelizmente pega!

O Orador: O engraçado é que em abril de 2010, no último congresso do Partido Socialista, o Presidente do Governo afirmou que íamos ter passagens abaixo dos 100€ para todos (residentes, não residentes, promocionais e não promocionais, as chamadas regulares).

Depois, nesta Casa, desafiado pelo Deputado Artur Lima, o Deputado Francisco César desmentiu Carlos César, Presidente do Governo,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor fale disso. Quer é fazer enredos!

O Orador: ... e disse que não eram todas as passagens, eram apenas algumas. Estes são os factos e estão no Diário das Sessões.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Em todos os plenários o senhor vem com a mesma coisa!

O Orador: O que é certo é que, pese embora fossem só algumas,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): De 15 em 15 dias quer é fazer enredos!

O Orador: ... o que os açorianos esperavam era que no mínimo essas algumas fizessem baixar o preço médio das passagens.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas não foi isso que aconteceu.

As passagens aumentaram, de 2010 para 2011, 14%.

Deputado Francisco César (PS): Quem é que diz que foram 14%?

O Orador: 14% foi o aumento e posso dizer-vos. Passou de 217€ para 247,50€. A proposta de resolução que aqui é trazida pelo CDS/PP tem vários méritos, mas tem o mérito de denunciar aquilo que é o escândalo que os açorianos

pagam por uma saída dos Açores para o exterior. Tem o mérito de mostrar que o Governo do Partido Socialista, sustentado pela sua maioria, ao longo de todo este tempo, enreda-se em desculpas, arranjam desculpas.

Primeiro era de que era preciso transportar a carga;...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Está a falar e não diz nada!

O Orador: ... depois, a seguir, eram as desculpas de que era preciso garantir a sustentabilidade da empresa;...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor sobre a taxa de combustível ainda não disse nada. Está a falar há 5 minutos.

O Orador: ... depois, que era preciso uma reunião em Lisboa; mas esqueceram-se de que há um ano passeavam-se (eu ia dizer eufóricos, mas vou talvez baixar o nível) muito contentes...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não baixe o nível, Sr. Deputado!

O Orador: ... com o facto de terem aprovado umas regras de serviço público excepcionais.

Há um ano, não! Há um ano e 5 meses, estou a falar em dezembro de 2010 em que passavam-se eufóricos nos corredores desta Assembleia dizendo que tinham conseguido as melhores regras de serviço público que alguma vez os açorianos pudessem ter visto.

Deputado José Rego (*PS*): E é verdade!

O Orador: Pois é verdade, Sr. Deputado José Rego!

O que acontece é que de dezembro de 2010 a dezembro de 2011,...

Deputado Francisco César (*PS*): É falso, Sr. Deputado! É mentira, Sr. Deputado!

O Orador: ... essas extraordinárias regras de serviço público que V. Excias. se vangloriavam ter conseguido no tempo do Governo de Sócrates, as passagens, para os açorianos, aumentaram 14%.

Deputado Francisco César (*PS*): Mas quem é que diz que são 14%?

O Orador: O mérito da proposta de resolução do CDS/PP é mostrar-vos que falar é fácil, Sr. Deputado; prometer é fácil, Sr. Deputado; agora cumprir e fazer com que os açorianos possam chegar a Lisboa ou ao Porto, possam chegar ao continente a preços razoáveis, a preços compatíveis, para que se possa garantir a mobilidade dos açorianos, isso V. Excias. não fazem, porque quando prometem que as passagens vão baixar, as passagens aumentam de preço.

Deputado Francisco César (PS): É mentira, Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo: O PSD vê com bons olhos a resolução trazida aqui, a esta Casa, pelo CDS/PP.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não esperava outra coisa!

O Orador: Consideramos que é um primeiro passo possível, o único agora que é possível para a redução das passagens aéreas.

Deputado Francisco César (PS): Isso é contradição da vossa proposta!

O Orador: O PSD e a sua líder (isso é público) já têm afirmado, afirmou recentemente que pretende...

(Apartes inaudíveis do Deputado Francisco César)

O Orador: Oh Sr. Deputado Francisco César, suponho que está inscrito já a seguir. Portanto, se está inscrito já a seguir vai ter oportunidade para, a seguir, rebater todos os argumentos.

Deputado Francisco César (PS): Seja coerente ao menos!

O Orador: Agora pedia-lhe só o pequeno favor de que me ouvisse ou que pelo menos me deixasse falar.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas, dizia eu, que é um primeiro e importante passo para a redução das passagens aéreas.

A Dra. Berta Cabral, líder do PSD, tem afirmado publicamente, muitas vezes,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor já tem o dinheiro guardado.

O Orador: ... que é objetivo do PSD a redução significativa das passagens aéreas.

Deputado Francisco César (PS): Onde?

O Orador: Este é um primeiro passo para ser atingido este objetivo.

Deputado Francisco César (PS): Os senhores não fazem a mínima ideia do que querem!

O Orador: Relativamente à proposta do CDS/PP, nós vamos aprová-la,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... vamos votá-la favoravelmente, porque há uma razão. Há uma razão que assiste aos açorianos, que se veem duplamente isolados e duplamente ultraperiféricos nas suas próprias ilhas.

Aquilo que foi afirmado há pouco é totalmente verdade.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Esses é que são os mais prejudicados com a proposta.

O Orador: Sair de Ponta Delgada para o continente não é igual a sair da Graciosa para o continente.

Deputados João Costa (PSD) e Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Os açorianos sentem-se duplamente penalizados e as companhias aéreas sabem que recebem 87€ por cada passageiro residente que viaja nas companhias SATA e TAP.

Ou seja, na prática, vamos às contas. Uma passagem sem qualquer promoção custa entre 300 a 326€, mais 87€ pagos pelo Estado. Isso atira as passagens para valores próximos dos 400€ pagos direta e indiretamente pelos açorianos.

Quatrocentos euros, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo, dão para meia volta ao mundo. É isso que os senhores exigem e pedem aos açorianos para poderem chegar a Lisboa ou ao Porto.

Por isso tudo fica aqui mais uma vez provado que o Partido Socialista não está minimamente interessado em reduzir as tarifas e as passagens, o preço das passagens aéreas de e para os Açores.

Deputado Francisco César (PS): Gostamos sempre de ter alguma coisa para fazer!

O Orador: Arranja desculpas, mas sabem para quê?

Para ficar tudo na mesma.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Permitam-me começar a minha intervenção...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor não disse quanto é que perdeu a Madeira!

O Orador: ... por afirmar o património que o Partido Socialista tem em matéria de transportes aéreos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista é responsável pela maior baixa tarifária da história da autonomia.

Deputado Rui Ramos (PSD): Os açorianos sentem isso!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Nós não temos vergonha do património do Partido Socialista.

Sim, Srs. Deputados, é verdade. Nós recebemos contributos de praticamente todos os setores da sociedade, inclusive deste Parlamento, inclusive até do CDS/PP.

Nós não temos vergonha de o admitir.

Deputado João Costa (PSD): Já no preço nas passagens têm esse problema, não têm?

O Orador: Mas a verdade, e isso nós não podemos desmentir nesta sala, é que hoje as tarifas aéreas são mais baixas do que eram em 1990, quando a Dra. Berta Cabral era Diretora Regional dos Transportes e o preço do petróleo estava a 40 dólares.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Presidência)

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ora aí está mais um problema resolvido!

O Orador: É verdade!

Em 1995 uma tarifa aérea para os Açores custava mais de 60 contos, mais de 300 euros.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é esse número! Eram 44 contos!

O Orador: E quanto é que era o ordenado mínimo na altura?

Era menos de 50 contos e isso os senhores não podem negar.

E qual era o preço do combustível na altura, em 1994?

Deputado Rui Ramos (PSD): E os aviões ainda eram mais económicos do que eram hoje! Homessa!

O Orador: Era abaixo dos 50 euros.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso já lá vai! O que interesse é o que fazem hoje!

Deputado Rui Ramos (PSD): Grande património!

O Orador: Sr. Deputado, qual é o preço do combustível hoje?

Está acima dos 100 dólares e a tarifa está abaixo dos 300 euros, abaixo dos 60 contos.

Este é o património do Partido Socialista de ter tarifas mais baixas, de ter tarifas promocionais abaixo dos 100 euros e de ter baixado as tarifas interilhas mais de 17% nos últimos 4 anos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Presidência)

O Orador: Nós não nos envergonhamos do nosso património, mas nós também não nos damos por satisfeitos...

Deputado Rui Ramos (PSD): E os açorianos estão satisfeitíssimos!

O Orador: ... e temos um modelo para baixar as tarifas aéreas.

Deputado Rui Ramos (PSD): Mas é nos primeiros 100 dias! Não é agora! É para os primeiros 100 dias!

O Orador: Nós temos um modelo para baixar, para continuar a baixar as tarifas aéreas.

Deputado Rui Ramos (PSD): Sr. Deputado, essa argumentação é muito básica!

O Orador: Este modelo não é exigindo mais sacrifícios aos açorianos e aos continentais.

Este modelo não é dizendo: “Não, a República não ajuda; o orçamento da Região que o pague.”

Este modelo, não! Não é exigir aos continentais que deem mais dos seus impostos para baixar as tarifas.

Este modelo para baixar as tarifas aéreas...

Deputado Rui Ramos (PSD): Quantos açorianos acreditam nisso que o senhor está a dizer?

O Orador: ... não é exigir a uma companhia aérea, que recebe perto de 12 milhões em indemnizações em subsídio ao bilhete, que de um momento para o outro abdique de 4 milhões: “Não se preocupe com a sua gestão,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... abdique de 4 milhões e meio para fazer tarifas mais baixas”, apenas para conseguir satisfazer os eleitores.

Deputado Rui Ramos (PSD): Até a voz lhe falha, Sr. Deputado!

Deputado João Costa (PSD): Não são os eleitores! São os açorianos!

O Orador: Nós conseguimos a redução das tarifas em 16 anos de autonomia à custa de esforço justo dos contribuintes e à custa da boa gestão que temos como património nesta companhia aérea, mas aqui ainda ninguém veio justificar.

E mais, Srs. Deputados!

Os Srs. Deputados vêm dizer a este plenário, com a maior desfaçatez, com o maior à vontade, com o empirismo que até se concerta: “Não, nos Açores nós vivemos com as tarifas mais caras do mundo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E é verdade!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Do mundo e arredores!

O Orador: Nos Açores nós temos as tarifas mais altas do mundo para os residentes.”

E dizem ainda: “A SATA serve para servir os continentais, serve para servir os madeirenses, serve para servir os estrangeiros.”

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E é verdade!

O Orador: Mas quando a discussão é outra, aquilo que se verifica neste Parlamento é que os Srs. Deputados vêm acusar o Partido Socialista e o seu Governo de não ter uma política de transportes baixa para os turistas virem para a nossa terra.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem! Essa é que é a verdade!

O Orador: Desta contradição os senhores não se livram.

Deputado João Costa (PSD): O senhor tem de explicar porque é que é uma contradição!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Qual contradição?

Deputado Rui Ramos (PSD): Eu já ouço os violinos!

O Orador: E mais, Srs. Deputados!

Se são tão altas as nossas tarifas para estudantes, para residentes, então por que é que na Madeira, um estudo feito pelo *Diário de Notícias* diz o seguinte: “Um céu demasiado aberto”...

Deputado Rui Ramos (PSD): Parole, parole!

O Orador: ... “Liberalização com defeitos”.

Diz assim num caso: “Um aluno madeirense em Lisboa que vem passar o Natal e o fim de ano à Madeira...”

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas estamos falar da Madeira, porquê?

Deputado Luís Garcia (PSD): Falem dos Açores!

O Orador: ... e regressa à capital no ano novo, vinda entre 16 e 22 de dezembro ou entre 1 e 2 de janeiro.”

Os Srs. Deputados dizem que nos Açores as tarifas são as mais altas do mundo.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Os Srs. Deputados se não quiserem ouvir podem-se ir embora, agora este direito eu tenho e vou continuar a exercê-lo.

Dizem os Srs. Deputados que as tarifas são as mais altas do mundo, mas os Srs. Deputados sabem que este estudante, que tem o tal direito até ao subsídio, paga na melhor proposta da TAP, 486€, recebendo 60€ de subsídio de residente, vai pagar 410€.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso não existe!

O Orador: Na pior proposta da TAP paga 496€.

Na vossa tão amada *easyJet*, na Madeira...

(Aparte inaudível da Deputada Zuraida Soares)

O Orador: Então não são as mais altas do mundo as nossas tarifas, Sra. Deputada?! Peço-lhe desculpa. É uma questão de coerência.

Deputado João Costa (PSD): Por isso foram lá fazer um favorzinho aos madeirenses!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E a *easyJet*?

O Orador: No caso da *easyJet*, melhor proposta: 395, 09€. Sr. Deputado, extinga-se a *easyJet*!

Pior proposta: 570€.

É essa a vossa fundamentação.

Onde é que estão os vossos estudos?

Onde é que está a vossa fundamentação?

Mas são as mais caras do mundo para vender este logro aos açorianos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Para finalizar, há algo que o Sr. Deputado não diz a este plenário...

Deputada Zuraida Soares (BE): Estamos a falar de coisas diferentes.

O Orador: ... é porque é que neste projeto de resolução o Sr. Deputado vem aqui exigir ao Governo Regional que diga: “Oh SATA, abdique de 4 milhões e meio”;...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas o Bloco propôs!

O Orador: ... mas não diz ao Governo Regional: “Fale ao Governo da República para a TAP abdicar já dos seus milhões.”

Não! O que o senhor diz ali é uma coisa diferente e o senhor não vem enganar.

O que o senhor diz é: “No âmbito das obrigações de serviço público [e nós já sabemos que o Governo da República não quer mexer nas obrigações de serviço público senão já tinha falado connosco]...”

Deputado João Costa (PSD): Então já sabem? Era secreto! Espero que não tenham ido de avental!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ele queria, mas aqueles senhores não deixam!

O Orador: ... proibam lá a tarifa.”

O que o senhor não explica aqui é a verdade toda, é porque é que não quer tirar estes milhões à TAP, porque o senhor sabe que a TAP não vai baixar a taxa de combustível; porque está submetido ao Governo da República e o senhor sabe que a TAP é para privatizar;...

Deputados Zuraída Soares (BE) e Artur Lima (CDS/PP): E a SATA?

O Orador: ... o senhor sabe que ela com prejuízo não é uma empresa apetecível e isso é um mau serviço que presta aos açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Presidência)

Sras. e Srs. Deputados, a incoerência tem limites e nós assistimos aqui ao PSD que diz: “É o primeiro passo. Essa proposta de extinção da taxa de combustível é um primeiro passo para o nosso grande projeto de baixa das tarifas aéreas.”

Oh Sr. Deputado, ou eu não percebo nada disto (o que é uma hipótese, mas não acredito, não me parece),...

Deputado Rui Ramos (PSD): Já tínhamos percebido isso!

Deputado António Marinho (PSD): É uma hipótese!

O Orador: ... mas eu não ouvi que a vossa proposta era qualquer do estilo: ou nós utilizamos um tal programa POSEIMA que copiamos ao Governo Regional

para baixar as tarifas aéreas, ou então baixamos ou damos dinheiro do orçamento da região para baixar as tarifas?

Oh Sr. Deputado, o senhor tem que me esclarecer.

É porque se a vossa posição, como eu ouvi a Dra. Berta Cabral a dizer em inúmeras entrevistas (se bem que nunca é sempre a mesma coisa, porque de entrevista para entrevista a Dra. Berta Cabral muda de posição),...

Deputado Rui Ramos (PSD): Não é só! Vão perceber em pouco tempo! Se calhar para a semana vão ter umas luzinhas!

O Orador: ... a vossa proposta era através do orçamento da região financiar as obrigações de serviço público, porque é que os senhores não fazem um projeto de resolução a solicitar ao Governo Regional que, no âmbito de uma futura revisão das obrigações de serviço público, possa também contribuir?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Porque é que os senhores vão a reboque agora do CDS?

Porque é que os senhores não consubstanciam a vossa proposta?

Oh Sr. Deputado, não há em local nenhum...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não leu o ponto 2.

O Orador: ... em que os senhores digam que agora o orçamento da região é que tem de participar.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, vamo-nos entender.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está!

O Orador: Não, não está, Sr. Deputado. Não está em lado nenhum que o orçamento da região deve participar as obrigações de serviço público e sabe porquê, Sr. Deputado?

Até porque não pode, Sr. Deputado. A proposta do PSD...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah, não é da minha proposta que o senhor está a falar!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Qual é a proposta do PSD? O senhor não sabe qual é!

O Orador: Não, Sr. Deputado. Estou a falar em noção de coerência.

Oh Srs. Deputados, ou os senhores não sabem explicar, ou os senhores ainda não se decidiram.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Vamos explicar quando quisermos e os açorianos vão perceber limpinho, limpinho!

O Orador: Afinal a proposta que a Dra. Berta Cabral deu à RDP, deu à RTP, deu à SIC/Notícias ninguém sabe.

Eu sempre pensei que era a proposta, daquela copiada ao PS ou então era utilizar o orçamento da região. Pelos vistos, já percebi que o senhor mantém a mesma coerência de sempre, que é ter prioridade para o vazio.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Presidência)

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para transmitir uma informação...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Diga onde é que eu falei à verdade!

O Orador: ... que pode ser útil no âmbito até da última intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, uma vez que o segundo voo para o Pico, aquele que o senhor diz que devia ser um adquirido se a SATA se disponibilizasse a fazê-lo ao abrigo desta sua nova proposta,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Operado pela SATA no verão!

O Orador: ... será garantido nas novas obrigações de serviço público, como já foi de resto bastas vezes anunciado pelo Governo Regional, basta que o Governo da República o queira...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então tenho razão!

O Orador: ... e basta que o Governo da República aceite dialogar com o Governo Regional sobre esta matéria.

Faço lembrar aos açorianos e a esta Casa que o Governo da República designou um interlocutor para esta matéria...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não precisa!

O Orador: ... e esse interlocutor insiste em não receber o Governo Regional...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É falso o que está a dizer!

O Orador: ... para saber qual é a solução no âmbito da revisão das obrigações de serviço público que permitirá baixar as tarifas nos Açores.

É tão simples quanto isso.

Enquanto isso acontece...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso! Peço desculpa!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Negociaram isso há pouco mais de ano! Acha que alguém vai acreditar?

O Orador: ... e enquanto o Governo da República não faz avançar o processo (sabe-se lá porquê?!), há alguém nos Açores que tem afinidade partidária com o Governo da República, mas nada faz para que o assunto se resolva, para depois poder ter este discurso que a gente ouve aqui, que ouve insistentemente que é: “Nós temos uma solução.”

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então apliquem hoje, não amanhã! Mas porque é que o senhor não resolve?

O Orador: O Sr. Deputado Duarte Freitas não sabe bem que solução é que tem, até pergunta se nós sabemos.

O que eu sei da solução do PSD são duas coisas muito simples.

Primeira parte da solução: Bruxelas é que vai pagar. “Bruxelas vai pagar, porque nós temos uma capacidade de persuasão muito boa...”

Deputado João Costa (PSD): O senhor lá sabe!

O Orador: ... e vamos lá explicar que não se consegue sair dos Açores a não ser de avião e, com essa grande capacidade que nós temos, eles vão perceber e vão pagar.”

Portanto, Bruxelas vai pagar.

E depois perguntam os açorianos: “Mas quando?”

E a Sra. Presidente do PSD diz: “Isso, eu ainda não sei muito bem, mas enquanto Bruxelas não pagar vou pagar eu.”

Deputado João Costa (PSD): Gostei muito de ouvir esse discurso. Gostei muito do seu estado de resignação! Quer dizer que o senhor não acredita nos seus argumentos!

O Orador: Mas o “eu” que ela diz, o “eu” da Dra. Berta Cabral não é ela, são os açorianos todos é que vão pagar.

Então a lógica é a seguinte. Os senhores querem ter passagens mais baratas. Os açorianos dizem: “Queremos!” Então a gente vai pegar no dinheiro dos senhores, vai compartilhar com esse dinheiro as passagens e os senhores quando forem comprar um bilhete, o bilhete é mais barato, porque foram os senhores, os próprios, a pagar para que o bilhete fosse mais barato.

Alguém acha que isso é uma solução para os transportes públicos na região?

Alguém acha que os transportes aéreos vão ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está a falar para quem? Para aqui ou para ali?

O Orador: Estou a falar para ali, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah!

O Orador: ... sofrer uma revolução nos Açores porque os senhores se lembraram de pôr os próprios açorianos a pagar a baixa das suas próprias passagens?

Isso não é solução, obviamente!

Aliás, isso é próprio de quem não tem uma solução...

Deputado Rui Ramos (PSD): Sr. Secretário, essa lógica é válida para todos os argumentos sociais! Tanto vale para um lado como para o outro!

O Orador: ... e inventou à última da hora dois bodes expiatórios: primeiro, Bruxelas; segundo, os próprios açorianos.

Era talvez a altura dos senhores moverem a influência que têm, que pelo que tenho visto não é muita, junto do Governo da República para que o Governo dos Açores, legítimo representante eleito pelos açorianos, pudesse explicar ao

Governo da República como é que tenciona baixar as passagens nos Açores revendo as obrigações de serviço público.

Ficava-vos muito bem e era uma demonstração de utilidade, da existência do Partido Social Democrata nos Açores, porque hoje em dia começa a ser difícil perceber para que é que há um Partido Social Democrata nos Açores...

Deputado Duarte Freitas (PSD): As pessoas começam a perceber por que é o PSD está na oposição, mas em outubro teremos a resposta!

O Orador: ... se esse Partido Social Democrata pretende sempre ser mais social-democrata e menos açoriano.

Muito obrigado.

Presidente: Eu lembrava que o que está em discussão é uma proposta do CDS/PP.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor acusou de faltar à verdade e não respondeu!

(Diálogo entre o Secretário Regional da Presidência e o Deputado Artur Lima)

Presidente: Acho que não cedi palavra a ninguém.

Vamos disciplinar os nossos trabalhos.

Chamo a atenção (embora podemos falar naturalmente de política aérea e de propostas) e gostava de recentrar a discussão na proposta do CDS/PP, que é aquela que está em análise.

Para a continuação do debate, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo exatamente por dizer ao Sr. Secretário que acaba de dizer aqui uma enormidade, ao vir dizer que o segundo voo para o Pico da SATA Internacional depende da autorização do Governo da República no âmbito das obrigações de serviço público. Isso é falso!

Deputado José Rego (PS): Se for para ser apoiado. Por que é que está mal?

O Orador: Para ser apoiado. Isso é falso!

Vou ler-lhe, Sr. Secretário, na rota, por exemplo, Horta/Lisboa/Horta, o que dizem as obrigações de serviço público é que têm de fazer pelo menos 3 frequências.

Quantas fazem as companhias? Diga-me.

Quantas fazem? Seis.

São todas apoiadas ou não? São.

O seu argumento é falso.

O senhor está aqui a ver as obrigações de serviço público na minha mão.

Vamos a outro exemplo.

O senhor disse que era preciso que o Governo da República autorizasse uma segunda ligação ao Pico no âmbito das obrigações de serviço público. Não é preciso que o Governo da República autorize coisíssima nenhuma. É preciso que a companhia o queira fazer.

O que as companhias se obrigam é a pelo menos...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Qual é o custo de uma decisão dessas?

O Orador: Olhe, vou dar-lhe mais um exemplo.

O senhor está a usar outro argumento. Eu estou a desmentir o que o senhor usou há bocado.

Vamos lá ver.

Lisboa/Ponta Delgada/Lisboa.

Oh Sr. Secretário, vai ter que me ouvir!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Estou a ouvir!

O Orador: Pelo menos...

Ouçã!

Deputado João Costa (*PSD*): Afinal é o custo ou é a possibilidade?

O Orador: Esse senhor vai ter que ouvir. É para o senhor ouvir!

Deputado Berto Messias (*PS*): O Sr. Deputado Artur Lima dirige os trabalhos!

O Orador: Lisboa/Ponta Delgada/Lisboa: pelo menos uma frequência diária de ida e volta (uma!) entre as 8:00 e as 21:00, durante todo o ano, podendo uma ser combinada com Santa Maria. Uma!

Quantas são hoje em dia no âmbito do serviço público?

Quantas rotas...

Deputado Francisco César (PS): Tem mais uma a seguir!

O Orador: Não tem mais nada a seguir. Tem Terceira/Lisboa, Horta/Lisboa, Funchal/Ponta Delgada, Porto/Ponta Delgada, Lisboa/Santa Maria, Lisboa/Pico e Porto/Terceira/Porto.

Portanto, estão aqui as obrigações de serviço público.

Sr. Secretário, quantas ligações existe entre Ponta Delgada e Lisboa hoje ao abrigo das obrigações de serviço público?

Responda-me a essa pergunta.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo, tem a palavra.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Não tenho mais inscritos.

(Pausa)

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós não podemos no meio desta discussão utilizar como solução para a resolução de um problema, que não tem aparentemente solução,...

Os Srs. Deputados querem que se retire a taxa de combustível da SATA e diz o Sr. Deputado que a TAP irá atrás.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Responda à falsidade!

O Orador: Oh Sr. Deputado, eu faço a intervenção que eu quiser.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Agora!

O Orador: Vamos esclarecer bem as coisas.

Não é correto depreender que a TAP vai atrás da SATA,...

Deputado Rui Ramos (PSD): Mas a SATA atrás da TAP já vai!

O Orador: ... até porque neste momento (Sr. Deputado, peço desculpa, mas no meio do barulho provavelmente não ouviu) a TAP pratica taxas mais altas do que a SATA.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso! Está a dar-me razão!

O Orador: Mas o que não se pode depreender o que é uma (digamos) decisão de gestão completamente sem pés nem cabeça é que se o voo é a TAP: “Não, não, então a SATA que voe também!”

Se o mercado já é tão restrito, se a situação de absorver taxas de combustíveis em mercados como em Ponta Delgada já vai dar prejuízo à companhia aérea, então para a Horta fazer mais um voo, ainda mais prejuízo dá. Isto é uma lógica de gestão que não cabe na cabeça, absolutamente, de ninguém.

Isto não é uma questão de obrigações de serviço público, Sr. Deputado.

O problema, nesta matéria,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah, não é? Pronto, já não é!

O Orador: Sr. Deputado, nós não podemos é tentar arranjar uma palavrinha que ele disse fora do contexto para conseguir ter razão numa pequena coisa.

Nós estamos a fazer uma discussão sobre a sua resolução.

Permita-me que diga que no âmbito das obrigações de serviço público a questão da taxa, como o senhor a põe, é uma questão posterior. O senhor quer que a gente envide esforços junto do Governo da República para quando renegociarmos as obrigações de serviço público seja proibida a taxa.

A questão que se põe é que é uma má gestão, é uma má decisão de gestão da SATA agora começar a vender ou começar a voar para destinos onde a TAP já voa, porque se em São Miguel já dá prejuízo, ou dará prejuízo pelo facto de absorverem a taxa de combustível (4 milhões e meio como o senhor está a dizer), voar para um mercado muito mais pequeno, muito mais dará.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Tanto enredo! O senhor tem que defender os Açores!

O Orador: Sr. Deputado, vamos por outro caminho. Vamos rever as obrigações de serviço público no sentido de flexibilizar o modelo. Nós sabemos que a flexibilização do modelo até já tem outras companhias interessadas.

Se nós flexibilizarmos o modelo,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Como?

O Orador: ... nós vamos conseguir baixar as tarifas aéreas através de maior eficiência.

Muito obrigado.

Deputado Rui Ramos (PSD): Explique lá isso!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, tem a palavra.

(*) Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, vim ao debate só para referir a resposta, preto no branco, que o Governo Regional deu no dia 27 de abril de 2012 a um requerimento assinado por mim e pelo Deputado Cláudio Lopes.

A pergunta desse requerimento era muito simples. Era só quando é que o Governo Regional pensava, como tutela da SATA, dar instruções à SATA para fazer outro tanto em relação à rota Lisboa/Pico, quanto a TAP faz. Isto é, a TAP faz um toque, quando é que a tutela daria instruções à SATA para fazer outro tanto. Acho que é razoável ser a SATA, uma companhia nossa.

Foi, infelizmente, a segunda vez que tivemos que fazer o mesmo requerimento, exatamente com o mesmo teor, porque da primeira vez recebemos como resposta um panfleto eleitoral.

Da segunda vez recebemos esta resposta e isto confirma aquilo que o Sr. Deputado Artur Lima estava a dizer, e cito: “O Governo informa que a proposta de alteração das obrigações de serviço público de transporte aéreo entre os Açores e o continente, que o Governo dos Açores pretende apresentar ao Governo da República, prevê a criação de uma segunda ligação aérea semanal entre o Pico e Lisboa.”

O Sr. Deputado Artur Lima tem razão. Os senhores escudam-se nas obrigações de serviço público e naquilo que são as negociações para fugir à pergunta.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Foi o que eu disse aqui tal e qual! Essa resposta foi exatamente igual à que eu dei aqui.

O Orador: A pergunta que está aqui é porque é que os senhores não dão instruções, como tutela da SATA, à SATA para fazer, por exemplo, em relação ao Pico exatamente outro tanto que a TAP, que nem sequer é dos Açores, faz? Que é fazer um toque semanal e aí satisfariam os picoenses que desejam os dois voos separados há muito tempo.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, isso não tem nada a ver!

O Orador: E a questão é tão simples quanto isto. Tem a ver com a confirmação daquilo que o Sr. Deputado Artur Lima disse. É só dar instruções, porque a SATA é tutelada. Tal como o Governo Regional, a tutela, dá instruções para a SATA fazer voos para Copenhaga, ou para outro sítio, ou para onde for, só tem de dar esta instrução. É a tutela dar instrução. É tão simples como isto.

Não vale a pena refugiarem-se em obrigações de serviço público...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não estamos a refugiarmo-nos em nada!

O Orador: ... e muito menos em negociações que foram fechadas por V. Excias. há pouco mais de um ano.

Os senhores fizeram uma negociação sobre as obrigações de serviço há pouco mais de um ano e agora a justificação para manter o *status quo*, ter passagens cada vez mais caras, para não fazerem algumas rotas é que têm de fazer renegociação dessas obrigações?! Mas os senhores fizeram-nas há tão pouco tempo! Porque é que não resolveram isso nessa altura?

Agora é que descobriram a quadratura do círculo em relação a esta matéria!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Devia estar era preocupado com os seus companheiros que não respondem ao Governo!

O Orador: Bom, meus queridos amigos, acho que assim é difícil enganar os açorianos desta maneira, tal como em relação ao facto do Governo não querer dar instruções à SATA, como tutela desta empresa, para fazer o voo da SATA Lisboa/Pico. Também é evidente que, única e exclusivamente, o Governo não tem essa vontade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é nada!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É sim! Não quer! Seja sério!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Presidência, devo dizer que a última intervenção do Sr. Deputado Artur Lima foi absolutamente convincente. Desmontou os argumentos que tinham sido aduzidos por parte do Governo Regional e por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista em relação à oposição a esta proposta. Desmontou completamente.

A mim não me custa nada reconhecer quando outros grupos parlamentares têm méritos nas suas propostas.

Vim para este debate. À partida, considerava que esta era uma boa proposta. Esperei pelos dados, esperei pelos argumentos e devo dizer-vos que em relação a esta matéria, em relação às dificuldades que os senhores levantaram, elas foram todas desmontadas pelo Sr. Deputado Artur Lima. É tão simples como isso.

Os senhores colocavam o problema: “E a TAP?”

A SATA pode resolver isso no âmbito do serviço público e não precisa de autorização de ninguém a não ser do próprio Governo Regional.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: E depois os senhores dizem: “Bom, e será que por inércia a TAP permanece com aqueles preços a partir do momento em que a SATA exerce essa concorrência?”

Não fica, porque a partir do momento em que os preços são muito mais baixos por parte da SATA, é óbvio que as pessoas preferem viajar na SATA. É tão simples como isto.

Portanto, considero é que esta proposta, ao contrário das muitas declarações que por aí tenho visto sobre o facto de se tentar baixar o preço das passagens aéreas, muito palavreado, muita proposta e muita retórica, é uma proposta concreta que resolve o problema de forma eficaz.

Os senhores diziam há pouco: “Nós vamos resolver e nós temos um plano.” E o plano (imagine-se!), dizia o Sr. Deputado Francisco César, descreveu-o com uma única palavra: flexibilização.

Olhe, fiquei muito esclarecido do seu plano. Fiquei muito esclarecido a respeito do plano do Partido Socialista. A sua explicação é flexibilização. Estamos conversados em relação à proposta que o senhor tem.

Agora, o que o CDS demonstrou aqui é que tem uma proposta concreta e todos os argumentos que os senhores aduziram não são válidos.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Então vote a favor!

O Orador: Ainda por cima nem sequer são factualmente corretos, porque o Sr. Deputado acabou de ler as obrigações de serviço público e acabou de desmentir aquilo que o Sr. Secretário da Presidência tinha dito, porque o que disse não correspondia à verdade.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não corresponde à verdade porquê?

O Orador: Portanto, o que nós temos aqui é uma proposta que tem mérito, que os senhores não conseguiram desmontar e cuja única alternativa é esta pérola do Sr. Deputado Francisco César:...

Deputado Francisco César (*PS*): Oh Sr. Deputado, eu consigo não consigo falar!

O Orador: “Nós temos um plano e esse plano tem este conteúdo: flexibilidade.”

Sim senhor! Grande proposta!

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): E levaram estes anos todos para descobrir!

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão nem conseguiu explicar bem a sua ideia, portanto, em relação à sua conversa nem sequer vou dar-lhe o gosto da minha resposta.

Fiz algumas perguntas ao Sr. Deputado Artur Lima e o Sr. Deputado não me respondeu.

Não lhe fiz uma pergunta?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Uma! E eu estou à espera que os senhores respondam às minhas!

O Orador: Fiz-lhe uma pergunta muito direta.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Fez.

O Orador: Ah! Afinal fiz a pergunta.

Por que razão o Sr. Deputado não incluiu a TAP da mesma forma que incluiu a SATA nas diligências a fazer nesta resolução?

E eu respondi-lhe, eu afirmei-lhe que o senhor (e isso o senhor ainda não desmentiu) fez isto porque não quer que a TAP fique afetada na questão da privatização. Porque o senhor, nesta matéria, não quer comprometer o calendário do Governo da República. É lamentável que o senhor tenha preferido ter posto os açorianos em segundo lugar, em detrimento de campanha eleitoral.

Ainda há outra coisa que deve ser esclarecida.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor esclareça!

O Orador: Oh Sr. Deputado, eu digo o que eu quiser, porque tenho esse mandato para isso, o senhor pergunta o que quiser e ficamos todos satisfeitos. Muito bem. Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor não responde!

O Orador: O senhor sabe que o PS e o Governo têm uma proposta. O senhor sabe que nós gostávamos de a apresentar ao Governo da República, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Apresente aqui!

O Orador: Mas o Governo da República ainda não nos recebeu.

Sr. Deputado, será que pela sua proposta vai-nos receber? Parece-me também que não.

Aquilo que nos parece é que o Governo da República está a fazer campanha eleitoral à custa dos açorianos e nós sempre dissemos que: “Deixem-nos

apresentar a nossa proposta que traz mais flexibilização às obrigações de serviço público e permite rapidamente ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É a Madeira!

Deputado Luís Garcia (PSD): Por que é que não fizeram isso em dezembro de 2010?

O Orador: Não, não tem nada a ver, Sr. Deputado.

... a entrada de outros operadores. Há outros operadores interessados e permite à SATA, através de uma maior flexibilização das suas obrigações, tarifas mais baixas para todos os açorianos.”

E sabe porque é que os açorianos devem acreditar em nós, Sr. Deputado?

Deputado Luís Garcia (PSD): Eles não acreditam!

Deputado João Costa (PSD): Já deixaram de acreditar!

O Orador: Porque nós temos património nessa matéria.

Deputado Luís Garcia (PSD): É património histórico que está em ruínas!

O Orador: Hoje as tarifas são mais baixas do que eram há 16 anos, existem tarifas promocionais a 88€. Podem não ser tantas como muitos açorianos desejavam, mas têm e antes não tinham. O senhor sabe que baixámos as tarifas aéreas interilhas 17%. Esse é um património que nós nos orgulhamos e esse é um património que dá confiança e deu confiança ao Partido Socialista para governar estes 16 anos. Estamos certos que vai continuar a dar esta confiança aos açorianos e a confiança ao Partido Socialista para governar nos próximos 4 anos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Construir sobre as ruínas do vosso património!

O Orador: Relativamente à questão que colocou sobre os voos para as ilhas onde a TAP voa, onde faz a maior parte dos voos.

Vou repetir o que disse, posso não ter sido claro, e se não fui vou tentar sê-lo agora.

Aquilo que nós referimos e o nosso argumento é muito claro.

Neste momento, para as rotas onde a SATA voa maioritariamente, não é suportável a SATA assumir a tarifa. Irá ter um prejuízo de 4 milhões e meio. Aquilo que o Sr. Deputado veio aqui referir (e penso que me vai perceber) é que

então se a TAP não for atrás, naqueles onde a TAP faz a maior parte dos voos, então que faça a SATA, a SATA que faça um segundo voo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Claro! É açoriana!

O Orador: Oh Sr. Deputado, eu gostava de conseguir dar o meu argumento para o senhor depois, calmamente, replicar a sua opinião.

Aquilo que nós estamos a dizer é que se num mercado grande, como em São Miguel, absorver a taxa de combustível dá prejuízo, muito mais prejuízo dará absorver a taxa de combustível num mercado mais pequeno e onde já há um operador.

Portanto, a sua proposta sobre esta matéria não faz nenhum sentido.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Porque é que não faz?

O Orador: Era isso que lhe queria transmitir.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo, tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E as rotas que a SATA faz que dá prejuízo? E as da Madeira?

Deputado Francisco César (PS): Não se importe com as da Madeira!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quanto é que deu de prejuízo?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, sei que já é do cansaço, mas vamos disciplinar os trabalhos e vamos ouvir o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, dê-me só um minuto da sua “estimosa” atenção.

Nós estamos sensivelmente com uma hora e um quarto de debate e chegamos à triste conclusão de que numa área fundamental para os Açores, que é o transporte aéreo, numa área que é fulcral para o desenvolvimento económico dos Açores e para a mobilidade dos açorianos, o Partido Socialista durante todo este debate,...

Deputado José San-Bento (PS): Consulte o gabinete de estudos do PSD!

O Orador: ... de uma proposta apresentada pelo CDS/P, com mérito, arranjou desculpas e é importante que os açorianos lá em casa saibam, os açorianos que pagam as passagens a 300€, os açorianos que pagam as passagens a 326€ se têm

que sair de uma ilha que não Ponta Delgada, de uma ilha que não São Miguel ou Terceira, os açorianos que pagam muito caro para chegar ao continente, que o Partido Socialista o que quer é desculpar-se.

Deputado Francisco César (PS): Queremos é baixar as tarifas áreas!

Deputado Luís Garcia (PSD): Então baixe!

Deputado Francisco César (PS): Como é que se baixa?

Deputado Luís Garcia (PSD): Já estão há 16 anos!

O Orador: Ou é porque a desculpa é que têm de ser os aviões *widebody*; ou porque é a desculpa da carga; ou porque é a desculpa da sustentabilidade, mas depois a seguir vão fazer rotas perfeitamente desastrosas, do ponto de vista financeiro; ou porque falta uma reunião.

Querem-nos convencer e querem convencer os açorianos que agora têm um modelo?

Oh Srs. Deputados do Partido Socialista e Sr. Membro do Governo, desde há pelo menos 8 anos a esta parte,...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Isto está tudo a ser discutido ao contrário!

Deputado Francisco César (PS): O senhor é que tem que responder!

O Orador: ... todas as vezes que o Partido Socialista diz que vai baixar as passagens, as passagens sobem.

Os senhores agora dizem que têm um modelo?

Bom, eu acho que não há um açoriano que acredite que agora é que é. Eu acho também que nem os socialistas mais fervorosos acreditam naquilo que os senhores dizem, porque todas as vezes que falaram em baixar passagens, as passagens aumentaram.

Deputado Francisco César (PS): Baixámos!

O Orador: O último exemplo são os 14% que aumentaram entre 2010 e 2011, quando tinham encontrado as regras e obrigações de serviço público melhores do mundo.

Deputado José Rego (PS): Sr. Deputado, são as regras do preço do combustível no mercado!

O Orador: Só uma nota final para dizer que o Partido Socialista e o Governo também ainda não perceberam uma coisa.

Deputada Benilde Oliveira (PS): O senhor é que ainda não percebeu!

O Orador: É que de há 10 anos a esta parte (10, 12 anos) o mundo da aviação civil democratizou-se. Isso está em todos os artigos de especialistas sobre a matéria.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Outros especialistas!

O Orador: O mundo de há 10, 12 anos a esta parte democratizou-se.

O que é que significa?

É que se antes disso viajar em transporte aéreo era muito caro, era por via de quê?

Por via do mercado que viu entrar nesse mesmo mercado companhias, as chamadas *low cost*, e que obrigou as companhias de bandeira a acompanhar também esse movimento para não perderem mercado e para não ficarem com os seus aviões vazios enquanto as outras andavam com os aviões cheios, houve uma adaptação ao mercado, adaptação ao mercado que o Partido Socialista ainda não percebeu. O Partido Socialista ainda acha que o transporte aéreo se faz como há 15 anos, como há 16 anos.

É mentira, Srs. Deputados! Não é verdade!

Deputado José Rego (PS): O Sr. Deputado vai pagar!

O Orador: Gosto sempre muito de ouvir o Sr. Deputado José do Rego e a sua voz. Sei que ele está inquieto porque já é sexta-feira e são 10 para as 7, mas deixe-me só finalizar, Sr. Deputado, com a sua licença.

Dizer apenas que enquanto o mundo da aviação civil mudou muito, o Partido Socialista cristalizou no tempo.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência: Muito rapidamente pelo tempo. Apenas 3 notas.

A primeira nota é que alguém vai ter que dizer ao Partido Socialista que os açorianos e açorianas não comem património, não viajam com património, não se tratam com património, não educam os seus filhos com património.

O património do Partido Socialista é altamente respeitável, como é o património de todos os partidos, independentemente das diferenças ideológicas.

Deputado Luís Garcia (PSD): Apoiado!

A Oradora: Mas os senhores não podem (aqui estou a falar diretamente para o Sr. Deputado Francisco César), de cada vez que têm um problema em mãos levantado, ou uma proposta levantada por um dos partidos da oposição, atirar com o património.

Deputado José San-Bento (PS): Não é legítimo?

A Oradora: Não, não é, porque atirar com o património não resolve problema nenhum e aquilo que eu estou a dizer, com toda a lealdade e todo o respeito pelo património, é que os açorianos e açorianas não viajam com o tal do património, nem comem com o tal do património.

Esta é a primeira questão. Portanto, esse tipo de resposta é uma não resposta. É uma avaliação respeitável, mas é uma não resposta.

Depois, tenho ouvido e tenho registado com muito agrado as sucessivas vezes que o Partido Socialista e membros do Governo Regional têm dito, neste Plenário, criticamente (e muito bem!), que o Governo da República é um governo com políticas radicalmente liberais, radicalmente contrárias aos interesses das pessoas, aos direitos das pessoas, que desmantelam serviços públicos, nomeadamente o Serviço Nacional de Saúde...

Deputado Francisco César (PS): Está a falar da República!

A Oradora: Esteja atento, Sr. Deputado, porque agora vai obrigar-me a repetir para entender. Está a ver?

Os senhores, Partido Socialista e Governo do Partido Socialista, têm acusado, e bem, do ponto de vista do Bloco de Esquerda, o Governo da República de ser um Governo radicalmente liberal, de atacar e desmantelar serviços públicos,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... nomeadamente o Serviço Nacional de Saúde, de retirar direitos, de sonegar direitos.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Ou isto é um discurso meramente retórico,...

Deputado Lizuarte Machado (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é!

A Oradora: ... ou então os senhores não podem entrar pelo mesmo caminho.

Eu vou, para terminar, dizer-vos como é que estão a entrar pelo mesmo caminho.

Quando os senhores dizem que a SATA não pode servir os açorianos como um serviço público e assumir os prejuízos que eventualmente tiver, ...

Deputado Francisco César (PS): Ah! Isto é que é uma noção de Estado! Muito bem!

A Oradora: ... tal como os hospitais empresa assumem,...

Deputado José Rego (PS): A empresa não pode ser subsidiada!

A Oradora: ... como os transportes marítimos assumem e como tantas outras (os centros de saúde assumem), perguntem ao Bloco de Esquerda o que é que nós dizemos. Assumem e bem!

O Governo Regional e o Partido Socialista terão sempre o nosso apoio enquanto assumirem esses prejuízos, porque esses são os bons prejuízos, Sr. Secretário.

Agora, os senhores virem dizer que não podem assumir o prejuízo da SATA em nome do direito à mobilidade dos açorianos e açorianas,...

Deputado Francisco César (PS): É ilegal!

Deputado José Rego (PS): A empresa não pode ser subsidiada!

A Oradora: ... isso é que é uma coisa extraordinária, porque se o Governo da República é radicalmente liberal, qual é então a diferença de um governo do Partido Socialista?

Esta é que é a questão.

Se ali são radicalmente liberais, onde é que está a diferença de um governo do Partido Socialista, a não ser a diferença retórica?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Já esgotou o seu tempo.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:
Para já, estava à espera que o Sr. Deputado Artur Lima falasse primeiro do que eu, porque coloquei-lhe uma pergunta há bocado que não me respondeu.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Fale dos prejuízos! Quando responder a isso, respondo à sua pergunta!

O Orador: Sr. Deputado, tenho 5 minutos para falar, portanto vou tentar ser curto na minha intervenção, porque estou à espera que o senhor faça uma intervenção.

Vou-lhe já responder, Sra. Deputada Zuraída Soares. Já lhe dou atenção. Deixe-me dar um bocadinho de atenção primeiro ao Sr. Deputado Artur Lima, que por acaso falou comigo primeiro.

Bom, Sr. Deputado Artur Lima, eu estava à espera que respondesse à questão que lhe coloquei.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Prejuízos públicos!

O Orador: Sobre a questão do prejuízo da SATA para a Madeira.

Sr. Deputado, conheço bem a sua forma de fazer debate. É uma forma interessante, mas não lhe vou dar uma informação que é pública.

O Sr. Secretário Vasco Cordeiro, quando era secretário, referiu qual foi o prejuízo que a SATA teve (prejuízo que não me recordo neste momento) na Madeira.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Artur Lima (CDS/PP): Qual foi?

Deputado João Costa (PSD): Ele disse, mas já ninguém se recorda!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ninguém se recorda! Vamos avivar a memória!

O Orador: Portanto, daí, numa lógica de gestão, pediu para a SATA sair da Madeira.

Aliás, a sua noção de gestão da SATA pode ser resumida em duas palavrinhas. Quando questionado sobre os 4 milhões e meio de prejuízo, o senhor disse: “E depois?”

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Exatamente! Como o Sr. Presidente do Governo disse ali!

O Orador: A Sra. Deputada Zuraída Soares veio falar com o Partido Socialista de património, que o Partido Socialista utilizava o seu património.

Deputada Zuraída Soares (BE): Eu disse que os açorianos não viajam com património.

O Orador: Sra. Deputada, eu gostava de lhe responder, se a Sra. Deputada me der atenção.

Deputada Zuraída Soares (BE): A mim, não! Aos açorianos!

O Orador: Mas foi a senhora que me colocou a pergunta. Posso-lhe responder? A Sra. Deputada veio falar de património.

Sra. Deputada, nós reafirmamos o nosso património de serviço nesta matéria, porque a obra e o trabalho que nós temos foram sempre reconhecidos pelos açorianos,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas quem é que está a dizer o contrário?!

O Orador: ... vale muito mais e é um bom argumento para que as pessoas confiem em nós como alguém que cumpre a sua palavra.

Mas há algo, Sra. Deputada, que não posso concordar consigo. Acredito que não seja por desconhecimento. A noção que nós temos do papel do Estado e das empresas públicas não é de que as empresas públicas são algo ou uma entidade que prestam serviço público, mesmo que dê prejuízo.

Deputada Zuraída Soares (BE): Ai, não! Então diga quais são as que não dão?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ilhas de Valor!

O Orador: Não é nisso que nós acreditamos. O que nós acreditamos é que as empresas públicas devem prestar um serviço...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Sr. Presidente, eu gostava imenso de conseguir fazer a minha intervenção, mas a Deputada Zuraída Soares quer responder diretamente à minha intervenção.

Presidente: O Sr. Deputado tem toda a razão. O problema é que todos fazem o mesmo.

Já há bocadinho a Sra. Deputada Zuraída Soares queixou-se do mesmo e todos continuam a fazer o mesmo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Portanto, os senhores também não facilitam o trabalho à Mesa. Quando o orador está a falar já não há apartes nesta Casa. São conversas contínuas. Portanto, têm que ter respeito pelo orador, para se ouvirem uns aos outros.

Ou estou continuamente a mandar calar as pessoas como se fazem nas creches e nos jardins de infância, ou então deixo correr as coisas, que é o que eu estou a tentar fazer.

Apelo a todos os Srs. Deputados que quando um orador está a usar da palavra os outros ouçam. Os apartes são frases esporádicas que se dizem, não são conversas contínuas como estamos aqui a assistir.

Portanto, apelo também à vossa boa vontade para ajudar a dirigir os trabalhos. Isto é para todos, isto tem acontecido continuamente.

Sr. Deputado, continue e agradeço-lhe que conclua a sua intervenção.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Aquilo que estava a referir à Sra. Deputada Zuraída Soares tem a ver com a noção que nós temos das empresas públicas e do serviço que elas prestam.

As empresas públicas, para nós, devem prestar um serviço público às pessoas ao corrigir assimetrias de mercado e o Estado tem a função, dentro daquilo que são as regras estabelecidas pelo Estado e pela própria União Europeia, de apoiar essas empresas públicas no seu papel.

E há algo que eu não acredito que a Sra. Deputada desconheça: é que o Governo Regional não pode injetar na SATA 4 milhões e meio. Não é legal. Não é possível.

Aquilo que a senhora está a sugerir é que a SATA tem a capacidade de, com boa gestão, conseguir ir buscar 4 milhões e meio...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não injeta!

Deputada Zuraida Soares (BE): Demagogia!

O Orador: Sra. Deputada, nós temos a noção de que a SATA tem que ser bem gerida e tem de prestar um bom serviço. A senhora sabe perfeitamente, tão bem quanto eu, que nós não devemos proporcionar à SATA más condições para prestar um seu serviço e neste caso a proposta que está a ser feita iria prejudicar sobretudo a companhia aérea e o serviço que presta aos açorianos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Flexibilizar!

Deputada Duarte Freitas (PSD): Estamos sem Governo!

Deputado Luís Garcia (PSD): Também não faz falta! Já não governam!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

O Partido Socialista esgotou o seu tempo.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Sr. Membro do Governo está ausente, mas pronto, lá vamos.

Vou dar mais um exemplo de como a SATA anda a extorquir dinheiro aos açorianos.

Propagou a SATA que a compra dos aviões Dash Q400 eram 30 a 40% mais económicos do que o A320.

Estamos de acordo, Sr. Deputado Francisco César?

Deputado Francisco César (PS): Não sei se são 15, se são 20! Não sou técnico de aeronáutica.

O Orador: Foi anunciado pelo Sr. Presidente da SATA, Sr. Gomes de Menezes (e aliás está no relatório de compra dos aviões), que era mais eficiente 30 a 40 % que um voo operado em A320.

O que é que se passa?

A SATA opera agora o voo Ponta Delgada/Funchal num Q400, que antes operava num A320.

Deputado Francisco César (PS): Ao tempo que é assim!

O Orador: O preço da passagem é o mesmo que no A320, pese embora o avião só tenha 2 tripulantes, ao contrário dos outros 6; pese embora o avião gaste menos 30% de combustível do que gastava o 320. Isso é extorquir dinheiro aos açorianos, porque os senhores podiam ter baixo as tarifas e boa gestão não é meter a mão no bolso dos açorianos.

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS/PP e do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E é isso que os senhores estão a fazer nessa rota.

Resposta!

Depois, Sr. Deputado Francisco César, o que os senhores querem é trazer *low cost* para os Açores nessas obrigações de serviço público e é isso que os senhores não querem admitir. Querem trazer *low cost*!

E flexibilizar, Sr. Deputado, vai exatamente contradizê-lo nos seus argumentos. É que se o senhor diz que a TAP faz concorrência à SATA, se mete mais parceiros aumenta a concorrência, Sr. Deputado, e a SATA não pode concorrer. Mirra, como mirrou em Paris, como mirrou na Madeira, como mirrou em Copenhaga e como está a mirrar por esses sítios todos, Sr. Deputado Francisco César.

Agora, os senhores estão a esconder dos açorianos, numa politiquice barata, a coisa das negociações com o Governo da República, que eu já provei aqui que é tudo falso o que os senhores dizem, que aquele senhor mentiu relativamente à rota do Pico. Mentiu!

Aquele Sr. Secretário mentiu relativamente à rota do Pico. Vou ler-lhe...

Deputado Francisco César (PS): Por que é que é tudo falso?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor pode chamar-me mentiroso!

O Orador: Estou-lhe a chamar mentiroso porque o senhor disse que era preciso, nas obrigações de serviço público, haver uma autorização para haver o segundo voo para o Pico. É mentira!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Eu não disse isso!

O Orador: Disse, sim senhor!

Depois, Sr. Deputado Francisco César, vou dar-lhe mais um dado. A República comparticipa aos açorianos, à SATA, 12 milhões de euros.

Deputado Francisco César (PS): Eu disse isso há bocado!

O Orador: Doze milhões de euros que a República comparticipa, Sr. Deputado Francisco César.

Portanto, se o Governo Regional comparticipar com 4 aos açorianos não me parece demais.

Agora vou dar-lhe uma resposta que eu ouvi do Governo...

Deputado Francisco César (PS): O que é que o Governo disse?

O Orador: A SATA. Se a SATA perder 4 milhões de euros, para mim não é problema.

Deputado Francisco César (PS): Não foi isso que o senhor disse!

“Se o Governo comparticipar em 4 milhões e meio os açorianos...”

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados.

Sr. Deputado Francisco César, está a ver! Estava a queixar-se há bocadinho daquilo que está a acontecer agora.

Portanto, eu peço aos Srs. Deputados que não entrem em diálogo e que ouçam.

O Orador: Oh Sr. Deputado Francisco César, não venha com a sua esperteza que não me apanha. Eu sei que não se pode financiar tão bem como o senhor, ou primeiro que o senhor.

Ainda o senhor não falava de transportes aéreos, já eu os discutia nesta Casa. Ponto.

Deputado Francisco César (PS): É natural! O senhor é mais velho do que eu!

O Orador: Felizmente e espero continuar a ser por muitos anos e que o senhor também continue cá!

Agora vamos aos prejuízos.

Então, Sr. Deputado, e o prejuízo da Atlânticoline, quem é que cobre?

E o prejuízo da SAUDAÇOR, quem é que cobre?

E o prejuízo das Ilhas de Valor, quem é que cobre?

E os prejuízos da Lotação, quem é que cobre?

E os prejuízos dos hospitais empresa, quem é que cobre?

Eu ouvi ali do Governo, quando o CDS criticou os gastos na saúde: “Se for preciso mais dinheiro para a saúde é mais dinheiro para a saúde.”

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É preciso mais dinheiro para os transportes: “É mais dinheiro para os transportes.”

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Sr. Deputado Francisco César, o CDS quer mais dinheiro para os transportes, quer transportes mais baratos para os açorianos. É isso que se passa.

Agora, se os senhores não forem capazes de convencer o Governo da República, o CDS daqui a um mês (o Bloco de Esquerda é que propôs isto) propõe uma resolução (se os senhores não forem capazes de resolver) para eliminar a taxa de combustível, coisa que o CDS já fez na República e os senhores votaram contra.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Demagogia!

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado.

Não tenho mais inscritos, portanto acho que estão reunidas as condições...

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, ainda tenho tempo? Era só para ler uma frase!

Presidente: Tem 15 segundos. Então leia, se faz favor.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Para terminar o debate, Sr. Presidente, vou ler uma frase ao Sr. Secretário Bradford, que não me esclareceu.

“Nas obrigações de serviço público, caso os planos de exploração apresentados pelas transportadoras prevejam mais do que uma frequência diária, as

frequências deverão ser iniciadas e concluídas entre as 6:30 de locais da escala de partida e as 00:30 da escala de chegada, respetivamente, devendo pelo menos uma das frequências diárias ser operada entre as 8:00 e as 21:00, bem como pelo menos 3 dias por semana uma dessas frequências ser operada até às 14:00.”

Está tudo previsto aqui e isso desmente totalmente aquilo que o senhor acabou de dizer e que aquela bancada defendeu.

Já agora, o prejuízo da Madeira foi de 6 milhões de euros que os senhores querem esconder dos açorianos,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Ah, o senhor sabia!

Presidente: Sr. Deputado.

O Orador: ... porque têm vergonha da mácula da SATA.

Seis milhões de euros dão para pagar duas vezes a taxa de combustível que os senhores não querem abdicar.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é verdade!

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar à votação.

Projeto de Resolução n.º 29/2012, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam o projeto de resolução mantenham-se como estão.

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Srs. Deputados, nós estamos numa votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 29/2012 foi rejeitado com 24 votos contra do PS, 1 abstenção do PCP, 12 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Para uma declaração de voto pelo seguinte.

Pelas razões que são de todos conhecidas, não participei no debate, daí o facto de me ter absterido, porque acho que não deveria ter outra posição que não esta.

Apenas para justificar a minha abstenção.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Ficou aqui provado que o Partido Socialista e o Governo não querem baixar as tarifas aéreas nos Açores.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não apoiado! Não é verdade!

O Orador: Ficou aqui provado que o Governo faltou à verdade no que aqui veio dizer relativamente à segunda ligação ao Pico e a outras ligações a outras ilhas.

Fica aqui provado que o Governo não baixa as tarifas porque não quer.

Fica aqui provado que o Governo esbanjou 6 milhões na Madeira e que agora não quer que a SATA tenha um “prejuizozinho” de 4 milhões.

Fica aqui provado que o Governo exige que a SATA tenha lucro, não exige que a SATA sirva os açorianos.

Fica aqui provado que o Governo faz tarifas a 12€ para onde quer, mas não pode baixar as tarifas aos açorianos.

Mas fica aqui dito que se quiséssemos fazer contas; se houvesse uma administração competente; se tivéssemos tido até há pouco tempo um secretário competente que ainda por cima quer ser Presidente do Governo; se tivéssemos ainda gente competente, para essa taxa de combustível compensar sem mexer

em impostos, sem mexer em ninguém, bastava aumentar em 10€ as outras passagens que não a de residente e a conta (se os senhores quiserem a conta) vai dar muito próximo dos 4 milhões de euros. Isso justificava-se porque a SATA tem tarifas de 90€ (os senhores não se escandalizem!) de Lisboa para os Açores, milhares de delas, centenas de milhares de tarifas a 90€.

Como as tarifas de residente são apenas um terço dos passageiros da SATA, aumentando nos outros dois terços em 10€ a taxa de combustível, cobria o prejuízo e os açorianos viajavam mais barato.

É verdade, é verdade, é verdade!

É um terço de residentes e são dois terços de não residentes. Afirmção da SATA, do Sr. Presidente Gomes de Menezes.

Portanto, nem gerir os senhores sabem, nem fazer contas os senhores sabem. O que os senhores sabem e fazem é extorquir dinheiro aos açorianos,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso não é verdade!

O Orador: ... como fazem na rota Ponta Delgada/Funchal, que os senhores ficam com o dinheirinho no bolso, quando deviam ter descido aquela tarifa em pelo menos 40%.

Por fim, lamentar o ar daquela bancada de risota, gozando com a miséria dos açorianos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): O senhor está usando termos que não devia!

Deputado José Lima (PS): Isso é demagogia pura! O senhor está em campanha! Os açorianos já o conhecem bem!

O Orador: É esse o respeito que os senhores têm pelo povo açoriano que pena para viajar, que lhe custa adquirir passagens para os seus filhos. Os senhores riem-se da miséria alheia.

Deputado Berto Messias (PS): Estamos a rir dos seus argumentos!

O Orador: Isso é o vosso socialismo.

Quanto aos meus argumentos, nenhum deles, nem um único, foi aqui rejeitado.

Nem um único foi contrariado, um único argumento foi contrariado.

Agora, Sr. Deputado Francisco César, volto a dizer: os senhores querem liberalizar o espaço aéreo dos Açores.

Os senhores criticavam aqueles senhores quando queriam trazer *low cost*, agora os senhores vão no caminho do PSD e querem trazer *low cost* para os Açores. É isso que os senhores encapotadamente estão a fazer, prejudicando mais uma vez os residentes nos Açores...

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, isso é um exercício de demagogia lamentável!

Deputado José San-Bento (PS): É o gabinete de estudos do PSD!

O Orador: Sr. Deputado, ao menos ouça com algum respeito.

... para irem, mais uma vez na tentativa, no logro, buscar turistas, o que tem sido uma desgraça e tem sido uma política errada desde há muito tempo, a começar pelos suecos.

Deputado Francisco César (PS): Há milhares e milhares de tarifas!

O Orador: Portanto, se há tarifas de 90€ para os de fora, tem de haver tarifas de 90€ também para os residentes e isso os senhores não querem, os senhores negam e por isso em outubro vão ser altamente penalizados. Disso eu tenho a certeza, porque é isso que o povo me transmite,...

Deputado Francisco César (PS): O senhor já disse isso!

O Orador: ... pese embora a subsidiodependência que os senhores vão semear daqui a uns tempos que não vai chegar para apagar todos os vossos erros.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor vai ganhar tudo sozinho!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é que vai ter uma surpresa em outubro!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não preciso disto para nada! Tenho trabalho para mim!

Deputado Berto Messias (PS): O seu estado esta semana confirma as sondagens!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): No dia a seguir tenho uma profissão!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Também nós!

Presidente: Srs. Deputados.

Vamos ouvir a declaração de voto do Sr. Deputado Francisco César. Tem a palavra.

Sr. Deputado Berto Messias, Sr. Deputado Artur Lima, vamos ouvir.

(*) **Deputado Francisco César (PS)**: Sr. Deputado, nós sabemos que o senhor é médico-dentista e que o senhor gosta muito da sua profissão.

A questão do médico, nós já tínhamos percebido. É algo que preza muito nessa sua afirmação de médico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Peço desculpa.

Queria começar a minha declaração de voto por lamentar profundamente a postura do Deputado Artur Lima, do CDS/PP, que, por uma questão eleitoralista, por uma questão de votos, é capaz de por em causa tantos postos de trabalho, uma companhia aérea que esforçadamente trabalha para todos os açorianos. Isso não me parece adequado e conhecendo-o bem como o conheço sei que não é algo que o senhor fez, com certeza, com prazer.

Deputado Rui Ramos (PSD): O senhor não esteve aqui!

O Orador: Mas deixe-me que lhe diga que as eleições não valem isso tudo.

Sras. e Srs. Deputados, o Partido Socialista apresentou ao Governo da República a vontade de baixar as tarifas aéreas.

Deputado Rui Ramos (PSD): Foi só vontade!

O Orador: Apresentou um modelo para flexibilizar as tarifas aéreas e para permitir que a nossa companhia aérea, e outras que queiram utilizar o nosso espaço aéreo e servir os Açores, possam cá vir.

Deputado Luís Garcia (PSD): Agora!

O Orador: Esta tem sido a nossa postura. A nossa história nos Açores revela que tudo aquilo nós temos cumprido, em termos de baixa das tarifas aéreas.

Deputado Rui Ramos (PSD): Mas os resultados têm sido uma lástima!

O Orador: Infelizmente, não conseguimos, até agora, baixar as tarifas aéreas, porque o Governo da República lamentavelmente não nos recebeu.

Deputado Rui Ramos (PSD): O senhor não ouviu a explicação!

O Orador: E lamento ainda que a única proposta que o Partido Social Democrata tenha feito neste Parlamento é tentar baixar as tarifas aéreas à custa dos impostos dos açorianos e isso é algo que nós não compactuamos e que nós não vamos deixar que aconteça, com a confiança que os açorianos sempre nos deram e que nos vão continuar a dar.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Presidência)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Penso que ao longo deste debate ficou provado que o CDS/PP trouxe uma proposta concreta.

Deputado Duarte Moreira (PS): Uma má proposta!

O Orador: Depois de muita retórica nos jornais, de muitas declarações nas televisões, nós temos aqui uma proposta concreta. Primeira proposta concreta que vejo com as atuais limitações no âmbito das obrigações de serviço público. Esta é algo que se pode concretizar e não existe nenhum impedimento legal (ficou provado) para que não possa ser aplicada.

O que foi surpreendente foi o grau de impreparação (e peço desculpa ao Sr. Secretário da Presidência de lhe dizer isto, com o respeito que tenho por si, mas é a política e tem a ver apenas com o desempenho) do Sr. Secretário. Não é admissível que um Secretário da Presidência venha para um debate onde obviamente vamos discutir as obrigações de serviço público e que o Sr. Secretário não as conheça. Foi isso que demonstrou aqui. O Sr. Secretário da Presidência não conhecia as obrigações de serviço público e isto é lamentável.

Deputado Duarte Moreira (PS): Não apoiado!

O Orador: Perguntou-se aqui...

Deputado Duarte Moreira (PS): Isso é uma declaração de voto!

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Presidência)

O Orador: Sr. Secretário da Presidência, eu nunca o interrompi, nunca ao longo do debate e espero que o Sr. Secretário da Presidência tenha o mesmo comportamento.

É a única coisa que exijo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Estou a fazer um esforço para não fazer um protesto.

O Orador: Não, não pode protestar, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Posso, posso!

O Orador: Não, porque isto é regimental, portanto o que estou a dizer é fátual, não é ofensivo. O que lhe estou a dizer é fátual.

O Sr. Secretário da Presidência demonstrou um desconhecimento absoluto das obrigações de serviço público.

Mais!

Quando aqui colocada uma questão, que é uma questão importante, que tinha a ver com o prejuízo da operação do Funchal, o Sr. Secretário da Presidência não respondeu.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista disse que era público. Então se é público sabe com certeza. Também não respondeu. Há um dado que é público e depois não sabe, não se lembra, porque não quiseram dizer este numerozinho: 6 milhões de prejuízo naquela operação.

Deputado Duarte Moreira (PS): O Sr. Deputado Artur Lima disse isso!

O Orador: É uma coisa fabulosa.

Penso que isto demonstra claramente o grau de impreparação e fiquei neste debate absolutamente convencido que estamos perante uma péssima gestão desta companhia, que estamos perante uma gestão completamente amadora do ponto de vista político e do ponto de vista da gestão das contas.

Isto é amadorismo puro!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor não percebe nada disto!

O Orador: Os senhores aqui demonstraram um desconhecimento absoluto. Quer o Secretário da Presidência, quer o Grupo Parlamentar do Partido Socialista demonstraram, nesta questão, um desconhecimento absoluto.

Isto parecia um jogo Benfica-Baleizão, tal o desequilíbrio do desconhecimento de V. Excias. em relação a esta matéria.

Termino, Sr. Presidente, para dizer o seguinte.

Deputada Nélia Amaral (*PS*): E a declaração de voto, Sr. Deputado?

O Orador: Depois de todos os argumentos terem sido desmontados, e muito bem pelo Sr. Deputado Artur Lima, qual foi a única resposta: “Nós temos um plano.”

Deputada Nélia Amaral (*PS*): E o que é o que senhor diz sobre a declaração de voto?

O Orador: E o que é que os senhores disseram sobre o plano que têm para a SATA? Flexibilização.

Deputada Nélia Amaral (*PS*): Isso é uma intervenção!

O Orador: Eu pedi por diversas vezes: “Concretize esse plano maravilhoso que o Sr. Deputado tem. Como é essa flexibilização? Diga, pelo menos, uma frase.”

E a seguir o Sr. Deputado respondeu: “Flexibilização.”

Eu digo-vos uma coisa: nesta área eu penso que poucas vezes assisti, neste Plenário, a uma impreparação tal sobre a discussão de um diploma. Isto é muito grave, porque se trata do partido do Governo, do Governo e é muito grave, porque o Sr. Secretário da Presidência deveria vir com uma preparação mais cuidada sobre estas matérias.

Deputada Nélia Amaral (*PS*): E a declaração de voto?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É uma vergonha esse tipo de conversa!

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Apenas e só para referir que valeu a pena mais este debate nesta Casa, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Valeu a pena porque ficou evidente, perfeitamente evidente, o que é que o Partido Socialista pensa acerca do transporte aéreo de e para os Açores. Ficou clarinho aos olhos de todos os que aqui estiveram. Fica clarinho aos olhos dos açorianos.

Diria e fazia quase uma sugestão: é que os senhores todas as vezes que mexem no transporte aéreo, o transporte aéreo sobe. Pelo amor de Deus, até daqui a 6 meses fiquem quietos e sossegados, pode ser que as coisas não piorem.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado.

Vamos passar ao nosso próximo ponto da Agenda: **Autorização para prestação de depoimento, na qualidade de testemunha, da Deputada Benilde Maria Soares Cordeiro Oliveira, no âmbito do processo disciplinar IRE/01.01/2012.**

A comissão competente para esta matéria, a Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, produziu o seu relatório, cujo parecer é o seguinte: “Com base na apreciação efetuada, a Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela inexistência de qualquer impedimento à presente solicitação, emitindo por unanimidade parecer no sentido de autorizar a Deputada Benilde Maria Soares Cordeiro Oliveira a prestar depoimento por escrito na qualidade de testemunha.”

Sendo assim, é este parecer da comissão que vou pôr à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam o parecer da Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho por favor mantenham-se como estão.

Secretário: A presente proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, proposta de deliberação: A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de maio.

Está à discussão.

Não há intervenções. Vamos pôr à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam a proposta de deliberação anunciada por favor mantenham-se como estão.

Secretário: A presente proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos.

Votos de boa viagem àqueles que vão viajar e encontramos-nos cá no próximo mês.

Eram 19 horas e 28 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Nélia Maria Brito Nunes

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis

Cláudio José Gomes Lopes

Documento entrado

Listagem da correspondência:

1 – Requerimento:

Assunto: Casa de aprestos e local para preparação dos utensílios da pesca

Autor: António Pedro Costa (PSD)

Data de Entrada: 2012 – 05 – 09

Referência: 54.03.02 – n.º 633/IX.

2 – Comunicação/Informação:

Assunto: Ofício a comunicar que foi eleita a Mesa da Comissão Parlamentar de Inquérito à atividade da Secretaria Regional da Saúde e entidades Públicas e Empresariais sob sua tutela, sendo: A Presidente, Isabel Rodrigues (PS), Relatora, Nélia Amaral (PS) e Secretário, António Marinho (PSD)

Autor: A Presidente da Comissão, Isabel Rodrigues

Data: 2012.05.10.

4 – Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 128, 129 e 130.

As redatoras: Ana Sofia Machado e Sónia Nunes